

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE AUDITORIA OPERACIONAL

Ordem de Serviço 2024/00288	e-TCM 000659/2024	Período de abrangência 2019 a 2023	Período da realização 23.01.2024 a 22.05.2024
Área responsável (auditada) Secretaria Municipal de Educação (SME)			
Objeto de auditoria Ensino Público – Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Valor do objeto de auditoria (em R\$) Não se aplica		Montante fiscalizado (em R\$) Não se aplica	
Objetivo(s) da auditoria Contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de EJA, a partir de abordagem coadunada com o exame de dimensões de desempenho, voltando-se à avaliação de aspectos ligados à evolução da oferta de vagas de EJA ao longo dos anos, frente as necessidades do público-alvo, e à comparação entre os serviços oferecidos nos CIEJAs e nas EMEFs que contam com turmas de EJA.			
Equipe técnica			
Adriano Alves Doto – Auditor de Controle Externo (Relatório Preliminar)			RF 20244
Sílvia Yuri Matsumoto – Auditora de Controle Externo (Relatório Preliminar)			RF 20212
Rômulo Felipe Manzatto – Auditor de Controle Externo (Relatório Consolidado)			RF 20332
Leonardo André de Oliveira – Supervisor de Controle Externo 3 (Relatório Preliminar e Consolidado)			RF 20308
Fredy Henrique Miller – Coordenador de Controle Externo II (Relatório Preliminar e Consolidado)			RF 20241

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz de divulgação da EJA.....	42
Figura 2 – Informações sobre as escolas (sítio eletrônico da SME)	43
Figura 3 – Ações para divulgação da EJA.....	45
Figura 4 – Merenda oferecida para os estudantes da EJA.....	59
Figura 5 – Merenda e talheres oferecidos para os estudantes da EJA.	60
Figura 6 – Diversidade de ambientes educacionais.	61
Figura 7 – Diversidade de organização de espaços.....	62
Figura 8 – Mapa das unidades.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas com 15 anos ou mais, analfabetas.....	17
Tabela 2 – Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade.	17
Tabela 3 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução.	18
Tabela 4 – Número de matrículas da EJA.....	22
Tabela 5 – Demanda atendida na EJA.	23
Tabela 6 – Taxa de rendimento da EJA.....	30
Tabela 7 – Recebimento de materiais para distribuição (gestores educacionais).	71
Tabela 8 – Recebimento de impresso informativo (estudantes).	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas da EJA – Brasil (Ensino Fundamental e Médio).....	18
Gráfico 2 – Matrículas da EJA – Brasil (Ensino Fundamental).	19
Gráfico 3 – Matrículas da EJA – Cidade de São Paulo (Rede Pública Municipal e Ensino Fundamental)	19
Gráfico 4 – Evolução no número de matrículas na EJA.....	20
Gráfico 5 – Evolução do número de unidades educacionais que atendem a EJA.....	21
Gráfico 6 – Distribuição dos estudantes por etapa de ensino – 2023.....	27
Gráfico 7 – Perfil dos estudantes da EJA – sexo.....	28
Gráfico 8 – Perfil dos estudantes da EJA – raça.....	28
Gráfico 9 – Distribuição dos estudantes por faixa etária.....	29
Gráfico 10 – Escolas por tipo de atendimento.	37
Gráfico 11 – Percepção dos estudantes sobre a importância da escola.	49
Gráfico 12 – Intenção de continuidade dos estudos.	49
Gráfico 13 – Percepção dos estudantes sobre a busca ativa.	52
Gráfico 14 – Visita noturna da supervisão escolar (escolas visitadas).	56
Gráfico 15 – Visita noturna da supervisão escolar (escolas que responderam o formulário eletrônico).....	56
Gráfico 16 – Motivo para interrupção dos estudos.....	66

Gráfico 17 – Conhecimento dos estudantes sobre os tipos de atendimento da EJA....72

Gráfico 18 – Conhecimento dos estudantes sobre a etapa da EJA em que está matriculado.....72

Gráfico 19 – Motivo para o retorno aos estudos74

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

CIEJA – Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

CMCT – Centro Municipal de Capacitação e Treinamento

CME – Conselho Municipal de Educação

CMSP – Câmara Municipal de São Paulo

DRE – Diretoria Regional de Educação

EC – Emenda Constitucional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEFM – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEC – Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LM – Lei Municipal

MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de São Paulo

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

PAF – Plano Anual de Fiscalização

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RME-SP – Rede Municipal de Ensino de São Paulo

SME – Secretaria Municipal de Educação

TCMSP – Tribunal de Contas do Município de São Paulo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Esta auditoria operacional, realizada entre os dias 23.01 e 22.05.2024, tem como o objetivo, a partir da avaliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), colaborar para o aperfeiçoamento desta política pública. O trabalho buscou identificar os fatores que contribuem para a diminuição de matrículas, além de verificar as estratégias adotadas para expandir o número de alunos matriculados e garantir sua permanência nos estudos.

A relevância social da EJA motivou a realização desta auditoria, alinhada aos objetivos do Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2023. A auditoria abordou a equidade e eficiência do programa, com foco na adequação dos resultados às necessidades do público-alvo, qualidade e uniformidade dos serviços oferecidos, e evolução da oferta de vagas¹.

A metodologia envolveu a análise do ambiente de controles internos, observações diretas, questionários, entrevistas e análise documental. O escopo incluiu a avaliação da magnitude da EJA na RME-SP, estratégias de atendimento ao público-alvo, prevenção à evasão e abandono, e comparação entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA.

Os principais achados incluem a falta de acompanhamento dos dados dos alunos, ausência de normas específicas sobre EJA, e concentração da oferta em um único tipo de EJA. Também foram identificadas deficiências na divulgação e articulação com outras modalidades de ensino, e na presença da supervisão escolar no período noturno.

As conclusões destacam a necessidade de estratégias diversificadas para prevenir a evasão e abandono escolar, além de uma melhor articulação entre EJA e outras modalidades de ensino.

¹ A efetividade da EJA não foi enfocada sistematicamente nesta auditoria porque, como consta do item 24 do Manual de Auditoria Operacional do TCU, "[...] A avaliação da efetividade pressupõe que bens e/ou serviços foram ofertados de acordo com o previsto", e no caso da RME-SP, apresentaram-se distorções relevantes entre os preceitos atinentes à EJA e a concretização da oferta desse serviço aos estudantes, com exceção de um CIEJA visitado, no qual ficou evidenciado, por meio de diversos pontos de verificação, que a unidade educacional, além de cumprir requisitos imediatos ou específicos (exame da eficácia da gestão), deixa transparecer de diversas formas, dentre as quais se destacam o ambiente escolar e a consciência cidadã cotidiana dos alunos, que os resultados observados foram ocasionados pelas ações realizadas na escola, alterando de modo irremediável a realidade dos estudantes lá matriculados. Assim, embora esse exemplo reforce o potencial da EJA como política pública efetiva, a análise sistemática dessa dimensão ficou prejudicada, dado que apenas em ponto específico do universo de análise seria possível avaliar a relação de causalidade entre os diversos pressupostos da EJA e os efeitos observados na vida dos alunos.

Foi apresentada proposta de determinação para que a Secretaria Municipal de Educação (SME) apresente a este Tribunal, no prazo de 30 dias², plano de ação com vistas a sanear os problemas identificados no item 5 deste relatório, contendo, no mínimo, as ações a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação.

² Art. 11 A decisão do Tribunal Pleno **poderá** exigir a apresentação de Plano de Ação e seus respectivos Relatórios de Execução ao gestor responsável pelo órgão, entidade ou programa auditado.

...

Art. 13 O Plano de Ação, elaborado pelo gestor em conformidade com determinação do Pleno, será enviado ao Tribunal no **prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período.**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Destinatário(s) da auditoria	13
1.2. Visão geral do objeto e objetivos da auditoria	14
1.3. Normas aplicadas na realização do trabalho.....	24
2. ESCOPO E METODOLOGIA.....	24
3. RESULTADOS.....	26
3.1. Fatores que contribuem para a diminuição de matrículas	26
3.1.1. Ausência de acompanhamento e de utilização dos dados referentes aos alunos da EJA	26
3.1.2. Carência de normas específicas sobre EJA e de orientações compatíveis com as características dessa política pública.....	32
3.1.3. Concentração do atendimento em um tipo de EJA	36
3.2. Estratégias voltadas à expansão de alunos matriculados na EJA e à permanência e progressão dos jovens e adultos nos estudos	39
3.2.1. Cadastro on-line	40
3.2.2. Divulgação.....	40
3.2.3. Articulação com o Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA-SP) e com as escolas de Ensino Médio e Profissionalizante	46
3.2.4. Prevenção à evasão e ao abandono	50
3.2.5. Atuação da supervisão escolar	54

3.3. Comparação entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA.....	57
4. COMENTÁRIOS DO GESTOR	75
5. CONCLUSÃO	94
6. ANÁLISE DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO	97
7. PROPOSTA DE DETERMINAÇÃO	97
8. RESPONSÁVEL PELA ÁREA AUDITADA	97
9. APÊNDICES	98

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de auditoria operacional, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de abordagem coadunada com o exame de dimensões de desempenho, voltando-se à avaliação de aspectos ligados à evolução da oferta de vagas de EJA ao longo dos anos, frente as necessidades do público-alvo, e à comparação entre os serviços oferecidos nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) que contam com turmas de EJA.

O trabalho está previsto no Plano Anual de Fiscalização (PAF) para o exercício de 2024, aprovado pela Resolução nº 24/2023, e devem ser destacadas, dentre as fontes dos critérios adotados para a presente auditoria, as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal (LM) nº 16.271/2015; as considerações contidas em documento intitulado Recomendação sobre aprendizagem e educação de adultos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicado em 2015; as diretrizes gerais para organização flexível da EJA na RME-SP, consubstanciadas na Recomendação SME/CME nº 4/2021; trabalhos acadêmicos sobre a matéria³; e boas práticas observadas pela equipe de auditoria na RME-SP em trabalhos de campo realizados desde 2017.

Por fim, deve-se registrar que, embora a presente auditoria não tenha como objeto específico a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, ela dialoga, de forma incidental, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o de número 4, dada a adesão voluntária do município de São Paulo à Agenda 2030, por meio da Lei Municipal nº 16.817/2018, como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal, sendo feitas, inclusive, neste relatório,

³ DI PIERRO, M. C. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Alameda, 2014. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 24.01.2024.

CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTI, E. D. A política paulistana de EJA: território e desigualdades. São Paulo, Estudos em Avaliação Educacional, v. 30, n. 74, p. 454-484, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/5734/3796>. Acesso em: 24.01.2024.

considerações a respeito do impacto do cenário observado no cumprimento da meta específica subjacente ao ODS supramencionado⁴.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

1.1. Destinatário(s) da auditoria

Os seguintes grupos, sem prejuízo de outros, têm especial interesse na adequada execução da EJA, sendo considerados, portanto, destinatários da presente auditoria:

- População paulistana, sobretudo as pessoas maiores de 15 anos que não tenham completado o ensino fundamental: representam o público-alvo da política pública, segundo as diretrizes curriculares nacionais, tendo interesse no seu efetivo funcionamento, visando à alfabetização e à obtenção de conhecimentos basilares ao desenvolvimento humano;
- Conselho Municipal de Educação (CME): órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação, incumbido de assessorar o Executivo Municipal na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas municipais no âmbito educacional, dentre elas a EJA, que constitui campo de interesse atinente ao exercício das funções normativa, consultiva e propositiva desse colegiado⁵.

⁴ A inclusão de relações entre o cenário registrado no presente relatório e as metas subjacentes ao ODS 4 advém de recomendação – ainda não vinculante – contida em trabalho realizado por equipe de auditoria desta Corte de Contas em 2023, o qual resultou em Informações Gerais – Protocolo 016754/2023 –, documento no qual foi destacada a importância de que “o TCM atue dentro de sua competência para fomentar o atingimento dos objetivos sociais da PMSP por meio das suas fiscalizações”, dados os benefícios que o acompanhamento dos ODS traz à sociedade, “uma vez que os objetivos são a essência da própria função dos governos”.

⁵ Elaboração de normas complementares às diretrizes nacionais e estaduais de Educação, emissão de pareceres referentes à interpretação da legislação vigente e proposições de soluções e encaminhamentos para as questões de funcionamento de todo o sistema municipal de ensino, além de elaboração e acompanhamento da implementação das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

- *Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)*: a educação de jovens e adultos é pauta de interesse do Poder Legislativo, tendo sido debatida em diversas Audiências Públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal⁶.
- *Secretaria Municipal de Educação (SME)*: órgão responsável por coordenar e executar as políticas educacionais no âmbito municipal⁷, e como parte integrante do sistema educacional, desempenha um papel crucial na promoção do acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos, incluindo aqueles que buscam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como já verbalizado por seus representantes em diversas reuniões ao longo de auditorias realizadas em anos recentes, a SME tem interesse em auditoria específica sobre a EJA, dado o potencial de tal abordagem de fornecer visões sobre a eficácia, efetividade ou adequação de políticas e programas implementados nessa área, permitindo identificar possíveis desafios, lacunas ou pontos de melhoria e, a partir daí, contribuir para o aprimoramento da alocação de recursos e do planejamento estratégico da área, com vistas a tornar a oferta de EJA mais eficiente, significativa e adequada, de modo a atender às necessidades educacionais dos adultos e jovens que buscam essa modalidade de ensino.

1.2. Visão geral do objeto e objetivos da auditoria

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é fundamentada em diversos pilares, envolvendo aspectos constitucionais, legais e normativos que estabelecem diretrizes para sua implementação. A Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009, ao ampliar a obrigatoriedade do ensino, reforça a importância da educação básica obrigatória até o

⁶ Audiências Públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo realizadas em 22.11.2022, 22.06.2023 e 25.04.2024. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=7bcb9DcbPY&t=10s>, <https://www.youtube.com/watch?v=1DdJ4Yj7Thw> e <https://www.youtube.com/watch?v=KAJLi7i76rM>. Acesso em 26.04.2024.

⁷ Conforme o Manual de Auditoria Operacional do TCU – 4ª edição (2020):

50. Em auditoria operacional, o papel de uma parte responsável pode ser compartilhado por uma variedade de indivíduos ou entidades, cada uma com certas responsabilidades por um aspecto diferente do objeto. A parte responsável pode incluir responsáveis pelo objeto auditado, mas pode também referir-se às pessoas responsáveis por implementar as deliberações proferidas pelo Tribunal e efetuar as mudanças requeridas. **O auditado também pode ser um usuário previsto, mas normalmente não será o único** (ISSAI 3000/27) (grifo nosso). Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em: 19.01.2024.

Ensino Médio, promovendo a inclusão e a universalização do acesso, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁸, notadamente nos artigos 23, 37 e 38, delinea a estrutura e princípios da EJA, reconhecendo a necessidade de adequação do currículo às características dos alunos, sua contextualização e a articulação preferencial com a educação profissional. O Plano Nacional de Educação (PNE)⁹ e o Plano Municipal de Educação (PME)¹⁰ alinham-se como instrumentos estratégicos para orientar a execução de políticas públicas na área da Educação.

A EJA, modalidade da educação básica destinada, na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), às pessoas acima de 15 anos que não tiveram acesso e/ou não concluíram o ensino fundamental¹¹, é oferecida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo (SME) por meio de cinco formas de atendimento, a saber: 1) EJA Regular; 2) EJA Modular; 3) Movimento de Alfabetização (MOVA-SP); 4) Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) e, 5) Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT)¹².

A EJA Regular é oferecida nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFMs), no período noturno (19h às 23h), com duração de quatro anos, dividido em quatro etapas, com periodicidade semestral¹³.

⁸ Lei Federal nº 9.394/1996.

⁹ Lei Federal nº 13.005/2014

¹⁰ Lei Municipal nº 16.271/2015

¹¹ Atualmente o perfil da EJA é heterogêneo e composto por jovens que não concluíram o Ensino Fundamental no tempo regular, adultos que buscam maior escolaridade devido às exigências do mundo do trabalho e idosos à procura dos processos de alfabetização, além de migrantes estrangeiros que querem melhorar seu aprendizado da Língua Portuguesa. Informações disponíveis em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/>. Acesso em: 21.03.2024.

¹² Informações disponíveis em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/>. Acesso em: 21.03.2024.

¹³ Portaria SME nº 5.930/2013 e informações disponíveis em: [https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/matricula-eja/#:-:text=EJA%20Regular%3A%20oferecida%20nas%20escolas,\(per%C3%AAdodo%20de%204%20horas\)](https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/matricula-eja/#:-:text=EJA%20Regular%3A%20oferecida%20nas%20escolas,(per%C3%AAdodo%20de%204%20horas).). Acesso em: 21.03.2024.

Já a EJA Modular é oferecida nas EMEFs que aderiram ao Projeto EJA Modular¹⁴, no período noturno (19h às 23h), com duração de quatro anos, segmentados em quatro etapas, com dois semestres cada. As aulas estão organizadas em: a) três horas-aulas (2h15), de forma presencial e obrigatória; b) uma hora-aula (45min), de modo flexível, podendo ser realizada em sala de aula ou em atividades não presenciais e, c) uma hora-aula (45 min), de forma opcional, para os estudantes que desejarem participar dos projetos de enriquecimento curricular.

Os CIEJAs¹⁵ são unidades específicas que atendem jovens, adultos e idosos em três horários (manhã, tarde e noite), podendo chegar a até seis turnos diários. Os cursos têm duração de quatro anos (Ensino Fundamental), estruturados em dois ciclos, organizados em dois módulos cada um, com duração de um ano por módulo, e as aulas são desenvolvidas em encontros diários de 2h15 (três horas-aulas).

Os Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCTs) oferecem cursos de formação profissional de curta duração (carga horária mínima de 160h) aos jovens, a partir de 14 anos, adultos e idosos em duas unidades localizadas na zona leste da cidade (São Miguel Paulista e Itaim Paulista)¹⁶.

O MOVA-SP, que consiste em parceria entre a SME e as Organizações da Sociedade Civil para estabelecer turmas de alfabetização nas comunidades, em espaços como associações comunitárias e igrejas, com aulas com duração de 2h30, de segunda a quinta-feira (as sextas-feiras são destinadas à formação de educadores/monitores), atendia, em maio de 2023, 9.042 pessoas em 289 unidades, segundo a SME¹⁷.

¹⁴ Instrução Normativa SME nº 01/2023 e informações disponíveis em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/formas-de-atendimento/>. Acesso em: 21.03.2024.

¹⁵ Portaria SME nº 9.032/2017 e informações disponíveis em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/formas-de-atendimento/>. Acesso em: 21.03.2024.

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/cursos-gratuitos-profissionalizantes-dos-cmcts-estao-com-inscricoes-abertas-2/>. Acesso em: 21.03.2024.

Decretos Municipais nºs 33.073/1993 e 45.942/2005.

¹⁷ Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/formas-de-atendimento/>. Acesso em: 21.03.2024.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)¹⁸, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que, em 2023, cerca de 9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, incluindo 374 mil na Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 1), eram analfabetas¹⁹. Na Região Metropolitana de São Paulo, ao contrário do observado no País (redução de 12,7% em relação a 2016), houve uma inflexão na tendência de queda, com os dados de 2023 representando um aumento de 7,5% em relação a 2016.

Tabela 1 - Pessoas com 15 anos ou mais, analfabetas (mil pessoas)²⁰.

Brasil e Região Metropolitana de SP	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Brasil	10.690	10.495	10.265	10.054	9.560	9.328
São Paulo	348	330	311	314	311	374

Fonte: IBGE – PNAD Contínua Anual – 2º trimestre (Tabela 7111).

Do mesmo modo, não obstante a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade²¹ tenha apresentado redução no Brasil ao longo dos últimos anos, passando de 6,7% em 2016 para 5,4%, em 2023, na Região Metropolitana de São Paulo foi registrado um aumento de 2,0% para 2,1% nesse mesmo período, conforme observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade (%).

Brasil e Região Metropolitana de SP	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Brasil	6,7	6,5	6,3	6,1	5,6	5,4
São Paulo	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7	2,1

Fonte: IBGE – PNAD Contínua Anual – 2º trimestre (tabela 7113).

Com relação ao nível de instrução, segundo dados da pesquisa supramencionada, apesar da melhoria observada nos últimos anos, a cidade de São Paulo contava, em 2023, com cerca de 1,6 milhão de pessoas com 25 anos de idade ou mais²², sem instrução ou com

¹⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>. Acesso em 09.01.2024.

¹⁹ Considera-se analfabeta a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

²⁰ Em razão da pandemia de COVID-19 em 2020, o IBGE alterou a forma de coleta dos dados da PNAD Contínua, passando a realizar entrevistas exclusivamente por telefone até 2021, o que ocasionou impactos na coleta de dados, com a redução da taxa de aproveitamento da amostra, além da redução da carga de perguntas originalmente construído para entrevistas presenciais. Em virtude da ausência de parte das informações, o IBGE optou por não realizar a divulgação do tema educação em sua versão expandida nos anos de 2020 e 2021.

²¹ Proporção da população com 15 anos ou mais de idade não alfabetizada.

²² Considerando que as unidades educacionais do município atendem jovens, acima de 15 anos, adultos e idosos que não tiveram acesso e/ou não concluíram o ensino fundamental, a demanda potencial da EJA, que poderia ser atendida na RME-SP deve levar em conta, ainda, os jovens e adultos de 15 a 24 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

ensino fundamental incompleto, representando 18,8% dessa parcela da população (Tabela 3).

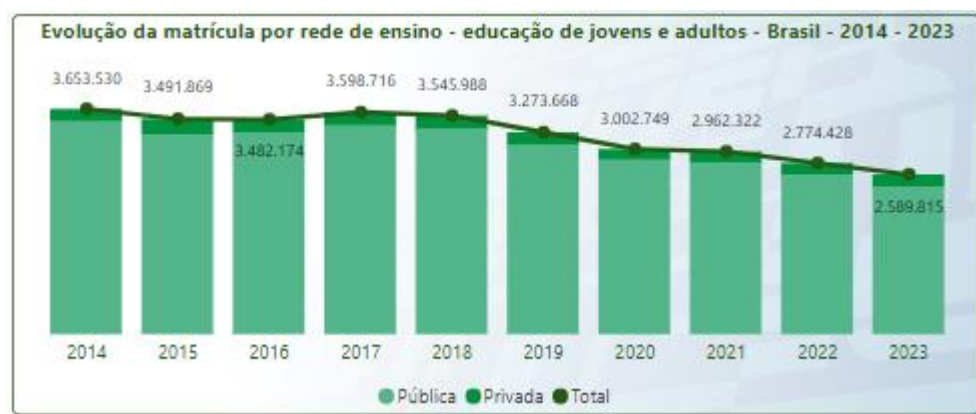
Tabela 3 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução (mil pessoas).

Município de São Paulo	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Sem instrução e fundamental incompleto ou equivalente	1.861	1.730	1.725	1.775	1.622	1.607
Fundamental completo e médio incompleto ou equivalente	1.073	1.008	1.031	1.025	929	879
Médio completo ou equivalente e superior incompleto	2.697	2.756	2.809	2.878	3.045	3.101
Superior incompleto	2.317	2.406	2.356	2.514	2.955	2.979
Total	7.948	7.901	7.921	8.193	8.551	8.567

Fonte: IBGE – PNAD Contínua Anual – 2º trimestre (tabela 7269).

Em 2023, segundo dados do Censo Escolar²³, 2,6 milhões de estudantes estavam matriculados na Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Médio) no País. Observa-se que, desde 2018, as matrículas vêm registrando queda e os dados de 2023 indicam uma redução de 29,1% no número de estudantes atendidos nessa modalidade em relação a 2014 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Matrículas da EJA – Brasil (Ensino Fundamental e Médio).



Fonte: INEP (Censo Escolar).

Com relação à EJA do Ensino Fundamental, 1,6 milhão de alunos estavam matriculados em 2023 no País, representando uma diminuição de 32,8% em comparação aos números de 2014 (Gráfico 2).

²³ Os dados do Censo Escolar estão disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 26.04.2024.

Gráfico 2 - Matrículas da EJA – Brasil (Ensino Fundamental).



Fonte: INEP (Censo Escolar).

As matrículas da EJA da rede pública do Município de São Paulo, por sua vez, apresentam queda mais acentuada do que os números consolidados nacionais – em 2023 observa-se uma queda de 51,3% em comparação a 2014 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Matrículas da EJA – Cidade de São Paulo (Rede Pública Municipal - Ensino Fundamental).



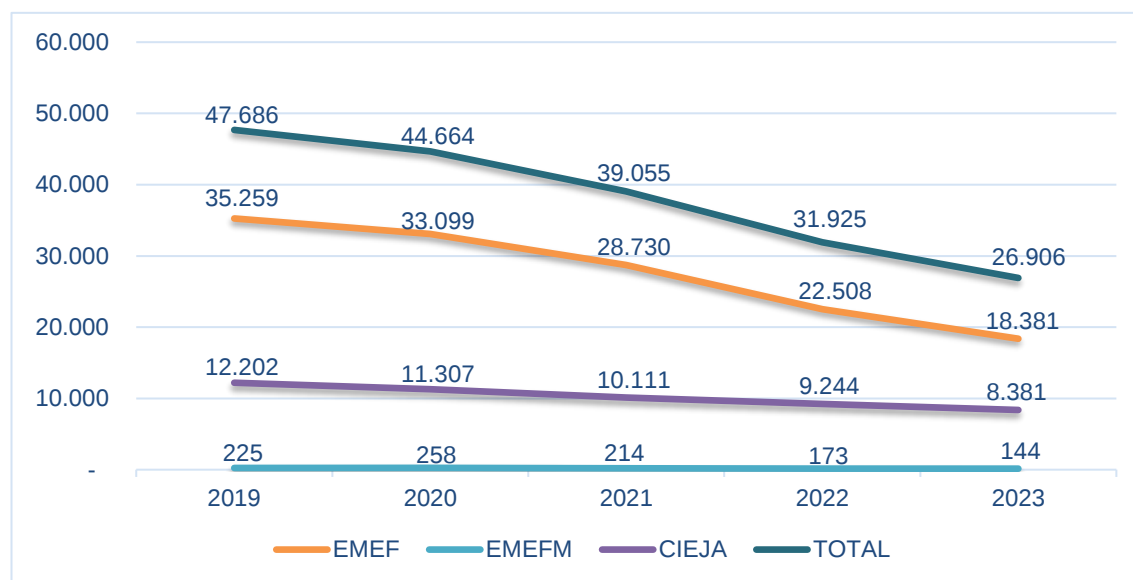
Fonte: INEP (Censo Escolar).

Passando-se à análise dos números fornecidos pela SME, verifica-se que a EJA paulistana atendeu a aproximadamente 27 mil estudantes em 2023, nas EMEFs, EMEFM²⁴ e CIEJAs da RME-SP, representando um decréscimo de 43,6% na quantidade de matrículas em comparação a 2019 (Gráfico 4), confirmando a tendência de diminuição do número de alunos matriculados ao longo dos últimos cinco anos em todos os tipos de unidades educacionais, sobretudo nas EMEFs, que, embora ainda respondessem por 68,3% do total

²⁴ Somente uma EMEFM possuía turmas da EJA em 2023 (v. Gráfico 5).

de matrículas em EJA no ano de 2023, vêm perdendo alunos dessa modalidade de forma mais acelerada – o número de alunos de EJA nas EMEFs caiu praticamente pela metade entre 2019 e 2023.

Gráfico 4 - Evolução do número de matrículas na EJA.

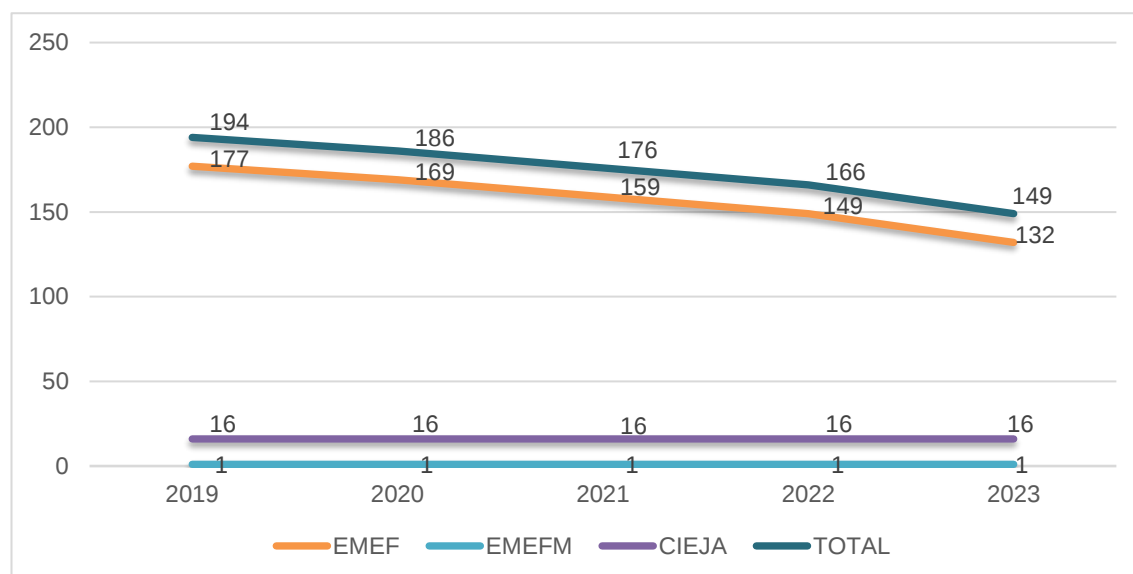


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base: maio de cada ano)²⁵.

Essa tendência de diminuição da quantidade de alunos matriculados em EJA, sobretudo nas EMEFs, reflete-se também no fechamento de turmas e redução do número de unidades educacionais que oferecem esse serviço público. Como demonstrado no Gráfico 5, entre 2019 e 2023 foi descontinuado o serviço de EJA em 45 unidades educacionais, todas EMEFs, representando uma redução de 23,2% do total de escolas; ou, em outras palavras, uma em cada quatro EMEFs deixou de contar com EJA nos últimos cinco anos.

²⁵ SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097268735).

Gráfico 5 - Evolução do número de unidades educacionais que atendem a EJA.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base: maio de cada ano)²⁶.

Pode-se concluir, a partir da confrontação entre os dados populacionais e o da EJA na RME-SP, que, não obstante a existência de parcela considerável da população com mais de quinze anos de idade sem o Ensino Fundamental completo²⁷, o número de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos na Rede vem apresentando decréscimo significativo ao longo dos últimos anos.

Os números revelam, portanto, a necessidade de atenção à população sem Ensino Fundamental completo, imperativo estreitamente relacionado à oferta da EJA na capital paulista. Esta auditoria busca compreender, então, por que, mesmo diante de demanda potencial²⁸ dessa magnitude, observa-se uma redução significativa do número de matrículas em EJA na cidade de São Paulo, conforme dados da SME, analisados neste capítulo introdutório.

De fato, a análise da demanda por EJA deve focar a demanda potencial educacional existente, e não somente se ater aos jovens e adultos que efetivamente procuram as

²⁶ SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097268735).

²⁷ Não obstante os dados divulgados pelo Inep refiram-se às pessoas com mais de 25 anos, devem ser somadas a esse contingente as pessoas entre 15 e 25 anos, uma vez que elas também compõem o universo de análise atinente ao público-alvo da EJA no Ensino Fundamental.

²⁸ Demanda potencial por EJA no Ensino Fundamental: parcela da população com mais de 15 anos de idade e sem Ensino Fundamental completo.

escolas para fazer sua matrícula, uma vez que, como pode-se depreender dos dados ora compilados, menos de 1,7% da população paulistana com mais de 25 anos e sem Ensino Fundamental completo (apenas parte do contingente populacional eletivo para EJA) está matriculada nos cursos de EJA da RME-SP²⁹. Entretanto, pode-se observar que, segundo dados oficiais, a demanda por matrículas nessa modalidade encontra-se zerada há mais cinco anos nos 96 distritos da cidade, revelando que o critério adotado pela SME é o de demanda efetiva (pessoas que procuram as escolas para fazer sua matrícula), e não de demanda potencial³⁰.

Essa situação torna-se ainda mais preocupante quando analisada à luz das metas dos ODS paulistanos, em particular a Meta Municipal 4.6, que almeja, “até 2030, garantir que todos os jovens, sem exceção, e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de Matemática e Português, em todas e cada uma das regiões da cidade”. A diminuição contínua das matrículas na EJA pode comprometer seriamente o cumprimento da meta supracitada, sobretudo quando observados os indicadores 4.6.2 - Número de matrículas na EJA e 4.6.3 - Demanda atendida na EJA, explicitados nas tabelas a seguir:

Tabela 4 – Número de matrículas na EJA (número absoluto).

Fórmula de cálculo: Quantidade de Alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA FUND I, EJA FUND II, EJA Médio).						
Região	2015	2016	2017	2018	2019	Meta 2030
São Paulo	-*	134.474	124.434	131.569	121.089	Monitorar**

Fonte: PNAD contínua / Secretaria Municipal de Educação (SME).

* Dado não disponível.

** Desagregar por gênero, raça e etnia, condição de deficiência e território (Subprefeitura, Diretoria Regional de Ensino e, quando possível, Distrito). O objetivo é monitorar e não ampliar, porque o que se pretende para 2030 é ter erradicado o analfabetismo

²⁹ Considerando que as unidades educacionais do município atendem jovens, acima de 15 anos, adultos e idosos que não tiveram acesso e/ou não concluíram o ensino fundamental, a demanda potencial da EJA, que poderia ser atendida na RME-SP, deve levar em conta, ainda, os jovens e adultos de 16 a 24 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

³⁰ Portal de Dados Abertos da PMSP - Demanda registrada e matrículas. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/demanda-e-matriculas>. Acesso em 08.01.2024.

Tabela 5 – Demanda atendida na EJA (%).

Fórmula de cálculo: N° de vagas ofertadas na Rede Municipal de Ensino ÷ N° de analfabetos com mais de 15 anos no município (x100).

Região	2015	2016	2017	2018	2019	Meta 2030
São Paulo	-	-	-	-	22,75%	100%

Fonte: Sistema Escola Online e Censo do IBGE / Secretaria Municipal de Educação (SME).

** Desagregar, quando possível, por Subprefeitura, Diretoria Regional de Ensino e Distrito. Entendemos que toda a demanda deve ser atendida, de forma a cumprir a meta de erradicar o analfabetismo.

Ademais, como ensinam especialistas em Educação, os dados de escolaridade da população paulistana não justificam a baixa procura pela EJA, ensejando a necessidade de reflexão acerca da adequação dos modelos de atendimento às necessidades de aprendizagem e possibilidades de frequência escolar dos potenciais estudantes, bem como da percepção da população adulta com respeito aos seus direitos educativos e aos benefícios da elevação de escolaridade, de modo a estimular seu retorno aos estudos e a persistência até sua conclusão³¹.

Nesse contexto, o objetivo central da presente auditoria consiste em, a partir do imperativo de garantia do direito constitucional à educação básica para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola na idade apropriada (CF/88 – art. 208, I), dirigir à auditada recomendações relevantes com base nas respostas às seguintes questões de auditoria:

- Por que o número de vagas, bem como de escolas que ofertam a EJA tem diminuído sistematicamente, não obstante o elevado contingente de cidadãos com Ensino Fundamental incompleto na capital paulista?
- Quais as especificidades da Educação de Jovens e Adultos no âmbito dos CIEJAs e das EMEFs e como tais características impactam a qualidade dos serviços oferecidos?

³¹ CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTI, E. D. A política paulistana de EJA: território e desigualdades. São Paulo, **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 74, p. 454-484, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/5734/3796>. Acesso em 20.01.2024.

1.3. Normas aplicadas na realização do trabalho

Manual de Auditoria Operacional (MAO) do TCMSP, Manual de Auditoria Operacional do TCU (4º edição); Manual de auditoria Governamental (MAG) – versão 02 – do TCMSP, Manual de Fiscalização do TCMSP, Resolução 14/2019 do TCMSP e Resolução 07/2022.

2. ESCOPO E METODOLOGIA

Após demonstrar a relevância social da EJA e realizar uma análise preliminar do objeto de auditoria e do ambiente de controles internos da auditada, foi estabelecido o objetivo geral do trabalho. A abordagem de auditoria foi determinada a partir desse objetivo e desenhada para responder a cada uma das questões de auditoria elaboradas.

A abordagem do objeto de auditoria se deu de forma integrada, focando não apenas em aspectos de desempenho nas dimensões de equidade e, incidentalmente, eficiência, mas também em outros aspectos relevantes, como a adequação dos resultados dos programas às necessidades do público-alvo. Isso incluiu a análise da evolução da oferta de vagas de EJA ao longo dos anos e a qualidade e uniformidade dos serviços oferecidos nas diferentes modalidades de unidades escolares.

O reconhecimento da relevância social da EJA motivou a realização desta auditoria, que visa a contribuir para o aperfeiçoamento da política pública. A análise crítica da oferta de vagas frente à demanda potencial, a compreensão das características específicas dessa modalidade de ensino e a busca por recomendações para a melhoria da política pública são centrais para este trabalho.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos, na fase de planejamento, a amplitude e a profundidade do trabalho, contemplando: i) levantamento da magnitude da EJA na RME-SP; ii) avaliação do atendimento ao público-alvo e das estratégias para a permanência e progressão nos estudos; iii) análise das medidas adotadas para prevenção da evasão e abandono; iv) verificação dos mecanismos de garantia de qualidade e monitoramento de programas; v) comparação entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA, aferindo parâmetros de qualidade.

Diversas fontes foram utilizadas para construir os critérios adotados, como levantamento de riscos, formação continuada dos auditores, interação com especialistas em Educação e textos normativos e acadêmicos. Fontes imediatas incluem o Currículo da Cidade de São Paulo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na EJA, a Recomendação da UNESCO sobre aprendizagem e educação de adultos, a Recomendação SME/CME nº 4/2021 e artigos da Profa. Maria Clara de Pierro.

A equipe de auditoria delimitou seu trabalho a partir dos recursos disponíveis, sem comprometer o objetivo geral de contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de EJA no Município de São Paulo. O escopo foi discutido com a auditada ainda durante a fase de planejamento.

A equipe revisitou as hipóteses iniciais, formulou questões e critérios de auditoria baseados em normativos e artigos acadêmicos, e concluiu a avaliação de riscos. Foram definidos pontos de verificação e dados a serem coletados. Procedimentos e técnicas aplicados incluíram avaliação do ambiente de controles internos, observação direta, aplicação de formulários eletrônicos e questionários, entrevistas com gestores e análise de documentos.

Essas atividades buscaram fornecer uma análise abrangente e fundamentada do objeto auditado, buscando contribuir para a melhoria da política pública de EJA. Ajustes ao longo do planejamento impactaram a execução, e alguns objetos não foram contemplados devido à escassez de recursos.

Informações também foram requisitadas a todas as treze DREs do município e à amostra de 50 unidades escolares, além de visitas a doze unidades escolares em diferentes territórios.

O detalhamento do escopo e da metodologia do presente trabalho pode ser consultado no Apêndice 1³².

³² Neste relatório de auditoria, o capítulo intitulado "ESCOPO E METODOLOGIA" resume as principais abordagens, objetivos e procedimentos adotados durante a auditoria, ficando o Apêndice 2 destinado a fornecer detalhamento mais minucioso de cada etapa, técnica e critério utilizado, além de incluir documentos de suporte, tabelas detalhadas, e outras informações específicas que fundamentam o resumo apresentado no corpo do relatório. Assim, para tratar da metodologia desta auditoria, a equipe optou pela criação do apêndice, inspirando-se no Manual de Auditoria Operacional do TCU, que contém as seguintes recomendações:

3. RESULTADOS

A partir da constatação de que, de fato, o número de alunos matriculados e de escolas que oferecem EJA vêm decrescendo³³, sendo que uma parte ínfima da demanda potencial utiliza esse serviço na capital paulista (v. item 1.2 deste relatório), e tendo em vista os objetivos definidos para esta auditoria, foram investigados diversos fatores que contribuem para a diminuição de matrículas e analisadas eventuais estratégias existentes na RME-SP voltadas à permanência e progressão dos jovens e adultos nos estudos e à expansão de alunos matriculados na EJA. Os resultados desse trabalho serão apresentados com mais vagar nos três itens que compõem este capítulo.

3.1. Fatores que contribuem para a diminuição de matrículas

3.1.1. Ausência de acompanhamento e de utilização dos dados referentes aos alunos da EJA

A considerável diminuição de unidades educacionais que oferecem vagas em EJA ao longo dos últimos anos, como registrado no item 1.2 deste relatório, pode representar uma barreira de acesso à RME-SP advinda do prejuízo à capilaridade das unidades que oferecem esse serviço ao longo do território paulistano (v. item 3.1.3, que trata da distribuição da EJA nos distritos), constituindo mais um obstáculo à conversão da demanda potencial em efetiva e fator essencial a ser considerado no planejamento e execução dessa política pública.

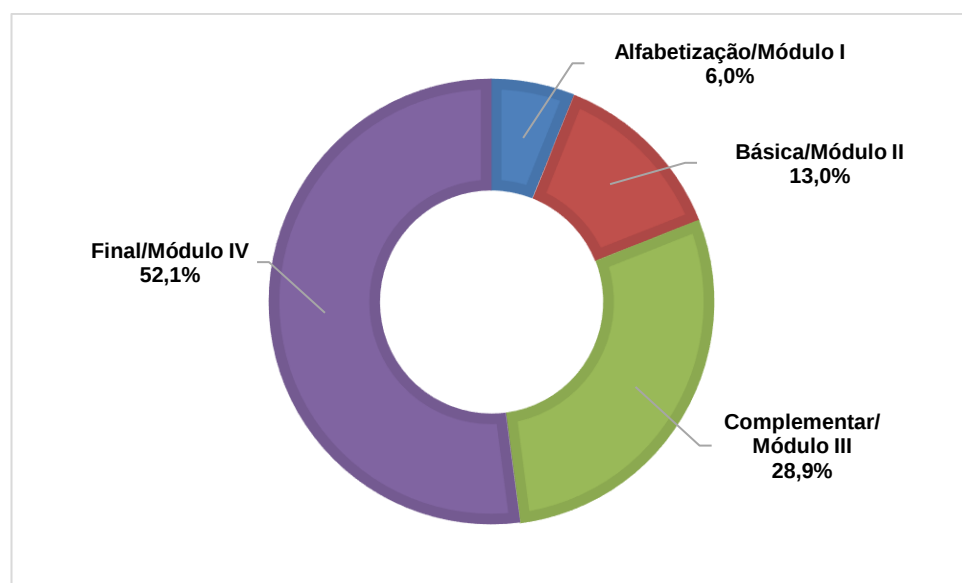
Para entender a complexidade do perfil dos alunos matriculados em EJA, fato que, por si só, impede a tentativa de encontrar um público homogêneo demandante desse serviço, deve-se observar, primeiramente, os dados oficiais da RME-SP.

⁵¹¹ Em auditoria operacional é incentivada a aplicação de métodos inovadores e a obtenção de evidências analíticas, as vezes aplicando-se técnicas que não são de domínio dos leitores. Dessa forma, para evitar que a explicação da metodologia aplicada fique demasiada extensa na introdução e nos capítulos principais do relatório, é necessário elaborar o apêndice metodológico.”

³³ Essa situação já havia sido identificada por diversos setores da sociedade, tendo sido diagnosticada por especialistas e objeto de inúmeras audiências públicas realizadas na CMSP, conforme consignado no capítulo 1 deste relatório.

Segundo a SME, em 2023, oito em cada dez estudantes estavam matriculados nas etapas correspondentes aos anos finais do ensino fundamental (complementar/módulo III e final/módulo IV) e apenas dois nos anos iniciais (alfabetização/módulo I e básica/módulo II), indicando que o atendimento efetuado nas escolas da RME-SP não está voltado à alfabetização, conforme evidenciado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Distribuição dos estudantes por etapa de ensino – 2023.



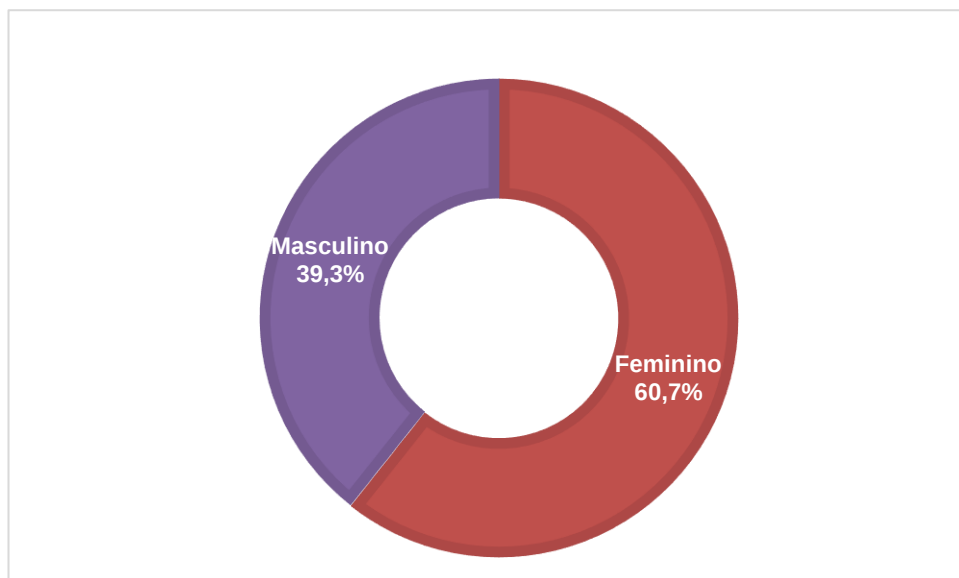
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base: maio de 2023)³⁴.

Além disso, no mesmo ano de 2023, conforme dados disponibilizados pela SME no Portal de Dados Abertos da Cidade de São Paulo³⁵, 60,7% dos estudantes da EJA eram do sexo feminino e 39,3%, masculino (Gráfico 7); 53,3% se declaram negros (pretos e pardos), 30,7% brancos, 0,3% amarelos, 0,2% indígenas e 15,5% se recusaram a informar ou não declararam (Gráfico 8).

³⁴ SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097268735).

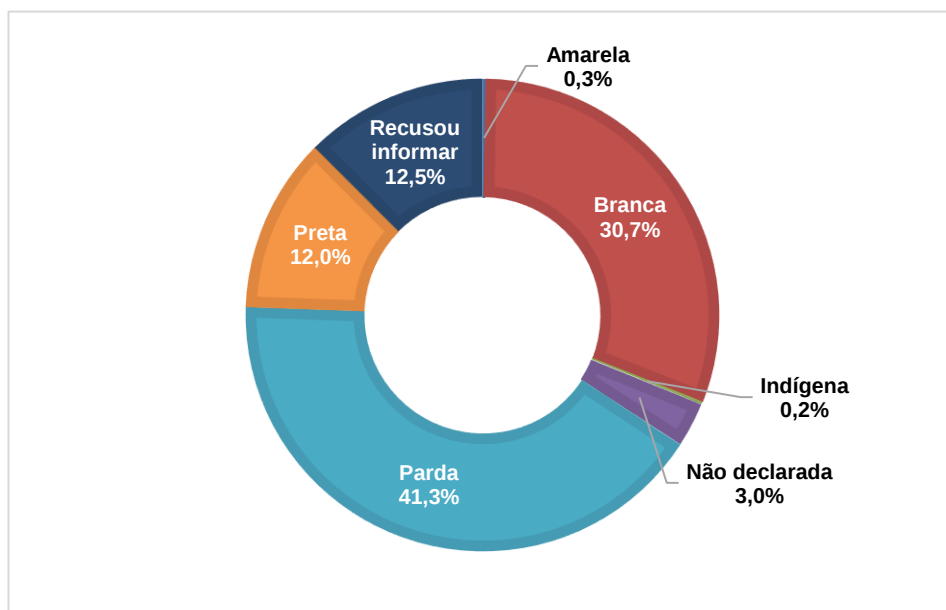
³⁵ Portal de Dados Abertos da Cidade de São Paulo. Perfil dos educandos - data-base: 25.12.2023. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/perfil-dos-educandos-cor-raca-idade-sexo-necessidades-educacionais-especiais. Acesso em: 20.03.2024.

Gráfico 7 -Perfil dos estudantes da EJA – sexo.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base: dezembro de 2023).

Gráfico 8 - Perfil dos estudantes da EJA - raça

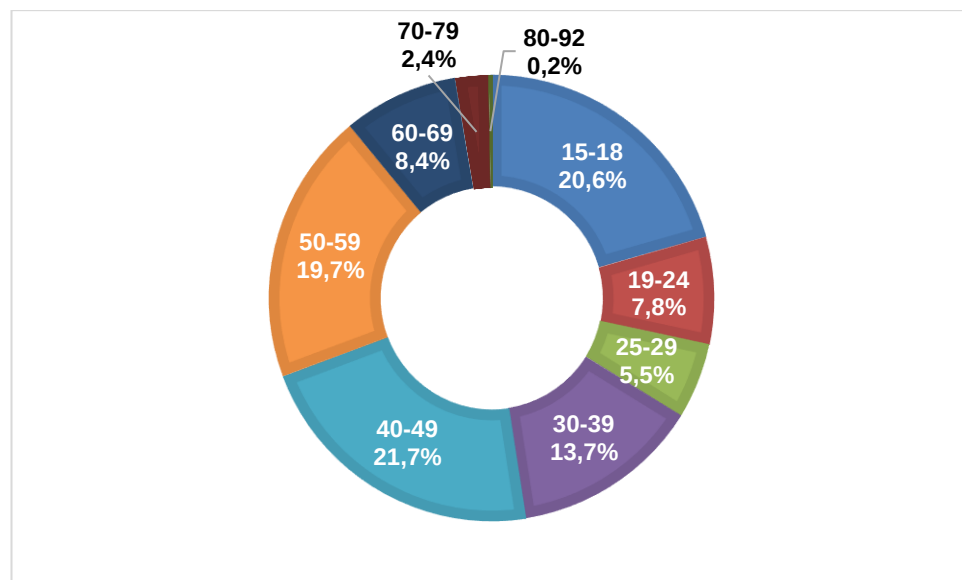


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base: dezembro de 2023).

Com relação à faixa etária, 68,4% dos estudantes eram pessoas de 19 a 59 anos, 20,6%, adolescentes de 15 a 18 anos e 11,0%, idosos de 60 a 92 anos (Gráfico 9), destacando-se

a “juvenilização” dos alunos da EJA, fenômeno estudado por pesquisadores da área educacional³⁶ e mencionado por diversos gestores das escolas visitadas.

Gráfico 9 - Distribuição dos estudantes por faixa etária.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base:dezembro)³⁷.

Vale notar, ainda, que as pessoas com deficiência representavam aproximadamente 3,6% dos alunos da EJA em 2023, também de acordo com dados da SME disponibilizados no Portal de Dados Abertos da Cidade de São Paulo. Desse total, 61,1% possuíam deficiência intelectual, 11,6% deficiência múltipla, 8,6% deficiência física não cadeirante, 4,5% surdez severa, 3,3% autismo e 2,5% deficiência física cadeirante, dentre outros.

Segundo dados fornecidos pela SME, do total de estudantes matriculados na EJA em 2022³⁸, cerca de um quarto abandonou a escola e a mesma proporção de alunos foi reprovada, observando-se, ainda, que os dados referentes ao ano de 2020 foram atípicos, em função das medidas decorrentes da pandemia de Covid-19 (Tabela 6).

³⁶ PEREIRA, T. V., & OLIVEIRA, R. A. A. (2018). Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 29(71), 528–553. <https://doi.org/10.18222/eae.v0ix.5013>. Acesso em: 26.02.2024.

DA SILVA, J. H. (2019). Juventudes, Trabalho e Educação: Uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização da EJA no Brasil?. *E-Mosaicos*, 8(19), 43–63. <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2019.46588>. Acesso em: 26.02.2024.

³⁷ Perfil dos educandos - data-base: 25.12.2023. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/perfil-dos-educandos-cor-raca-idade-sexo-necessidades-educacionais-especiais. Acesso em: 20.03.2024. Observação: não foram considerados os alunos com 9 e 14 anos - possivelmente há erro cadastral nesses casos, uma vez que a EJA atende estudantes a partir de 15 anos de idade.

³⁸ A SME apresentou dados extraídos do Censo Escolar. Até o momento de encerramento deste trabalho, os indicadores referentes ao ano de 2023 ainda não haviam sido divulgados pelo INEP.

Tabela 6: Taxas de rendimento da EJA.

Ano	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
2019	51,3%	27,1%	21,6%
2020	91,6%	5,6%	2,8%
2021	46,8%	34,9%	18,3%
2022	50,4%	25,0%	24,6%

Fonte: SME³⁹.

Assim, pode-se afirmar que o levantamento institucional e análise dos motivos que levam os estudantes da EJA a desistirem dos estudos⁴⁰ é essencial para o enfrentamento desse fenômeno a partir do conhecimento das reais demandas e necessidades desse público, problema que se mostra ainda mais relevante diante da diversidade própria aos alunos da EJA da RME-SP, uma vez que as turmas são compostas por jovens, adultos e idosos de diferentes faixas etárias, dentre eles transexuais, adolescentes em liberdade assistida, pessoas com deficiência, em situação de rua e migrantes⁴¹.

Não obstante a diversidade de alunos revelada pelos dados divulgados pela própria SME, e por conseguinte, de realidades e vivências distintas, cerca de um terço das unidades educacionais que responderam o formulário eletrônico declararam que não realizam levantamento acerca dos motivos para a baixa frequência, abandono e evasão escolar dos estudantes da EJA.

Embora quase a totalidade das escolas visitadas (91,7%), por seu turno, tenha afirmado que mapeia essa questão com os estudantes, diante da solicitação para indicação do tipo levantamento que é realizado, evidenciou-se que, em geral, o que se tem são impressões colhidas de maneira informal.

39 SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097268735).

40 A desistência dos alunos foi apontada, inclusive, como problema relevante por diversos gestores das escolas visitadas e das unidades que responderam o formulário eletrônico, os quais também apontaram as oscilações do número de estudantes da EJA ao longo do ano como um dos principais desafios enfrentados pelas escolas.

41 A exclusão escolar, por razões sociais e econômicas, pode ser considerada um ponto em comum na trajetória desses estudantes, e é fundamental contar com educadores com formação e experiências específicas, que permitam a eles o reconhecimento natural do caráter especializado da docência de jovens e adultos, sobretudo em virtude da cultura e do processo de aprendizagem dos jovens e adultos próprios da política pública em tela.

Feita essa ressalva, vale informar que os gestores das escolas visitadas indicaram os seguintes motivos como os principais para que os alunos desistam dos estudos: mudança de trabalho, carga de trabalho extensa, mudança de endereço, adoecimento (físico e psicológico), problemas familiares diversos e vulnerabilidade social.

De fato, entre os alunos aos quais foram aplicados os questionários e que afirmaram já terem pensado parar de estudar (10,3%)⁴², os motivos mais mencionados que os levaram a cogitar abandonar os estudos estão relacionados à dificuldade enfrentada para conciliar trabalho e escola⁴³.

No que tange à aprendizagem, constatou-se, ao longo da auditoria, que os resultados das avaliações externas aplicadas em 2022 e 2023 (Prova São Paulo) atinentes à EJA ainda não haviam sido disponibilizados até o encerramento da execução deste trabalho. Essa falta de tempestividade, sobretudo se considerado o lapso temporal mais curto próprio das etapas na EJA, compromete a utilização dos dados para a reorientação do planejamento das unidades educacionais, da proposta pedagógica e dos estudantes, com vistas ao incremento do desempenho dos alunos em seu cotidiano escolar.

A falta de divulgação dos resultados da avaliação externa denota, ainda, fragilidade da política pública da EJA na RME-SP, uma vez que a Prova São Paulo é considerada o indicador e o instrumento de acompanhamento da EJA na esfera central, segundo a própria SME⁴⁴.

As altas taxas de reprovação e de abandono escolar revelam desafios a serem enfrentados pela SME em relação à aprendizagem e à permanência dos estudantes da EJA, ressaltando-se que o foco do atendimento oferecido deve estar nas necessidades e especificidades desse público. Não basta, portanto, que a SME realize o mapeamento do

⁴² Esse percentual é referente aos alunos já matriculados na RME-SP e que, portanto, já reconheceram a importância da escola em suas vidas, situação distinta do público da demanda potencial, que ainda tem necessidade de um trabalho de conscientização e atração para retornarem aos estudos.

⁴³ Conciliar o trabalho com os estudos apresenta-se como problema que acompanha boa parte dos estudantes ao longo de sua vida. Questionados a respeito do(s) motivo(s) para a interrupção dos estudos na "idade própria", a alternativa "Precisei trabalhar" foi a assinalada com maior frequência pelos alunos das escolas visitadas (53,8%), seguida de "Precisei cuidar do(s) meu(s) filho(s)" (25,5%), "Tive que mudar de região" (19,3%) e "Precisei cuidar de familiar(es)" (12,4%).

⁴⁴ SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097325118).

público-alvo da EJA⁴⁵, fazendo-se necessário que esses dados sirvam realmente de objeto de análise voltada à efetiva promoção, de forma sistemática, de divulgação interna e reflexão sobre tais informações. Com isso, as perspectivas de desenvolvimento e a aplicação de estratégias mais assertivas, que integrem todo o ciclo da Educação Básica da EJA, passarão por incremento considerável.

Em outras palavras, o mapeamento constante da meta 10 do PME vigente (estratégia 10.1), instrumento de monitoramento da política pública com grande poder diagnóstico e indicativo dos caminhos a serem seguidos na condução de programas e projetos, deve ser efetivamente aplicado e as ações e medidas dele derivadas, comunicadas e aplicadas de maneira eficiente por toda a RME-SP.

3.1.2. Carência de normas específicas sobre EJA e de orientações compatíveis com as características dessa política pública

A dificuldade para a abertura de turmas, em razão das orientações dadas pelas DREs às unidades educacionais relativas ao número mínimo de alunos, também emerge como problema relevante enfrentado pela rede que acaba por impactar a demanda dos alunos pela EJA.

De fato, não obstante todas as treze DREs, com exceção da Campo Limpo, tenham respondido, via formulário eletrônico (Apêndice 3), que, em 2023, não haviam dado qualquer orientação às escolas no sentido de atrelar a abertura de turmas da EJA a um número mínimo de alunos interessados em se matricular⁴⁶, ampla maioria das unidades educacionais (80,0% daquelas que responderam o questionário eletrônico e 75,0% das escolas visitadas) afirmaram terem recebido, de suas respectivas DREs, naquele mesmo

⁴⁵ Consta da LM nº 16.271/15, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo (PME), de vigência decenal, na Estratégia 10.1, a previsão de mapeamento da situação de jovens, adultos e idosos não alfabetizados ou com escolaridade incompleta e das demandas existentes para alfabetização, Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, inclusive nas unidades prisionais no município de São Paulo. Além disso, está consubstanciado na Recomendação sobre aprendizagem e educação de adultos da UNESCO (meta 26), na Recomendação SME/CME nº 4/2021 e no artigo da professora Maria Clara Di Piero supramencionado o imperativo de monitoramento da EJA como forma de garantir a efetividade dessa política pública.

⁴⁶ Além disso, todas as DREs afirmaram não existir fechamento automático de turmas, sendo que a demanda, o número de alunos, as projeções e divulgações feitas pelas unidades são analisadas pela DRE e gestão da escola conjuntamente.

ano, orientação atinente ao número mínimo de estudantes para a abertura de turmas da EJA.

Além da divergência de informações entre DREs e escolas, a variedade de regras e normativos mencionada pelas unidades educacionais quanto à matéria⁴⁷, também chama a atenção para outro problema apontado por especialistas durante a audiência pública mais recente realizada na CMSP⁴⁸, qual seja, a aplicação à EJA de normativos pensados para o Ensino Fundamental, muitas vezes incompatíveis com as características próprias da educação de jovens e adultos (como a flexibilidade, por exemplo). A falta de regramento claro e voltado especificamente à EJA acaba por trazer insegurança aos gestores e prejuízos à prestação dessa política pública, dado que muitas vezes são adotadas regras *ad hoc* e incompatíveis com o exercício dos direitos do público-alvo da EJA.

O resultado dessa indefinição sistêmica com relação a ponto sensível da EJA foi o surgimento, verificado a partir das respostas dos gestores, de uma infinidade de entendimentos adotados pelas escolas quanto ao número mínimo de interessados necessário à formação de uma nova turma de EJA, havendo, ainda, gestores que apresentaram considerações gerais, sem especificar o número mínimo de alunos adotados pela escola, fato que demonstra a carência de uma regra clara quanto à matéria.

Assim, o número mínimo de alunos para a criação de turmas adotado pelas unidades educacionais sob direção dos gestores que receberam os formulários eletrônicos e a visita dos auditores do TCMSP vai de 10 a 30 estudantes, sendo as quantidades indicadas com mais frequência 15 e 20 alunos.

Houve gestores que pontuaram, ainda, terem recebido orientação de que o número mínimo de estudantes para a abertura de turmas seria igual a 50% da capacidade da sala mais um aluno e, de fato, a equipe de auditoria teve acesso a e-mail enviado pela DRE Campo Limpo

⁴⁷ Para responder a essa questão, os gestores invocaram diferentes normativos (Instruções Normativas nºs 29/2022, 01/2023 e 26/2023, além da Portaria nº 9032/2017).

⁴⁸ Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, realizada em 25.04.2024, que teve como tema a Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAJLi7i76rM>. Acesso em 26.04.2024.

a algumas unidades educacionais, do qual consta a observação de que, conforme orientação da SME, só seria analisada a abertura de novas turmas caso fosse constatada a demanda de 50% da capacidade da sala mais um aluno, (peça 3), constituindo-se essa regra como a mais restritiva dentre todas as observadas ao longo do trabalho.

Enfim, vale o alerta de que a falta de uniformidade observada quanto ao número mínimo de estudantes para a criação de turmas da EJA pode contribuir para o aumento das desigualdades já existentes entre os diferentes territórios e escolas da cidade.

Nesse sentido, a necessidade de adequações do atendimento e da normatização da EJA, à luz das necessidades dos estudantes dessa modalidade, foi pontuada por diversos gestores educacionais. A seguir transcrevemos as seguintes considerações:

Necessitamos de uma revisão da legislação vigente, de modo que a RME organize a educação de jovens e adultos atendendo às especificidades que essa modalidade requer. O atendimento de estudantes adultos e trabalhadores não pode ser normatizado pelas mesmas regras que o ensino regular: por exemplo, a dificuldade de reter estudantes que precisam de mais tempo para avançar para a série subsequente precisa ser revista (os próprios estudantes pedem pela reprovação e na maioria das vezes não podemos realizá-la), o que nos faz crer que a IN 30 de 31/10/2023 precisa ser revista. A SME precisa garantir flexibilizações no campo da organização escolar, conferindo maior autonomia às UEs, para que possamos adequar o nosso atendimento à vida real dos estudantes e organizar a demanda por vagas/ matrículas com base na realidade do território.

Gestor de unidade educacional

Como venho discutindo com a DIEJA, é necessário discutir o conceito de “abandono escolar”, porque se esses estudantes parassem de vir e permanecessem fora da escola, isso poderia traduzir uma inadaptação (inclusive de ordem pedagógica). Contudo, eles retornam sempre que conseguem o que demonstra que as formas de atendimento da EJA, mesmo diversas, ainda não dão conta dessas realidades. Entendo que seria importante desatar algumas amarras normativas que existem para que possamos atendê-los em suas necessidades.

Gestor de unidade educacional

Houve, ainda, gestores de unidades educacionais que indicaram a necessidade de implementação de algum tipo de auxílio financeiro para incentivar a permanência dos estudantes da EJA⁴⁹. Em suas palavras:

Nossa unidade possui rotatividade de matrículas, desligamentos e rematrículas às vezes do mesmo estudante que se desligou durante o ano letivo. Isso diz respeito à alta vulnerabilidade que nossa comunidade enfrenta para poder permanecer e concluir os estudos de Ensino Fundamental. Avaliamos que o principal desafio seria uma política pública robusta de permanência para jovens, adultos e idosos, com algum tipo de auxílio financeiro.

Gestor de unidade educacional

Em 2016 e 2017 tínhamos o Projovem que alunos vinham estudar e tinha sala de acolhimento para crianças e ajuda de custo. Quando iniciamos com a Eja tivemos e temos muita Dificuldade de as alunas voltarem e se manterem na escola pois alegam que não tem quem fique com as crianças.

Gestor de unidade educacional

Vale lembrar, ainda, que o PME também registra como estratégia para alcance da meta 10, a reivindicação, pelo ente municipal, de benefício adicional no Programa Nacional de Transferência de renda para jovens e adultos que frequentem cursos de alfabetização (estratégia 10.7).

Com relação à percepção dos gestores sobre incentivos não financeiros recebidos para a manutenção ou ampliação do atendimento da EJA, somente 14% daqueles que responderam o formulário eletrônico consideraram contar com algum tipo de apoio, mas quando essa minoria foi questionada sobre quais incentivos recebiam, as respostas foram genéricas, como “apoio da supervisão com orientações e sugestões de ações pedagógicas”.

As respostas dadas, pelos gestores, tanto os das escolas visitadas, como aqueles que preencheram os formulários eletrônicos, revelam ao menos dois aspectos importantes, quais sejam, 1) a maioria dos gestores não considera o aumento de pessoal (Coordenador

⁴⁹ A necessidade de auxílio financeiro para os estudantes da EJA também foi levantada por alguns munícipes na Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, realizada em 25.04.2024, que teve como tema a Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAJLi7i76rM>. Acesso em 26.04.2024.

Pedagógico) decorrente da presença de turmas de EJA nas EMEFs – conforme definido pelos normativos e observado em trabalho de campo – como um incentivo; e 2) esse aumento de pessoal não necessariamente é revertido em proveito da EJA (não foram encontrados em uma EMEF sequer, ao longo do trabalho de campo, servidores dedicados integralmente à EJA). Esse é um indício da presença residual da EJA nas EMEFs, que será tratada com mais vagar no item 3.3 deste relatório.

3.1.3. Concentração do atendimento em um tipo de EJA

A coexistência de diferentes formas de atendimento em EJA em uma rede de ensino é fundamentada em uma série de pressupostos e critérios que deveriam influenciar a escolha por um desses tipos de atendimento em cada situação específica⁵⁰.

Entretanto, constatou-se que a escolha de forma de atendimento de EJA nas EMEFs, que deveria ser baseada em uma combinação de fatores, incluindo as características e carências dos alunos, a disponibilidade de recursos, as demandas locais e as prioridades educacionais, de modo a garantir o atendimento adequado às necessidades dos alunos e a promoção da equidade educacional, tem atendido a outras prioridades, como a acomodação de interesses de educadores – sobretudo os mais antigos na carreira, que, em geral, ostentam maior pontuação e remuneração mais elevada –, que adotam a EJA como mais uma possibilidade de acúmulo de cargos.

Assim, não obstante uma das estratégias voltadas ao alcance da meta 10 do PME, consista na priorização, na EJA da RME-SP, de projetos como o CIEJA e a EJA Modular, que visem

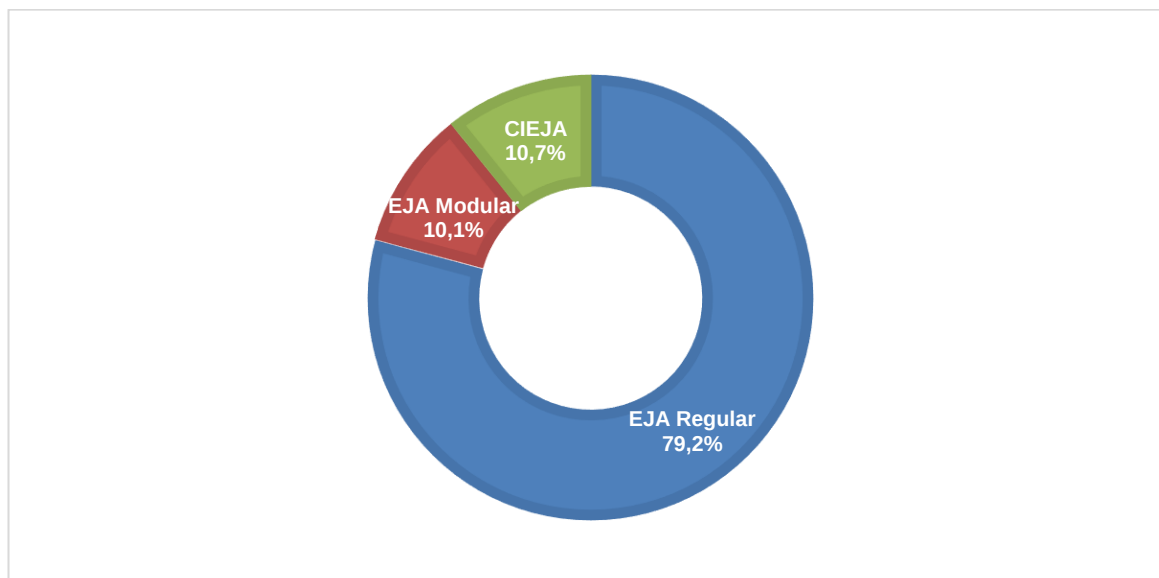
⁵⁰ Dentre esses pressupostos e critérios, podem ser citados:

- ✓ diversidade de perfis de alunos: cada forma de atendimento pode ser mais adequada para atender a diferentes perfis de alunos (a EJA Regular pode ser mais apropriada para aqueles que desejam concluir seus estudos seguindo o currículo em uma sequência tradicional);
- ✓ flexibilidade curricular: algumas formas de atendimento, como a EJA Modular, podem oferecer maior flexibilidade curricular, permitindo que os alunos escolham os módulos que desejam cursar de acordo com suas necessidades e disponibilidade de tempo;
- ✓ abrangência geográfica: a distribuição das diferentes formas de atendimento deveria ser feita levando em consideração a localização geográfica das unidades educacionais e as necessidades específicas das comunidades atendidas;
- ✓ recursos disponíveis: a disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros pode influenciar a escolha da forma de atendimento em cada unidade educacional, no sentido de que unidades com maior disponibilidade de recursos destinados à EJA poderiam oferecer uma gama mais ampla de opções de atendimento;
- ✓ demandas locais e prioridades educacionais: as demandas e prioridades educacionais específicas de cada comunidade deveriam orientar a escolha da forma de atendimento (em áreas com altos índices de analfabetismo, poderia ser priorizada a oferta de programas intensivos de alfabetização, como o MOVA); e
- ✓ parcerias e articulações com outras instituições: as parcerias com outras instituições, como organizações da sociedade civil e universidades, poderiam influenciar a oferta de determinadas formas de atendimento em uma unidade educacional.

ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses educandos (estratégia 10.8), bem como proposição do Conselho Municipal de Educação, consubstanciada na Recomendação nº 04/2021, de indicação, pela unidade educacional, da forma de atendimento que corresponda às expectativas explicitadas pelo interessado, pode-se observar, a partir dos dados da própria SME, que a oferta da EJA na RME-SP é pouco diversificada, com predominância da EJA Regular.

De fato, em 2023, 79,2% das unidades educacionais da RME-SP ofereciam o atendimento da EJA Regular, que é a forma menos flexível dessa modalidade, sendo os 20,8% restantes divididos entre os CIEJAs e as escolas que ofertavam a EJA Modular, como pode ser observado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Escolas por tipo de atendimento.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME (data-base: dezembro de 2023)⁵¹.

Como uma das consequências da baixa diversidade da oferta da EJA observada na RME-SP, quase metade dos alunos das escolas visitadas que responderam o questionário declararam desconhecer os diferentes tipos de atendimento da EJA oferecida pela RME-SP.

⁵¹ Portal de Dados Abertos da Cidade de São Paulo. Perfil das turmas e unidades educacionais em funcionamento. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/afa17bfd-3286-4c40-87c9-52933066a592/resource/fc534608-e807-4850-a933-7f4bd0533b33/download/turmas_122023.csv. Acesso em: 18.01.2024.

Com relação à distribuição das unidades educacionais no Município (por tipo de EJA), a equipe de auditoria apurou que em 2023 a EJA Regular era oferecida em 55 dos 96 distritos da cidade, os CIEJAs em 16 distritos e a EJA Modular em apenas 11 distritos, comprometendo a capilaridade da EJA na RME-SP, fato que representa mais uma barreira à conversão da demanda potencial em demanda efetiva (v. Apêndice 2).

O reduzido número de escolas e distritos que oferecem as formas mais flexíveis da EJA restringe a possibilidade de escolha do tipo de atendimento que melhor corresponda às expectativas do público-alvo. Além disso, a maior parte dos potenciais estudantes acaba sendo direcionada a uma unidade educacional que oferece atendimento da EJA Regular, formato menos flexível da Rede.

De fato, observou-se, ao longo das análises de documentos, e sobretudo durante o trabalho de campo, a inversão da lógica para definição dos tipos de atendimento existentes nas escolas, definição essa voltada a atender questões ligadas à administração da escola e de pessoal em detrimento das necessidades de aprendizagem e possibilidades de frequência escolar dos potenciais estudantes.

Essa realidade não foi observada nos CIEJAs, sobretudo devido ao fato de esse tipo de oferta ter sido modelado com vistas a atender exclusivamente alunos da EJA, sendo geralmente orientado pelas necessidades reais dos potenciais estudantes. Vale lembrar que essas instituições foram concebidas especificamente para atender às demandas desse público-alvo⁵², oferecendo flexibilidade curricular, horários alternativos e uma abordagem mais personalizada para a aprendizagem, tendendo, ainda, a contar com equipes multidisciplinares especializadas em educação de jovens e adultos, o que pode resultar em um suporte mais eficaz para os alunos que enfrentam desafios específicos.

⁵² Cabe uma ressalva quanto aos prédios em que os CIEJAs foram instalados, pois não foram projetados para abrigar a EJA, mas adaptados, uma vez que serviam, em sua origem, a outras destinações (sacolões, anexos de EMEFs e conjunto de salas comerciais, por exemplo). Esse fato ocasiona uma série de contratempos e limitações aos CIEJAs, como será demonstrado no item referente à infraestrutura das unidades escolares do item 3.3 deste relatório.

3.2. Estratégias voltadas à expansão de alunos matriculados na EJA e à permanência e progressão dos jovens e adultos nos estudos

Mesmo reconhecendo que a redução do número de matrículas na EJA é um fenômeno nacional observado nos últimos anos e reconhecido, inclusive, por altas autoridades da capital paulista⁵³, entende-se que o Município de São Paulo, em virtude das características que fazem dele um território único, historicamente com altos níveis de investimento de recursos públicos na área da Educação, quando comparado a outras regiões do País, e com poder de atração de profissionais qualificados, deve ocupar lugar de vanguarda na busca por reversão do cenário atual.

Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, pode-se afirmar, com base em dados divulgados pela própria SME, que o número de vagas preenchidas e de escolas que oferecem EJA vem-se contraindo ao longo dos anos, fato que torna necessário pôr à prova a hipótese de que o Município carece de estratégias que invertam essa tendência colidente com o interesse público, consubstanciado no ordenamento pátrio, desde a CF/88 até normativos infralegais, e cujas consequências se fazem sentir em toda a estrutura brasileira, em suas vertentes sociais, econômicas (formação de capital humano) e políticas (exercício da cidadania).

De fato, a título de exemplo, consta das estratégias 10.3 e 10.5 do PME, do parágrafo 23 da Recomendação sobre aprendizagem e educação de adultos da UNESCO, do item 5 da Recomendação SME/CME nº 4/2021, bem como de artigos acadêmicos⁵⁴, prescrição para que a Administração Pública adote estratégias destinadas à permanência e à expansão dos alunos matriculados em EJA.

A seguir são registrados os resultados dos testes de auditoria realizados sobre uma série de estratégias destinadas a EJA na RME-SP.

⁵³ Audiência Pública que contemplou a prestação de contas do 1º trimestre de 2024 da SME e Audiência Pública sobre EJA, ambas realizadas na CMSP, em 24.04.2024 e 25.04.2024, respectivamente, e disponíveis em https://www.youtube.com/watch?v=LITx_ZvQfgo e <https://www.youtube.com/watch?v=KAJLi7i76rM>. Acesso em 26.04.2024.

⁵⁴ Um bom exemplo de discussão dessas estratégias é o artigo “Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos”, de DI PERRO, M. C.. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 18.01.2024.

3.2.1. Cadastro on-line

Como visto anteriormente, o monitoramento da cobertura da EJA no território paulistano constitui aspecto relevante atinente à utilização de dados como estratégia eficaz de conversão da demanda potencial em efetiva.

Nesse sentido, quando questionada acerca de existência de eventual estratégia para o atendimento da demanda potencial da EJA no município de São Paulo, a SME informou que um cadastro on-line destinado à EJA está em fase de desenvolvimento, cuja entrada em produção deve ocorrer ainda em 2024⁵⁵, o que permitirá o preenchimento das informações via internet, dispensando, portanto, o comparecimento presencial de eventuais interessados nas unidades educacionais, fato que poderá incentivar potenciais estudantes a ingressarem na EJA.

Ainda segundo essa Pasta, há previsão de que, a partir dos dados coletados desse cadastro, sejam identificadas as regiões mais adequadas para atendimento dos interessados, mesmo que não haja oferta da EJA nas localidades informadas pelos cadastrados.

Desse modo, a implantação do cadastro on-line e sua utilização para monitoramento das regiões mais propícias ao estabelecimento da EJA devem trazer incremento significativo às atividades de planejamento, monitoramento e avaliação da política pública dessa modalidade, uma vez que, por meio das informações lançadas pelas unidades escolares e pelos usuários que preencheram o cadastro via internet, a Administração Pública passará a ter maior domínio sobre a real demanda da EJA e, por conseguinte, a possibilidade de tomada de ações mais ágeis voltadas à atração de alunos à RME-SP.

3.2.2. Divulgação

A ampla divulgação das ofertas da EJA, seja pelos meios de comunicação, seja pelo engajamento da comunidade, em colaboração com outros órgãos, instituições, associações

⁵⁵ SEI nº 6016.2024/0016935-8 (DOC SEI 099577260).

e empresas locais, visando à inclusão de jovens e adultos que não frequentaram a escola, ou o fizeram há muito tempo, são proposições efetuadas pelo Conselho Municipal de Educação, na Recomendação nº 04/2021.

Do mesmo modo, o Plano Municipal de Educação (PME) dispõe de estratégia que trata de promoção de busca ativa de jovens e adultos fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, cultura, direitos humanos, esportes, e proteção à juventude, aos idosos e às pessoas com deficiência, prevendo ainda a realização de chamadas públicas regulares na grande mídia para a EJA, em regime de colaboração com o Estado de São Paulo e a União e em parceria com as organizações da sociedade civil (estratégia 10.2).

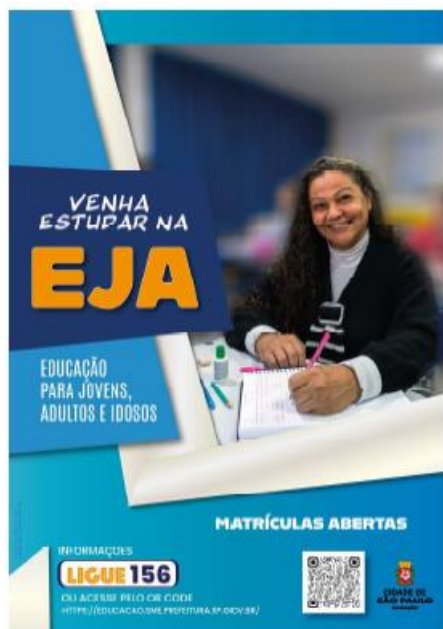
De acordo com a SME⁵⁶, as medidas adotadas voltadas à divulgação da EJA foram:

- a) parcerias de divulgação de panfletos e cartazes com a São Paulo Transporte S/A (SPTrans) – 170 cartazes expostos nos terminais de ônibus da cidade, na segunda quinzena de agosto de 2023;
- b) distribuição de cartazes pelas unidades educacionais – 2.000 cartazes distribuídos para as DREs em 2023;
- c) socialização de vídeos nos canais das mídias sociais da SME e da Prefeitura de São Paulo;
- d) parceria de divulgação institucional com o programa Reencontro, que atende pessoas em situação de rua; e
- e) divulgação em veículos de comunicação – uma inserção em 2022 e nove em 2023.

Apresenta-se, a seguir, um dos modelos dos cartazes distribuídos pela SME:

⁵⁶ SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097325118), SEI nº 6016.2024/0016935-8 (DOC 100078170 e DOC 099866611).

Figura 1 - Cartaz de divulgação da EJA.



Fonte: SME.

Nesse cartaz, os interessados são direcionados ao sítio eletrônico da SME e ao canal 156. Em consulta à página eletrônica da Pasta⁵⁷, constatou-se que as informações referentes às escolas que oferecem vagas na EJA estavam desatualizadas, havendo, dentre as unidades educacionais indicadas, 36 escolas que já não ofertavam essa modalidade de ensino, como por exemplo as EMEFs Oliveira Viana, Carolina Renno Ribeiro de Oliveira e Otoniel Mota (Figura 2).

⁵⁷ Unidades Educacionais – EJA. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/unidades-educacionais-eja/>. Acesso em: 05.04.2024.

Figura 2 - Informações sobre escolas (sítio eletrônico da SME).

Secretaria Municipal de Educação / Educação de Jovens e Adultos – EJA / Unidades Educacionais – EJA

Educação de Jovens e Adultos – EJA

Apresentação

Formas de Atendimento

Unidades Educacionais

Matrícula

Publicações

Ações

Equipe

A Rede Municipal de Educação conta atualmente com 185 unidades educacionais que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Cidade de São Paulo. As unidades estão organizadas por Diretorias Regionais de Educação (DRE).

Clique no nome da Unidade Educacional abaixo para acessar o endereço e telefone (acessa Google Maps).

Você também pode pesquisar uma Unidade Educacional por nome ou endereço, clicando aqui .

Diretoria Regional Butantã

Diretoria Regional de Educação Campo Limpo

Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro

Diretoria Regional de Educação Freguesia / Brasilândia

Diretoria Regional de Educação Campo Limpo

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO

EMEF TERESA MARGARIDA DA SILVA E ORTA
EMEF THEODOMIRO MONTEIRO DO AMARAL, PROF.
EMEF OLIVEIRA VIANA
EMEF MARIO RANGEL, CEL.
EMEF IRACEMA MARQUES DA SILVEIRA, PROFA.
EMEF LEONARDO VILLAS BOAS
CIEJA CENTRO INT ED JOVENS E ADULTOS – CAMPO LIMPO
EMEF MARIA RITA LOPES PONTES – IRMA DULCE
EMEF HERBERT DE SOUZA – BETINHO
EMEF JORGE AMERICANO, PROF.
EMEF ANNA SILVEIRA PEDREIRA
EMEF VEREMUNDO TOTH, DOM
EMEF CLEMENTE PASTORE, PROF.
EMEF PROCOPIO FERREIRA
EMEF ZULMIRA CAVALHEIRO FAUSTINO
EMEF FAGUNDES VARELLA
EMEF ANTONIO ALVES DA SILVA, SG.
EMEF LORENCO MANOEL SPARAPAN, PROF.
EMEF PERIMETRAL
EMEF OTONIEL MOTA
EMEF PAULO FREIRE, PROF.
CEU EMEF HERMES FERREIRA DE SOUZA
EMEF CAROLINA RENNO RIBEIRO DE OLIVEIRA, PROFA.
EMEF ANTONIO ESTANISLAU DO AMARAL
EMEF AIRTON ARANTES RIBEIRO, PROF.
EMEF PAULO COLOMBO PEREIRA DE QUEIROZ, DES.
EMEF MODESTO SCAGLIUSI
EMEF MAURO FACCIO GONCALVES – ZACARIA
CEU EMEF VILA DO SOL
EMEF SOCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUSA VIEIRA DE OLIVEIRA
Fonte: SME.

A divulgação imprecisa de informações no sítio eletrônico da SME pode desestimular as matrículas dos estudantes potenciais, uma vez que demanda esforços adicionais dos interessados para a obtenção de dados precisos sobre as unidades educacionais que oferecem vagas na EJA.

Quando questionadas, via formulário eletrônico, a respeito de eventuais medidas adotadas para conversão da demanda potencial em demanda efetiva, todas as DREs responderam que promoveram ações nesse sentido, tendo sido o incentivo à divulgação das unidades educacionais, orientações às escolas quanto ao cadastro e a disseminação de cartazes e panfletos as medidas mais citadas por essas instâncias regionais.

Com relação às escolas, 66,0% das unidades que responderam os formulários eletrônicos e 91,7% das escolas visitadas declararam que adotaram alguma medida para atendimento da demanda potencial em 2023. A distribuição de panfletos no território e a exposição de cartazes e faixas na escola foram as ações mais citadas pelas unidades educacionais.

Houve, ainda, escolas que relataram ter tomado medidas diferenciadas para o atendimento da demanda potencial, como parcerias com agentes públicos de equipamentos da região (Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social, Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo etc.), lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e coletivos, promoção de eventos em que o aluno pode trazer convidados para conhecer a escola e investimento em anúncios pagos nas redes sociais, com direcionamento por faixa etária e geolocalização (Figura 3).

Figura 3 – Ações para divulgação da EJA.

	
Jantar "Convide um Amigo".	Dados referentes a anúncio patrocinado nas redes sociais.

Fonte: Documentação fornecida pelas escolas visitadas.

Os alunos das escolas visitadas que responderam o questionário, por sua vez, disseram que tomaram conhecimento da EJA, sobretudo, por meio de indicações de amigos (33,1%) e familiares (18,6%)⁵⁸. Os cartazes e faixas de divulgação da modalidade também foram citadas pelos estudantes (20,7% e 12,4%, respectivamente).

As medidas para divulgação da EJA empreendidas pela SME podem ser consideradas acanhadas, frente à demanda potencial dessa modalidade e ao desafio de reverter a queda acentuada do número de estudantes matriculados ao longo dos últimos anos.

Embora a SME tenha realizado campanhas em terminais de ônibus e outras iniciativas de divulgação, como mencionado anteriormente, é necessário propor uma reflexão sobre a eficácia dessas estratégias. A realização de estudos voltados ao desenvolvimento de

⁵⁸ Os estudantes poderiam assinalar mais de uma alternativa nessa questão.

campanhas em ônibus com maior apelo ao público-alvo da EJA, aferir o retorno trazido pelo aumento do tempo de exposição desses cartazes, ou mesmo do número de ônibus em que eles serão afixados pode fornecer informações valiosas para aprimorar as futuras campanhas de divulgação⁵⁹.

Por outro lado, as iniciativas das unidades educacionais para disseminação dessa modalidade dependem do engajamento da gestão escolar e dos professores, variando consideravelmente entre as diferentes escolas e regiões da cidade.

É fundamental que essas iniciativas sejam monitoradas e avaliadas constantemente, e que os resultados obtidos sejam utilizados de forma criativa e mais assertiva na divulgação da modalidade. Exemplos de ações bem-sucedidas adotadas por algumas unidades escolares visitadas, como a divulgação em redes sociais e a promoção de jantares de boas-vindas com o mote “traga um amigo”, tratadas com mais vagar no item 3.3, demonstram uma abordagem mais próxima da realidade do público-alvo, o que pode contribuir para atrair mais alunos para a EJA. No entanto, é essencial que essas estratégias sejam potencializadas pela atuação institucional da SME, de forma a alcançar todos os territórios da cidade de modo mais uniforme e eficaz.

3.2.3. Articulação com o Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA-SP) e com as escolas de Ensino Médio e Profissionalizante

A articulação do Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA-SP) com os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) e com as unidades educacionais regulares que oferecem a EJA, incentivando a continuidade de estudos dos educandos, é uma estratégia constante da meta 10 do PME (estratégia 10.3).

A SME informou que as medidas institucionalizadas de articulação do MOVA com EMEFs e CIEJAs, e destas duas com as escolas de Ensino Médio, ocorrem no acompanhamento da supervisão escolar, que periodicamente (no mínimo mensalmente) comparece à unidade

⁵⁹ A título de ilustração, pode ser elaborado um estudo sobre qual seria a alternativa mais eficaz: afixar cartazes em cada um dos 3.500 ônibus e nas mais de quinhentas EMEFs da cidade, ou distribuí-los às DREs e afixá-los apenas nos terminais de ônibus, como já feito anteriormente.

educacional, orientando a equipe gestora para que estabeleça diálogo com os estudantes e as famílias, indicando as possibilidades para progressão dos estudos⁶⁰.

Já as DREs declararam, de forma unânime, que realizam ações de articulação do MOVA com as unidades educacionais da RME-SP, destacando os momentos de formação de educadores e gestores e a Semana de Alfabetização da EJA/MOVA. A respeito do relacionamento com as escolas de Ensino Médio, 84,6% das DREs disseram que realizam ações nesse sentido, indicando, sobretudo, medidas relacionadas à articulação da demanda com as redes estadual e municipal.

As respostas das unidades educacionais sobre articulação, entretanto, foram significativamente diferentes e mais próximas da situação que se apresenta ao público-alvo da EJA, como demonstrado a seguir.

Do total de escolas que responderam o formulário eletrônico, somente 16,0% indicaram haver ações de articulação do MOVA com a unidade educacional, tendo sido citadas como principais medidas a realização de visitas às unidades do MOVA que atuam nas proximidades e reuniões formativas integradas. Em relação ao Ensino Médio, 56,0% das escolas disseram que promovem ações de articulação, citando, além de medidas relacionadas ao encaminhamento da demanda, visitas e conversas dos gestores do Ensino Médio de escolas do entorno com os estudantes da EJA.

Já entre as escolas visitadas, 25,0% responderam que realizam ações de articulação com o MOVA, sendo a medida mais citada o recebimento de alguns educandos do MOVA na escola, ação que não demonstra a existência de articulação efetiva entre essas diferentes instâncias educadoras, visto que se trata de prática passiva, que não configura um relacionamento intencional entre as unidades. Além disso, somente o gestor de uma das unidades educacionais demonstrou que sua equipe de gestão mantém contato frequente, mesmo que de maneira informal, com as entidades que compõem o MOVA nos arredores da escola, travando uma relação de parceria e intercâmbio de informações com elas.

⁶⁰ SEI nº 6016.2024/0016935-8 (099565780).

No tocante ao Ensino Médio, 58,3% das escolas visitadas disseram que promovem medidas de articulação⁶¹, indicando a realização de vistas e conversas dos gestores do Ensino Médio de escolas do entorno com estudantes da EJA como o principal “produto” dessa articulação.

É preocupante observar que muitas das respostas das escolas indicam uma falta de medidas concretas de articulação, especialmente com o MOVA⁶². Embora a maior parte das escolas reconheça esta carência, as poucas unidades que afirmaram realizar ações de articulação, como visitas integradas e recebimento de educandos do MOVA na escola, demonstraram dificuldade em respaldar suas afirmações, de modo a demonstrar efetivamente o engajamento dos educadores na promoção de uma verdadeira integração e continuidade dos estudos dos alunos da EJA.

Nesse mesmo sentido, a carência de articulação com as unidades de Ensino Médio tem efeitos prejudiciais significativos sobre os alunos da EJA. A maioria dos alunos entrevistados revelou desconhecimento em relação à sua trajetória educacional, pois não receberam ao longo do curso informações claras sobre em qual etapa dos estudos estavam. Essa falta de clareza pode gerar desorientação e desmotivação entre os estudantes, dificultando sua progressão acadêmica e seu engajamento com a escola.

Do mesmo modo, embora mais de 80% dos alunos tenham revelado considerar a escola muito importante para suas vidas e menos de 2% tenham relatado que não pretendem continuar estudando, como ilustrado nos dois gráficos a seguir, muitos relataram informalmente que não tinham conhecimento sobre quais eram as instituições de Ensino Médio próximas a eles. Essa falta de informações básicas sobre as oportunidades educacionais disponíveis após a conclusão da EJA no Ensino Fundamental pode limitar as perspectivas dos alunos e prejudicar seu desenvolvimento acadêmico e profissional futuro.

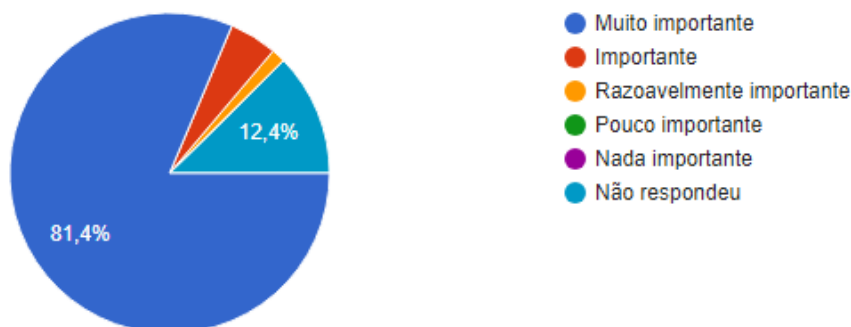
⁶¹ O cenário de articulação com as instituições de ensino profissionalizante não é muito diferente: somente 20% dos gestores das escolas que responderam os formulários eletrônicos e um terço das escolas visitadas declararam ter alguma estratégia de articulação, e mesmos esses enfrentaram dificuldade para sustentar suas afirmações.

⁶² Esse diagnóstico corrobora colocação feita em audiência pública realizada em 25.04.2024 na CMSP, no sentido de que os alunos não querem continuar seus estudos nas EMEFs e CIEJAs porque se sentem intimidados e que as escolas não atendem suas expectativas, fato que reforça a necessidade de trabalho de acolhimento efetivo desse público.

Gráfico 11 – Percepção dos estudantes sobre a importância da escola.

46. Você considera a escola importante para a vida?

145 respostas



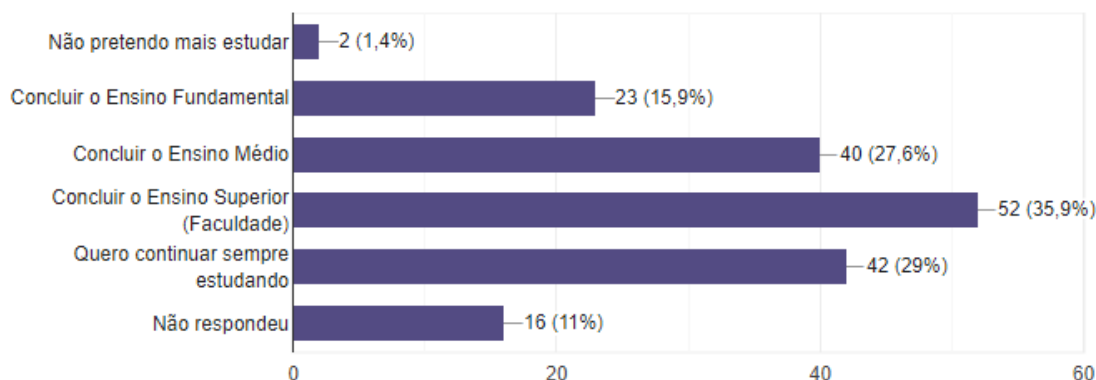
Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

Gráfico 12 – Intenção de continuidade nos estudos⁶³.

48. Pretendo estudar até:



145 respostas



Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

Diante desse cenário, é fundamental que as instituições educacionais, as DREs e a SME repensem suas estratégias de articulação e fortaleçam seus compromissos em garantir uma transição suave e contínua dos estudantes da EJA para outras etapas educacionais. Isso requer não apenas a implementação de medidas concretas de articulação, mas também uma mudança de concepção e uma cultura de colaboração e apoio mútuo entre todas as partes envolvidas, sob pena de que os alunos da EJA, sendo deixados à deriva

⁶³ Os estudantes poderiam assinalar mais de uma alternativa nessa questão.

em relação ao seu futuro educacional, acabem tendo comprometido não apenas seu sucesso acadêmico, mas também sua capacidade de alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

3.2.4. Prevenção à evasão e ao abandono

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fenômeno complexo que requer medidas efetivas e sistemáticas para sua prevenção e combate. Além disso, normativos como a Lei Municipal 16.271/15 e recomendações do Conselho Municipal da Educação (CME) destacam a importância de mecanismos de busca ativa e acompanhamento dos estudantes com frequência irregular ou em situação de evasão⁶⁴.

No entanto, a falta de levantamentos detalhados sobre as causas da evasão escolar e a ausência de estratégias consistentes para lidar com esse problema são desafios recorrentes enfrentados pela RME-SP.

A carência de levantamento dessa natureza tem origem nas próprias DREs. Embora 92,3% delas tenham afirmado possuir levantamento sobre os motivos da baixa frequência, abandono ou evasão escolar dos alunos da EJA, da totalidade delas terem declarado que tomaram medidas para o combate a esse fenômeno e de diversas terem indicado, como um dos desafios enfrentados para o atendimento da EJA, exatamente a evasão escolar, quando incitadas a citar tais ações para reverter essa situação, a maior parte das respostas foi evasiva ou se restringiu à busca ativa e ao acompanhamento da frequência dos alunos. A título de ilustração, transcrevemos, a seguir, algumas dessas respostas:

As Unidades são constantemente orientadas a realizar a busca ativa de todos os estudantes, inclusive da EJA, realizando o acompanhamento diário da frequência.

Diretoria Regional de Educação

⁶⁴ Consta da LM nº 16.271/15, como uma das diretrizes do PME, o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à superação da evasão escolar (art. 2º, inciso XIV). Quanto à busca ativa, podem ser mencionadas as estratégias 10.2 e 10.9 a 10.16 do PME, a Recomendação SME/CME nº 4/2021 (subitem 5.1) e o artigo da professora Maria Clara Di Pierro, publicado em 2014 na Revista Nova Escola – Gestão, indicando a necessidade de mecanismos efetivos e sistemáticos de busca dos jovens e adultos matriculados com frequência irregular ou daqueles que deixaram a escola ao longo do curso ou de fazer a rematrícula.

- Busca Ativa - Tratou-se do acolhimento dos estudantes em reunião com gestores, tendo como princípio a escuta - Orientação nas formações de Coordenadores Pedagógicos da importância do acompanhamento da frequência e do direito de aprendizagem.

Diretoria Regional de Educação

- Mapeamento de frequência/busca ativa. - Acompanhamento da Supervisão Escolar. - Orientação às Equipes Gestoras das Unidades Educacionais.

Diretoria Regional de Educação

Quanto às escolas, a totalidade delas respondeu que adotou medida para o combate à baixa frequência, abandono e evasão escolar dos estudantes da EJA e a ação mais citada foi a busca ativa realizada pelas Agentes de Busca Ativa Escolar (ABAEs).

No entanto, durante as visitas realizadas às unidades educacionais, vários gestores relataram dificuldades para contatar os estudantes, em razão de mudanças recorrentes dos números de telefone, evidenciando a necessidade de estratégias mais eficazes de comunicação e engajamento. Vale mencionar o relato de um gestor educacional que apontou como medida bem-sucedida na escola em que atua, além da realização de atividades de busca ativa, a adoção de canal de comunicação por meio de aplicativo de mensagens antes mesmo da pandemia, utilizando-se desse instrumento para o contato entre os professores e estudantes.

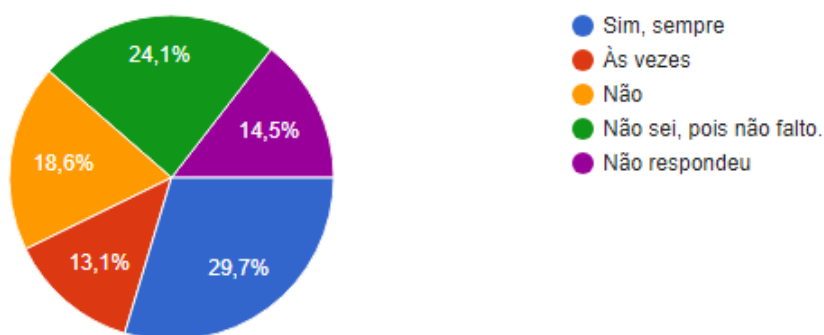
Ressalte-se que mesmo o processo de busca ativa apresenta variações procedimentais relevantes entre unidades escolares e de orientações transmitidas pelas DREs, sobretudo quanto ao público-alvo dessas buscas (parte dos gestores de escolas e dirigentes das DREs afirmaram que a busca ativa se dá aos menores de dezoito anos e parte declarou que a busca se estende a todos os alunos da EJA com frequência irregular).

E essa falta de uniformidade reflete-se na realidade dos alunos nas escolas, como ilustrado no gráfico a seguir, que traz suas respostas sobre sua experiência com a busca ativa:

Gráfico 13 – Percepção dos estudantes sobre a busca ativa.

41. Quando você falta alguns dias, alguém da escola entra em contato para saber o motivo?

145 respostas



Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

De fato, o combate à evasão escolar não pode se limitar apenas à busca ativa, devendo envolver uma gama mais ampla de ações que abordem diversos aspectos do problema. É fundamental que as escolas adotem estratégias que promovam um ambiente acolhedor e inclusivo, incentivando a permanência dos alunos e o seu engajamento com o processo de aprendizagem⁶⁵.

Nesse sentido, não obstante a utilização de materiais específicos para os alunos de EJA desempenhe papel crucial, pois contribui para tornar o ensino mais acessível e relevante para esse público, apenas metade das escolas que responderam ao formulário eletrônico afirmaram utilizar materiais específicos para os alunos de EJA, o que revela uma lacuna significativa na oferta de recursos educacionais adequados para atender às necessidades desse grupo. Essa falta de investimento em materiais específicos pode comprometer a qualidade do ensino oferecido na EJA e afetar negativamente a motivação e o desempenho dos alunos.

⁶⁵ Para ilustrar como a questão vai muito além da busca ativa, menciona-se o fato de que várias das escolas visitadas não oferecem aulas de Educação Física. O oferecimento de atividades dessa natureza pode ser encarado como uma, dentre tantas estratégias eficazes de prevenção à evasão escolar, sobretudo quando levado em consideração o fenômeno da juvenilização da EJA, já mencionado neste relatório. Além disso, as respostas dadas pelos alunos às perguntas 36, 37 e 38 do questionário a eles aplicado (Apêndice 6) pode fornecer alguns parâmetros para o desenvolvimento de outras estratégias relacionadas à organização de tempos e espaços para prevenção à evasão e ao abandono escolar.

Assim, é fundamental que as escolas desenvolvam práticas⁶⁶ que promovam um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor, no qual os alunos se sintam valorizados e apoiados em sua jornada de aprendizagem. O acolhimento, aliado ao uso de materiais específicos e à adoção de estratégias eficazes de combate à evasão escolar, pode contribuir significativamente para o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos da EJA.

Não se pode deixar de ressaltar que há, na RME-SP, trabalhos de excelência no combate à evasão escolar dos alunos da EJA, ações que vão muito além da mera atribuição de funções às ABAEs, tendo sido observadas, inclusive, várias medidas exemplares e efetivas, algumas simples, tomadas por uma das unidades educacionais visitadas no âmbito desta auditoria.

Apenas para mencionar um exemplo de ações voltadas ao acolhimento dos alunos, enquanto em várias escolas visitadas não foi identificada qualquer iniciativa voltada a incentivar as mães de bebês a retornarem e se manterem no ambiente escolar, a gestão da unidade escolar supramencionada instalou trocador no banheiro feminino – e já planeja instalar no masculino. Deve-se esclarecer que essa medida não foi tomada de forma descontextualizada, mas foi um dos substratos dos vários projetos desenvolvidos periodicamente na escola, cuja seleção dos temas, tratados de forma interdisciplinar e coordenada, são definidos de forma democrática. Esse ambiente acolhedor é facilmente identificado na escola e transparece de maneira natural no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola⁶⁷.

De fato, o acolhimento revela-se uma estratégia eficiente de combate à evasão escolar, devendo ser incentivada pela Administração Central e pelas Diretorias Regionais, adotada na prática do dia a dia e incorporada à cultura da escola, como bem pontuado por diversos especialistas em Educação, dentre os quais transcrevemos o seguinte excerto, em virtude de sua assertividade:

⁶⁶ É importante destacar que o combate à evasão escolar não deve ser encarado como uma responsabilidade exclusiva das unidades educacionais, sendo necessário o envolvimento ativo e coordenado de todas as instâncias educacionais, incluindo as DREs e os órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas educacionais.

⁶⁷ Apenas como contraponto, ao longo das visitas, a equipe de auditoria deparou com a situação de uma aluna que, para não interromper seus estudos, levava seu bebê de cinco meses à escola sem qualquer apoio, seja durante as aulas ou nos momentos de intervalo.

[...] a evasão e a reprovação na EJA devem ser também analisadas, tendo em vista a inadequação da organização da oferta, dos currículos e métodos, a insuficiente formação dos educadores e as condições precárias de ensino e aprendizagem (Catelli Jr., Di Pierro e Giroto, 2019)⁶⁸.

Por óbvio, o combate à evasão e ao abandono escolar transcende à estrutura da SME, sendo fundamental o desenvolvimento de políticas intersetoriais voltadas a assegurar melhores condições aos estudantes⁶⁹. Entretanto, respostas genéricas e as demonstrações de passividade observadas em diversas equipes gestoras (concepção de que a obrigação de buscar a solução ao problema é da administração central), além da carência de plano desenvolvido ou conduzido pela coordenação da escola (a iniciativa, quando há, parte dos professores, de maneira individual) – exceção feita a duas das escolas visitadas –, revelam a necessidade de um reordenamento da estrutura com vistas a atrair profissionais com concepções mais alinhadas ao complexo de vivências e estofo teóricos próprios da educação de jovens e adultos.⁷⁰

Em suma, a evasão escolar na EJA é um desafio multifacetado que requer uma abordagem integrada e coordenada entre as diferentes instâncias educacionais. É fundamental que as DREs e as escolas desenvolvam estratégias mais eficazes de prevenção e combate à evasão, incluindo ações de acolhimento, acompanhamento individualizado dos alunos e oferta de alternativas educacionais flexíveis e acessíveis. Somente assim será possível garantir o direito à educação de todos os jovens e adultos e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.2.5. Atuação da supervisão escolar

Os supervisores escolares devem ocupar posição relevante na garantia da qualidade dos serviços educacionais oferecidos e no apoio aos estudantes que buscam dar continuidade aos estudos na EJA. Especialistas educacionais destacam que supervisores e diretores

⁶⁸ CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIOTTO, E. D. A política paulistana de EJA: território e desigualdades. São Paulo, **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 74, p. 454-484, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/5734/3796>. Acesso em: 24.01.2024.

⁶⁹ A falta de iniciativas mais abrangentes e estruturadas pode contribuir para a perpetuação do problema, pois não aborda suas causas profundas.

⁷⁰ Essa necessidade de desenvolvimento de estrutura voltada a atrair e manter educadores mais afeitos à educação de jovens e adultos será explicitada com mais vagar no item 3.3 deste relatório.

escolares constituem-se figuras decisivas na ampliação da oferta escolar da EJA, sendo recomendada a sensibilização desses profissionais para a busca ativa dos educandos e o acolhimento da demanda⁷¹.

Do mesmo modo, nos questionários aplicados ao longo do trabalho, a participação dos supervisores foi mencionada nos mais diversos aspectos relacionados à EJA⁷², tendo sido destacada a relevância da supervisão escolar efetiva sobre as estratégias de mobilização da demanda, o cadastro das pessoas interessadas na EJA, bem como na promoção e fortalecimento da EJA como modalidade educacional fundamental.

A SME, por exemplo, informou que as medidas institucionais de articulação do MOVA com CIEJAs e EMEFs, e destes com as escolas de Ensino Médio, dão-se por meio do acompanhamento periódico da supervisão escolar, como já mencionado no subitem 3.2.3.

Já as DREs, quando questionadas a respeito da ação supervisora, declararam de forma unânime que a supervisão escolar realiza visitas noturnas, de modo sistemático, às escolas que atendem a EJA.

No entanto, apesar das orientações da SME, o contato com as unidades educacionais acaba por revelar uma realidade consideravelmente diferente do cenário transmitido pela Administração Central e pelas Diretorias Regionais.

71 CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTO, E. D. A política paulistana de EJA: território e desigualdades. São Paulo, **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 74, p. 454-484, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/5734/3796>. Acesso em: 24.01.2024.

72 Nas respostas oferecidas pelas DREs a ao menos seis questões, além daquelas específicas sobre supervisão escolar, foram feitas menções ao trabalho dos supervisores ("Descreva as medidas tomadas em 2023, de iniciativa desta DRE, para conversão da demanda potencial em demanda efetiva, no âmbito da EJA."; "Descreva as medidas tomadas em 2023 para o combate a baixa frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA, de iniciativa desta DRE."; "Descreva as ações de articulação do MOVA com as EMEFs e CIEJAs existentes nesta DRE."; "Descreva as ações de articulação das EMEFs e CIEJAs com as unidades educacionais de Ensino Médio existentes nesta DRE."; "Discorra sobre as medidas adotadas nesta DRE voltadas a inibir o fechamento automático de escolas que ofertam EJA."; e "Quais os principais pontos positivos desta DRE referentes ao atendimento da EJA?"), sendo que em uma dessas questões, onze das treze DREs mencionaram a atuação da supervisão escolar em suas respostas.

Do mesmo modo, houve menção à supervisão escolar em respostas oferecidas pelas escolas que preencheram o formulário eletrônico a ao menos seis questões, além daquelas específicas sobre supervisão escolar ("Descreva as medidas tomadas para atendimento da demanda potencial da EJA."; "Qual foi a orientação recebida relativa ao número mínimo de alunos necessário para a formação de turmas de EJA?"; "Quais incentivos sua unidade educacional recebe para manter ou ampliar o atendimento da EJA?"; "Descreva as medidas de articulação do MOVA com a sua unidade."; "Há algum critério para seleção dos professores que atuam na EJA na sua unidade?"; e "A gestão escolar realiza, sistematicamente, observação da sala de aula da EJA?") e pelas escolas visitadas a uma questão ("Qual foi a orientação recebida relativa ao número mínimo de alunos necessário para a formação de turmas de EJA?").

Dados revelam que diversas escolas enfrentam deficiências quanto às visitas noturnas da supervisão escolar, especialmente aquelas que oferecem atendimento de EJA exclusivo no período noturno. Conforme informações colhidas ao longo da presente auditoria, 41,7% das escolas visitadas e 30% daquelas que responderam aos formulários eletrônicos afirmaram não terem recebido visitas dos supervisores escolares no período noturno ao longo do ano de 2023 (Gráficos 14 e 15).

Gráfico 14 – Visita noturna da supervisão escolar (escolas visitadas).

Em 2023, sua unidade educacional recebeu visita do supervisor escolar no período noturno?

12 respostas



Fonte: Questionário aplicado aos gestores das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

Gráfico 15 – Visita noturna da supervisão escolar (escolas que responderam o formulário eletrônico).

Em 2023, sua unidade educacional recebeu visita do supervisor escolar no período noturno?

50 respostas



Fonte: Formulário eletrônico aplicado aos gestores da amostra de unidades educacionais da RME-SP.

As dificuldades relativas à presença e atuação efetiva da supervisão escolar no período noturno enfrentadas por algumas escolas podem comprometer a eficácia das ações de acompanhamento e suporte aos estudantes da EJA, bem como impactar na qualidade dos

serviços educacionais oferecidos, dada a visão mais sistêmica da supervisão escolar sobre grupos de unidades educacionais, condição essa que a alça a elaborar análises que possibilitem, dentre outros aspectos, a identificação de eventuais demandas e necessidades específicas dos estudantes da EJA durante o período noturno e a promoção de ações pedagógicas voltadas para a EJA⁷³.

Embora seja sabido que diversos assuntos relativos à EJA possam ser tratados pelos supervisores escolares em visitas realizadas nos períodos matutino e vespertino, a visita noturna dos supervisores escolares às escolas que atendem a EJA nesse período constitui-se prática essencial, pois permite um acompanhamento mais próximo, efetivo e simultâneo das ações educativas, contribuindo para a assertividade das proposições, para o zelo pelos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes e para o adequado funcionamento das unidades educacionais.

Ademais, um maior investimento em formação e capacitação dos supervisores escolares voltado à EJA, bem como o estabelecimento de diretrizes claras e eficazes para a atuação nessa modalidade, fortaleceria o acompanhamento qualificado das ações educativas, visando à garantia dos direitos de aprendizagem dos jovens e adultos atendidos pela RME-SP.

Enfim, é fundamental que a supervisão escolar esteja mais presente e atuante em questões relacionadas à EJA, contribuindo para a promoção do acesso, permanência e sucesso dos estudantes nessa modalidade educacional.

3.3. Comparação entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA

A equivalência entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA, referente a qualidade e disponibilidade dos serviços oferecidos, é de suma importância para materializar o Princípio

⁷³ Dentre suas atribuições, a supervisão escolar pode apontar saídas embasadas para questões como a substituição ou o acréscimo de tipo de EJA implantada em determinada unidade educacional, a possibilidade de abertura de turmas de EJA, a partir da observação de eventual escassez de unidades que oferecem esse serviço (vale lembrar que a distância entre as escolas constitui consequência da escassez e se reflete, na prática, em falta de opções a potenciais alunos por escolas mais próximas de sua residência ou trabalho ou por aqueles que reconhecidas como referência na região), ou ainda a promoção de intercâmbio entre escolas por meio de seus relatos sobre boas práticas identificadas nas diversas unidades educacionais visitadas.

da Equidade no contexto educacional paulistano. Este princípio, consagrado na Constituição Federal e em documentos normativos internacionais, preconiza que todos devem ter acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de sua origem, condição socioeconômica ou localização geográfica.

De fato, ao garantir que tanto os alunos dos CIEJAs quanto aqueles matriculados nas EMEFs tenham acesso a serviços educacionais equivalentes e de qualidade, a Administração Pública promove justiça social e inclusão, contribuindo para mitigar disparidades e ampliar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e social para todos os cidadãos.

A hipótese de eventual inobservância do Princípio da Equidade, não só em sua dimensão da prestação de serviços à parcela da população que mais necessita, mas na oferta do serviço com a mesma qualidade e disponibilidade (diversidade das formas de oferta) à fatia da população dispersa por diversos territórios com as mesmas necessidades (tratar os iguais de forma igual), foi testada ao longo desta auditoria, cujas constatações são relatadas no presente item deste relatório.

Ao longo das visitas realizadas às EMEFs e aos CIEJAs, constatou-se grande diversidade entre as unidades educacionais. Mais do que as diferenças decorrentes dos modelos de escolas que oferecem a EJA, notaram-se discrepâncias decorrentes da atuação dos gestores educacionais, como descrito a seguir.

Com relação à infraestrutura das escolas (adequação dos espaços, ambientes e mobiliários ao público da EJA), constatou-se, primeiramente, que dos três CIEJAs visitados, em dois não havia quadras poliesportivas, situação que dificulta ou mesmo impossibilita o acesso dos estudantes à cultura corporal de movimento. Nesses mesmos dois CIEJAs também não havia cozinha⁷⁴, sendo oferecido somente merenda seca para os alunos desde a inauguração destas unidades. O único CIEJA visitado que conta com cozinha está nessa situação em virtude dos esforços empreendidos pela gestão da unidade, que implantou

⁷⁴ O problema de CIEJAs que não oferecem refeições foi, inclusive, um dos temas tratados na audiência pública da CMSP, realizada no dia 25.04.2024.

uma pequena cozinha no prédio, tornando possível a oferta de lanches e refeições para os alunos⁷⁵.

Figura 4 – Merenda oferecida para os estudantes da EJA.

	
Merenda seca oferecida em um CIEJA sem cozinha: bolacha e achocolatado.	Lanche oferecido em CIEJA, preparado na cozinha da unidade: biscoito com carne e suco de laranja.

Fonte: de autoria própria.

Por outro lado, observou-se que todas as EMEFs visitadas ofereceram refeições para os seus alunos. Todavia, em algumas dessas unidades eram disponibilizadas somente colheres para os estudantes da EJA, situação que fere a dignidade desses jovens e adultos e é incompatível com as práticas alimentares da RME-SP, que prevê a oferta de garfos, facas e colheres aos estudantes desde a Educação Infantil. Cumpre observar que a gestão escolar é responsável pela fiscalização do contrato da merenda, devendo solicitar a oferta de utensílios adequados para a empresa contratada.

⁷⁵ Deve-se ressaltar que essa última escola, visitada no período da manhã, havia consultado os estudantes sobre o tipo de merenda que gostariam de consumir nesse horário (lanche ou refeição), optando-se pelo lanche, que era o tipo de refeição que mais atendia às necessidades dos alunos nesse período, pois muitos necessitavam sair rapidamente da escola para o cumprimento de obrigações familiares.

Figura 5 – Merenda e talheres oferecidos para os estudantes da EJA.

	
Merenda oferecida em uma EMEF: arroz, feijão, frango ao creme, beterraba e laranja.	Único tipo de talher disponibilizado em uma EMEF: colher.

Fonte: de autoria própria.

Em suma, o cenário observado foi o seguinte: enquanto as EMEFs oferecem refeições para os alunos, parte considerável dos CIEJAs não possui cozinha e oferece apenas merenda seca (há casos em que a iniciativa de instalação de cozinhas para oferecer refeições aos estudantes partiu das equipes gestoras das escolas).

Também foi possível registrar grande diversidade dos ambientes educacionais entre as escolas visitadas. A título de exemplo, destaca-se espaço próximo à sala de leitura destinado a redário em uma EMEF, local utilizado pelos estudantes para convivência e leitura.

Outro destaque diz respeito ao espaço destinado, em um CIEJA, à horta com o plantio de palmas (espécie de cacto) que, segundo a gestão da escola, foi sugestão dos estudantes, muitos de origem nordestina, que desenvolverão várias atividades, dentre as quais o preparo de refeição com essa planta, valorizando-se os saberes e culturas desses alunos.

Figura 6 – Diversidade de ambientes educacionais.



Fonte: de autoria própria.

Por outro lado, observou-se que em algumas EMEFs nem todos os espaços e ambientes são utilizados pelos estudantes da EJA – por exemplo, algumas escolas possuem laboratório de ciências, mas os alunos da EJA não utilizam esse espaço, segundo os próprios servidores encarregados de acompanhar a equipe de auditoria no momento de visita aos espaços e ambientes.

Essa informação foi corroborada pelas respostas dos estudantes das escolas, que não indicaram o acesso a tal ambiente no questionário aplicado. Segundo os alunos das escolas visitadas, os principais ambientes aos quais eles têm acesso são a sala de leitura, o laboratório de educação digital e a quadra poliesportiva, fato que reforça a urgência de adequação dos prédios dos CIEJAs, de modo a garantir que a mesma infraestrutura oferecida aos alunos da EJA nas EMEFs seja oferecida aos estudantes matriculados nos CIEJAS.

Com relação à organização dos tempos e espaços de ensino, observou-se que na maioria das escolas visitadas as carteiras estão dispostas nas salas de aula de maneira tradicional, isto é, enfileiradas. Todavia, em um CIEJA verificou-se uma organização diferenciada das salas de aula: carteiras dispostas em “U” ou mesas coletivas.

Figura 7 – Diversidade de organização de espaços.



Fonte: de autoria própria.

Em entrevista com o coordenador do CIEJA supramencionado, ficou claro que esta e diversas outras medidas dotam a unidade educacional de atributos que permitem reconhecê-la como instituição de excelência no ensino de jovens e adultos. A singela alteração da disposição das carteiras nas salas de aula não ocorre de forma isolada, mas representa, em conjunto com outras inúmeras características da escola, o resultado de um vigoroso processo de democratização do ambiente escolar envolvendo toda a comunidade escolar. Nas palavras do próprio gestor desse CIEJA:

Para que as mudanças a serem realizadas pudessem ser discutidas com os estudantes e ganhar a adesão da comunidade, criamos instâncias de participação mais ativas. Um movimento fundamental foi a organização de conselhos de representantes de turma para discutir propostas de

transformação da escola e colher suas impressões quanto às práticas pedagógicas. Nesse sentido, criamos reuniões mensais por turno para que todos participassem. Algumas das discussões mais importantes desenvolvidas neste grupo foram referentes à alteração da organização física das salas, da construção de critérios avaliativos por rubricas, da implementação de práticas antirracistas, da mudança na merenda para refeição.

Coordenador de CIEJA

Ainda sobre a organização das salas de aula, outra passagem do relato da equipe gestora do CIEJA supramencionado, transcrita a seguir, chamou a atenção por transparecer o caráter genuinamente democrático harmonioso dessa unidade escolar, valor caro aos gestores da escola e facilmente identificado pela equipe de auditores⁷⁶ que esteve no local:

Essa mudança passou por um processo de diálogo com os estudantes, que tinham já constituída uma imagem de escola bem tradicional, inclusive apontando as razões pedagógicas para tal mudança e exemplos bem-sucedidos de outros países. Também teve que ser bastante discutida com os professores, pois a alteração física das salas aprofundou aspectos pedagógicos que já existiam na proposta.

Era necessário quebrar com a aula centrada no professor e aderir de vez a uma proposta no estudante e na atividade. Assim, foi comum alguns estudantes se queixarem que não gostavam da nova organização porque embora estivessem sentados em U, círculos ou grupos, ainda tinham que ficar por muito tempo voltados para o professor, gerando inclusive dores físicas. Isso nos fez conversar com os professores para que tentássemos sempre organizar as aulas conforme a seguinte equação: primeiro momento de apresentação, provocação ou sensibilização para um tópico; segundo momento de realização de uma atividade efetiva apresentada aos estudantes; terceiro momento de retorno em relação ao desempenho dos estudantes, cabendo atualmente também um momento de sistematização dos conhecimentos em jogo na proposta da aula. Temos sempre alertado que o momento central da aula é a atividade proposta ao estudante e mediada pelo professor, de preferência desenvolvida em duplas ou pequenos grupos.

Coordenador de CIEJA

Observa-se, portanto, que as mudanças efetuadas pela gestão do CIEJA não são triviais, envolvendo disputas de diversos atores, mas constituem ações possíveis, a depender, sobretudo, da atuação dos gestores educacionais.

⁷⁶ Vale frisar que a equipe de auditores encarregada pelo trabalho é composta de profissionais que, além da experiência acumulada ao longo de anos em contato com unidades escolares da capital paulistana, bem como em outros municípios, possuem múltiplas formações, dentre elas Pedagogia, fato que os dota de senso crítico para avaliar aspectos mais específicos ligados à Educação, além da coleta de evidências essencial aos trabalhos de auditoria.

De fato, a análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs)⁷⁷ das EMEFs visitadas revela que em somente uma EMEF a EJA é refletida, de fato, como parte integrante, ativa e funcional da unidade escolar. Nos PPPs de outras cinco EMEFs são feitas menções genéricas ou de caráter meramente administrativo à EJA, havendo, ainda, três EMEFs que sequer encaminharam seus PPPs.

Enfim, os PPPs acabam sendo uma boa tradução de como a EJA é tratada de maneira meramente protocolar nas EMEFs. Não por acaso, a única escola, dentre as EMEFs visitadas, que contemplou de maneira natural e atenta a EJA em funcionamento nessa unidade foi a mesma que ensaiou, há alguns anos, oferecer outras formas de EJA – tentativa que não se repetiu em anos posteriores, conforme documentação comprobatória arquivada pela gestão escolar e examinada pela equipe de auditoria.

Diferenças como essas entre CIEJAs e boa parte das EMEFs com turmas de EJA revelam uma diversidade de concepções e saberes a respeito da educação de jovens e adultos relevante entre as unidades voltadas exclusivamente à educação de jovens e adultos (CIEJAs) e aquelas que abrigam a EJA somente no período noturno (EMEFs), o que acaba se refletindo no dia a dia da comunidade escolar.

Esse cenário indica como a EJA vem a reboque do Ensino Regular, seja pela Administração Central, que historicamente destinou prédios destinados originariamente a outras finalidades (anexos de escolas, prédio de salas comerciais, sacolões etc.) à instalação dos CIEJAs – redundando em problemas que se estendem há décadas, como a falta de quadras poliesportivas, salas de aula com dimensões adequadas ou mesmo cozinhas, conforme apontado anteriormente –, seja pela própria comunidade escolar, cujos efeitos dessa concepção que não leva em consideração as peculiaridades da educação de jovens e adultos transparece em diversos aspectos das escolas, tais como impossibilidade de

⁷⁷ Deve-se salientar que o PPP não deve ser apenas uma abstração ou descrição formal de uma escola, mas um retrato da instituição, refletindo o estágio atual das prioridades estabelecidas ao longo do tempo. Por meio do PPP transparece a trilha seguida pela escola acerca de diversos elementos unidade, cuja condução cabe à gestão escolar, que deve conduzir as ações de forma qualificada. Essa condução é essencial para assegurar que a trajetória da escola não seja errática, mas alinhada aos objetivos e valores construídos e apoiados em um diálogo constante e efetivo com a comunidade escolar, conforme as diretrizes de gestão democrática já sedimentadas em diversos documentos da SME.

utilização de alguns ambientes e deficiências de planejamento pedagógico, além de se revelar por meio do “esquecimento” da EJA no PPP de diversas EMEFs.

Feitas essas considerações, é imperativo apontar outra vantagem própria do funcionamento dos CIEJAs. Como esses centros oferecem cursos de EJA nos três turnos (manhã, tarde e noite)⁷⁸, organizados em até seis horários diferentes, podem atender, a princípio, as necessidades de flexibilidade dos jovens e adultos de maneira mais eficiente, constituindo-se forte agente de conversão da demanda potencial em demanda efetiva pelos cursos de EJA, na medida em que possibilita o acesso de fatia da população que trabalha no período noturno ou não pode frequentar a escola nesse período⁷⁹.

De fato, a história mostra que a escola não pode concorrer com a subsistência dos alunos, reforçando o preceito da flexibilidade que deve, de forma qualificada, permear essa modalidade de ensino, sobretudo diante do fenômeno de juvenilização da EJA, que traz novos desafios à educação de jovens e adultos⁸⁰ e que já ensejou, inclusive, sugestão apresentada em uma das audiências públicas realizadas na CMSP⁸¹. Como demonstrado no Gráfico 16, o principal motivo para os alunos das unidades educacionais visitadas terem deixado a escola no passado foi a necessidade de trabalhar e todas as unidades educacionais que oferecem EJA devem ser dotadas de ferramentas que previnam novas desistências causadas pelos mesmos motivos, como a organização de tempos flexíveis, contexto em que os CIEJAs ostentam, a princípio, um diferencial.

⁷⁸ Deve-se lembrar dos trabalhadores de diversas áreas, como segurança patrimonial, bares e restaurantes e saúde, dentre outros, que não conseguem frequentar as aulas durante o período noturno – único turno em que a EJA é oferecida nas EMEFs paulistanas –, em virtude do fato de que muitos deles desenvolvem suas atividades profissionais à noite ou de madrugada.

⁷⁹ Como ilustração, menciona-se o caso de dois alunos matriculados na EJA Regular de uma das EMEFs visitadas durante a execução da auditoria que revelaram que não comparecem às aulas todas as sextas-feiras, em virtude do trabalho. Essa situação não foi objeto de encaminhamento ou sequer foi percebida pelos educadores lotados nessa unidade educacional.

⁸⁰ Para mais informações sobre a matéria, sugere-se a leitura do artigo intitulado “Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização”, que pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4b8tWfCRNXmBxCt8CzC3chQ/#>. Acesso em 17.05.2024.

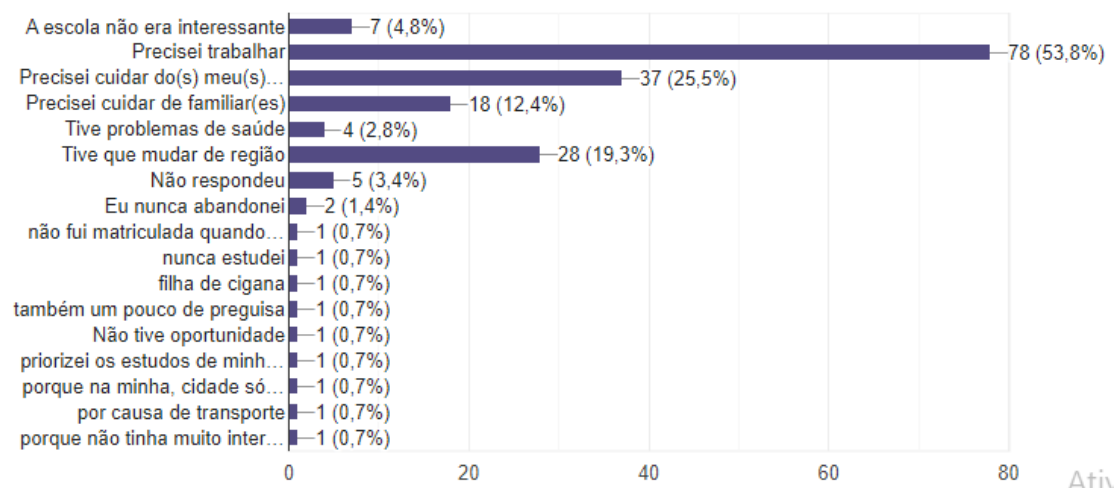
⁸¹ Um auxílio financeiro aos alunos da EJA, nos moldes do programa federal “Pé de Meia”, foi sugerido na audiência pública da CMSP, realizada no dia 25.04.2024.

Gráfico 16 – Motivo para interrupção dos estudos⁸².

14. Por que você interrompeu os estudos? (Marque todas as alternativas que julgar necessário)

 Copiar

145 respostas



Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

Enfim, a incorporação, pela comunidade escolar, da realidade dos alunos de EJA, que é diferente daquela dos alunos do Ensino Regular, apresenta-se como desafio maior nas EMEFs, onde paradigmas organizacionais e pedagógicos distintos devem ser empregados, uma vez que durante o dia as turmas são do Ensino Regular, e à noite, de EJA, e essa situação complexa nem sempre é administrada por educadores com formação e experiência compatíveis com as particularidades da educação de jovens e adultos.

Acerca do acesso dos educadores que atuam na EJA, notamos diferenças significativas entre as unidades, no sentido de que o cargo mais alto ocupado nos CIEJAS é atribuído mediante processo seletivo⁸³. Os professores que desejam lecionar nos CIEJAs também passam por processo seletivo, composto por prova escrita e entrega do projeto de trabalho no dia da prova, entrevista com membros da Comissão do Processo Seletivo, além de tempo de efetivo exercício no magistério da Rede Municipal de Ensino de São Paulo⁸⁴. Já nas EMEFs, a equipe gestora da escola acaba atuando também na EJA no período noturno

⁸² Os estudantes puderam assinalar mais de uma alternativa nessa questão.

⁸³ Portaria SME nº 7.834/2016.

⁸⁴ Informações disponíveis em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sme-abre-processo-seletivo-para-professores-atuarem-nos-ciejas-em-2024/>. Acesso em: 30.04.2024.

e as aulas são atribuídas aos professores a partir de critérios de pontuação acumulada durante a carreira, privilegiando, portanto, os servidores mais antigos e com mais títulos, independentemente da afinidade entre sua trajetória e a EJA.

Pode-se afirmar que os professores das EMEFs que atuam na EJA não passam por qualquer tipo de seleção específica para atuar com os estudantes dessa modalidade de ensino, sendo a atribuição de aulas feita com base no tempo de carreira e lotação.

Esse traço distintivo entre CIEJAs e EMEFs também foi verificado nas escolas que compuseram a amostra utilizada para esta auditoria, dado que, enquanto todos os gestores dos CIEJAs que responderam o questionário afirmaram haver, na escola em que atuam, critérios para a seleção de professores, somente 22,2% dos gestores de EMEFs (tanto daquelas visitadas, quanto das que participaram da auditoria por via remota) responderam que há algum critério para seleção – e mesmo estes indicaram como critério pontuação na carreira ou antiguidade, fatores que não guardam relação com as características específicas da EJA.

Essa desconexão entre a trajetória dos servidores que passam a atuar na EJA e os preceitos dessa modalidade de ensino acaba por gerar novas demandas e desafios das mais variadas naturezas ao sistema. Questionados a respeito dos maiores desafios enfrentados pela unidade educacional, vários gestores apontaram adversidades atinentes à ação docente, conforme transcrevemos a seguir:

Garantir formação específica para os professores que atendem à Educação de Jovens e adultos e permanência dos estudantes devido a fatores externos.

Gestor de unidade educacional

O maior desafio, ainda é qualificar permanentemente as práticas pedagógicas de modo a adequá-las as necessidades do público jovem e adulto, buscando envolvê-los, motivando-os a persistirem em sua trajetória escolar.

Gestor de unidade educacional

Acolhimento, escuta, envolvimento dos professores

Gestor de unidade educacional

Inclusão social; formação de professores; material didático e infraestrutura; alta evasão escolar.

Gestor de unidade educacional

A escolha de professores que apresentem perfil para atuação na EJA é fundamental [...] muitos profissionais [...] acabam deixando transparecer que desejam vir para a EJA porque entendem que a modalidade tem menos desafios que o ensino regular, o que é uma ilusão. Os estudantes da EJA, justamente por terem passado por experiências de fracasso escolar e serem geralmente mais vulneráveis, apresentam desafios pedagógicos maiores.

Gestor de unidade educacional

Vale o esclarecimento de que as constatações apresentadas não devem ser encardas como crítica aos educadores da RME-SP; ao contrário, é exatamente do reconhecimento da potência da RME-SP e da qualificação dos servidores que nela atuam que emerge a sugestão, sem qualquer ineditismo, de realização de processo seletivo específico, que pode ser, inclusive, destinado a servidores efetivos da área da Educação, para interessados em atuar na EJA, a exemplo do que já ocorre nos CIEJAs. Um processo seletivo que valorize os educadores da RME-SP que possuem conhecimentos sobre as especificidades da EJA e desejam desenvolver práticas educativas adequadas e significativas para as necessidades desse público poderia contribuir para elevar a qualidade da educação de jovens e alunos ofertada na cidade de São Paulo, que já conta com unidades de excelência nessa modalidade de atendimento, como mencionado neste relatório. Essa medida visa dotar a rede de mais eficiência, uma vez que serão lotados na EJA os servidores mais afeitos a essa modalidade de ensino, melhorando assim o atendimento às necessidades específicas dos estudantes da EJA. Acredita-se que tal abordagem pode maximizar o impacto positivo das políticas públicas, promovendo um ambiente educacional mais adequado e inclusivo para jovens e adultos.

Vale lembrar que é consenso entre os especialistas que os educadores que pretendem atuar na EJA devem passar por formação voltada especificamente à educação de jovens e

adultos, de modo a se apropriarem de atributos que permitam a eles conhecer a realidade, a cultura e o processo de aprendizagem do público-alvo da política pública em tela⁸⁵.

Em geral, a falta de conhecimento dos educadores sobre as reais necessidades dos alunos, decorrente, em boa medida, do fato de que o sistema de seleção e atração de educadores para as EMEFs com turmas da EJA não se coaduna, necessariamente, com as demandas específicas dos usuários desse serviço educacional, acaba minando um importante papel da escola na vida do educando, qual seja, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

A partir do desconhecimento verificado em alguns gestores das EMEFs visitadas sobre os direitos dos alunos de EJA e sua articulação com políticas sociais e de desenvolvimento (alimentação, transporte e material escolar, qualificação profissional, programas de estágio supervisionado e bolsas de estudo)⁸⁶, cabe a reflexão sobre como, nessas circunstâncias, os estudantes alcançarão a percepção de seus direitos educativos e dos benefícios decorrentes da elevação da escolaridade, tendo estímulo para persistir nos estudos até sua conclusão.

Nesse sentido, cabe registro sobre a falta de envolvimento e proatividade observada, ao longo das visitas, em alguns gestores das EMEFs relativas a problemas próprias da EJA. Como exemplo, pode-se mencionar a demonstração de resignação desses servidores diante da diminuição do número de alunos dessa modalidade matriculados nas escolas sob sua gestão, bem como o fato de anunciarem o iminente encerramento da EJA no local não como um problema a ser combatido, mas como uma tendência inexorável, como parte de um processo natural e externo à escola.

⁸⁵ Recomendação sobre aprendizagem e educação de adultos da UNESCO, Recomendação SME/CME nº 4/2021 e artigos da Profa. Maria Clara Di Pierro disponíveis em: <https://mariaclaradi pierro.com.br/artigos/>. Acesso em: 20.02.2024.

⁸⁶ Para ficar em apenas um exemplo, vale relatar o caso da gestora mais ligada à EJA de uma EMEF que, ao relatar o caso de alunos com dificuldade para chegar à escola, mostrou-se surpresa diante da informação, passada pela equipe de auditoria, de que os alunos da EJA têm direito ao Transporte Escolar Gratuito (TEG). Em contrapartida, a equipe gestora de um dos CIEJAs visitados elaborou cartaz de divulgação da EJA informando uma série de benefícios aos quais os potenciais estudantes teriam direito, como transporte escolar e auxílio para a compra de materiais escolares.

Os efeitos desse ambiente de apatia diante da EJA⁸⁷ acaba trazendo consequências sobre a formação dos educandos. Durante a aplicação dos questionários aos alunos das escolas visitadas, foi possível observar alunos sem qualquer formação sobre questões atinentes a raça e gênero, por exemplo, temas que fazem parte do currículo da cidade e dialogam com os princípios da EJA (desenvolvimento da autoestima, incentivo ao autoconhecimento e valorização das origens dos alunos)⁸⁸.

Como contraponto, destaca-se um CIEJA pela consciência de gênero de seus alunos, observada no momento da aplicação do questionário e depois corroborada ao longo da visita⁸⁹.

Ainda sobre a questão da abordagem dos direitos dos alunos na EJA, o único material encontrado nas escolas visitadas foi o Almanaque EJA⁹⁰, podendo ser mencionado o caso de uma EMEF que, embora contasse com vasto material para formação geral dos professores, dentre eles vários exemplares dessa publicação, ostentava evidências de que todo esse acervo nunca havia sido sequer manuseado.

Ademais, quando questionados acerca do recebimento de material contendo informações sobre os direitos e deveres dos alunos para distribuição na escola, apenas 41,6% dos gestores das unidades educacionais visitadas e 20% dos gestores das EMEFs e CIEJAs que responderam o formulário eletrônico, relataram ter recebido material dessa natureza⁹¹, além de 26,5% e 27,9% dos alunos dos CIEJAs e EMEFs visitados, respectivamente, conforme explicitado nas tabelas a seguir:

⁸⁷ Ao longo das visitas às escolas, não foi raro encontrar gestores vaticinando com resignação o fim da EJA em sua escola, e até na RME-SP. Entretanto, esses profissionais não disfarçaram sua surpresa ao serem informados do contingente de residentes com mais de 15 anos no Município sem o Ensino Fundamental Completo.

⁸⁸ Houve alunos perguntando, para responder o questionário, o que significava a palavra “parda” e em qual categoria ele se encaixava.

⁸⁹ Ao relatar ao gestor da escola esse traço nos alunos desse CIEJA, a equipe de auditoria foi apresentada aos projetos mais recentes realizados nessa unidade escolar – a própria forma de elaboração e implantação dos projetos é muito diferente do observado nas outras unidades visitadas, dadas as evidências de que essas questões foram trabalhada de forma estruturada pela escola, sendo que temas sensíveis aos alunos são revisitados com cada vez mais profundidade e sempre com muita naturalidade.

⁹⁰ Almanaque EJA. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/almanaque-eja-historia-da-educacao-de-ovens-e-adultos-em-sao-paulo/>. Acesso em: 24.04.2024.

⁹¹ E parte dessas escolas não comprovou com evidências documentais a declaração de recebimento de materiais impressos para distribuição aos alunos.

Tabela 7 – Recebimento de materiais para distribuição (gestores educacionais).

Essa unidade educacional recebeu algum material, para distribuição aos alunos, com informações sobre direitos e deveres deles, inclusive os relativos às medidas de flexibilização de tempos e diversidade de tipos de atendimento da EJA, bem como às possibilidade de parceria para a oferta de cursos de qualificação profissional?	Unidades visitadas			Unidades que responderam o formulário eletrônico		
	EMEF	CIEJA	Total	EMEF	CIEJA	Total
Recebeu	3	2	5	9	1	10
Não recebeu	6	-	6	36	4	40
Não respondeu	-	1	1	-	-	-
Total	9	3	12	45	5	50

Fonte: Questionário e formulário eletrônico aplicados aos gestores das unidades educacionais da RME-SP.

Tabela 8 – Recebimento de impresso informativo (estudantes).

Você recebeu algum impresso contendo informações sobre seus direitos e deveres, inclusive os relativos às medidas de flexibilização e às possibilidade de parceria para a oferta de cursos de qualificação profissional?	Unidades visitadas		
	EMEF	CIEJA	Total
Recebeu	31	9	40
Não recebeu	70	24	94
Não respondeu	10	1	11
Total	111	34	145

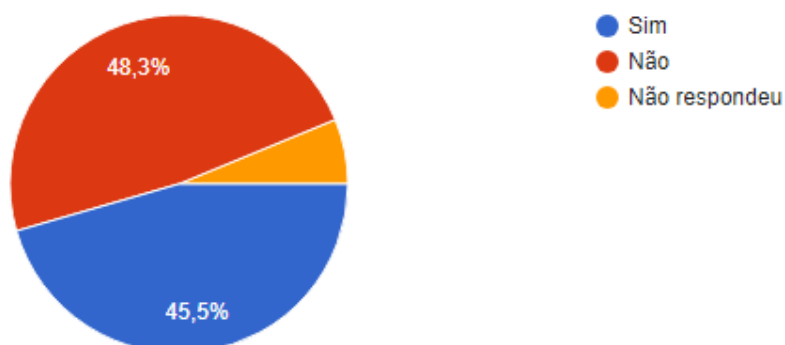
Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

A falta de transmissão de conhecimento sobre os direitos dos alunos da EJA e as características dessa modalidade de ensino reflete-se até em aspectos mais elementares do cotidiano desses estudantes, conforme evidenciado por dois problemas distintos revelados pelos dois próximos gráficos. O Gráfico 17 mostra que apenas 45,5% dos alunos afirmam conhecer as diversas formas de atendimento da EJA (EJA Regular, EJA Modular, CIEJA, CMCT e MOVA). Essa evidência de desconhecimento sobre a estrutura da EJA é reforçada no Gráfico 18, que revela que 47,6% dos alunos não souberam identificar sequer em que etapa da EJA estão matriculados. Esses dados evidenciam falhas significativas na comunicação e no esclarecimento sobre a estrutura e os direitos associados à EJA, impactando diretamente na percepção dos estudantes sobre seu próprio percurso educacional.

Gráfico 17 – Conhecimento dos estudantes sobre os tipos de atendimento da EJA.

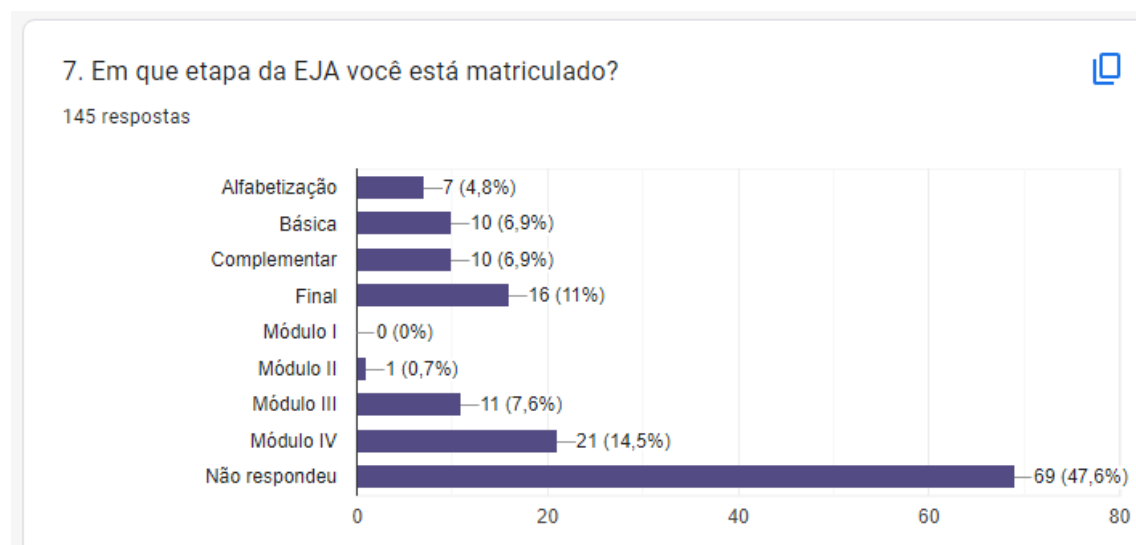
18. Você conhece as diversas formas de atendimento da EJA (EJA Regular, EJA Modular, CIEJA, CMCT e MOVA)?

145 respostas



Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

Gráfico 18 – Conhecimento dos estudantes sobre a etapa da EJA em que está matriculado⁹².



Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

Esses dados revelam a necessidade de uma distribuição institucional, sistemática e mais uniforme de materiais informativos, que são essenciais, tanto para a sensibilização dos

⁹² Os estudantes puderam assinalar mais de uma alternativa nessa questão.

servidores que atuam com EJA para o caráter especializado da docência de jovens e adultos, quanto para a formação cidadã dos alunos.

Dada a falta de critérios relacionados aos preceitos da EJA para a seleção dos educadores que atuam nas EMEFs da RME-SP, a formação dos educadores, ponto crucial para a qualidade do ensino de jovens e adultos, ganha ainda mais relevância. No contexto da EJA, a capacitação contínua e especializada dos educadores deve ser prioritária para garantir que eles estejam preparados para lidar com as especificidades dessa modalidade de ensino.

Os programas de atração de servidores e de formação continuada dos educadores devem ser voltados especificamente ao processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. A EJA requer profissionais que compreendam as particularidades dos alunos, muitos dos quais retornam à escola com vivências e necessidades diversas.

Questionada a respeito da formação continuada dos profissionais da EJA, a SME⁹³ informou que, para além da formação estabelecida na jornada de cada professor que ocorre em horários coletivos da unidade educacional, a Pasta oferece a Formação da Cidade destinada aos professores em exercício, com objetivo de fortalecer a formação continuada, a qualificação das práticas pedagógicas e a consolidação do Currículo da Cidade.

A SME declarou, ainda, que oferece formações para gestores educacionais, educadores e coordenadores do MOVA, formadores das Divisões Pedagógicas das DREs, realizando, ainda, o Congresso Municipal de Educação e a Semana de Alfabetização Paulo Freire.

Não obstante as informações fornecidas pela Pasta, constata-se que apenas 280 docentes⁹⁴ concluíram a Formação da Cidade nos grupos específicos da EJA em 2023, o que equivale a somente 15,4% do total de professores que atuaram na EJA⁹⁵ nesse período. É alarmante o pequeno alcance de uma das principais iniciativas formativas da SME em relação aos docentes da EJA. As particularidades e complexidades dessa

⁹³ SEI nº 6016.2024/0006681-8 (DOC 097325118).

⁹⁴ SEI nº 6016.2024/0016935-8 (DOC 099565780) – data-base: 2023.

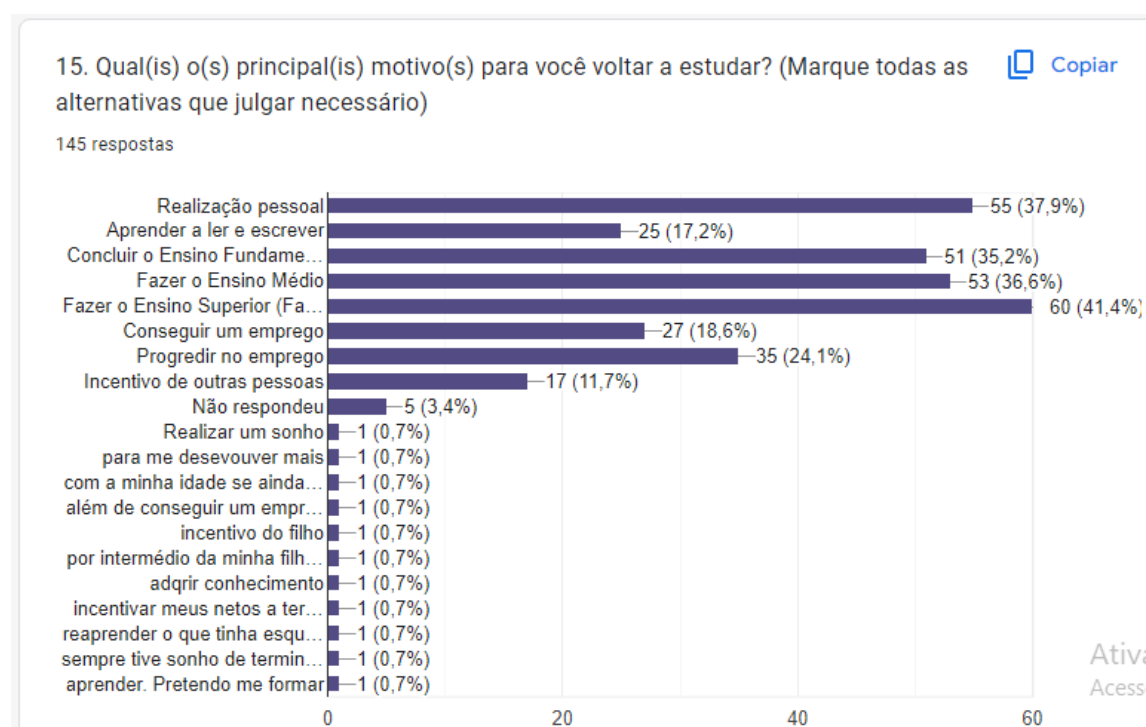
⁹⁵ 1.817 professores atuaram na EJA em 2023 - SEI nº 6016.2024/0016935-8 (DOC 098744131).

modalidade de ensino exigem formação específica de professores e gestores, para que efetivamente haja acolhimento e inclusão desses jovens e adultos, bem como seus direitos de aprendizagem sejam assegurados.

Enfim, durante as visitas realizadas às EMEFs e aos CIEJAs, foi observada uma diversidade considerável entre as unidades educacionais, resultado não apenas das diferenças decorrentes dos modelos de escolas que oferecem a EJA, mas também da atuação dos gestores educacionais.

A EJA deve ser reconhecida como um espaço de desenvolvimento integral do aluno. Os objetivos dos alunos ao retornarem à escola variam, desde a obtenção de um diploma até a busca por melhores oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal, conforme apurado em questionário a eles aplicado ao longo desta auditoria e cujas respostas estão consolidadas no gráfico a seguir:

Gráfico 19 – Motivos para o retorno aos estudos⁹⁶.



Fonte: Questionário aplicado aos alunos das unidades educacionais da RME-SP visitadas ao longo desta auditoria.

⁹⁶ Os estudantes puderam assinalar mais de uma alternativa nessa questão.

É essencial que a escola ofereça um ambiente acolhedor e motivador para que esses objetivos sejam alcançados e não se percam dentro do próprio ambiente escolar, tarefa que exige profissionais com experiência e formação específica, sobretudo devido ao fato de que na EJA, o percurso do estudante pelos cursos se dá, a princípio, na metade do tempo do Ensino Regular, havendo menos tempo, portanto, para que o aluno crie efetivamente vínculo com a escola e extraia todos os benefícios que esse ambiente tem a oferecer.

4. COMENTÁRIOS DO GESTOR

Nos termos do subitem 5.7 do Manual de auditoria Governamental (MAG) – versão 02 – do TCMSP⁹⁷, do subitem 5.7 do Manual de Auditoria Operacional do TCMSP⁹⁸ e dos arts. 7º e 8º da Resolução 14/2019 do TCMSP⁹⁹, que tratam do procedimento adotado nas

⁹⁷ No caso das auditorias operacionais, com base na matriz de achados validada pela equipe, deverá ser elaborado o **relatório** (em versão preliminar ou inicial) com os resultados preliminares da auditoria, que deverá ser encaminhado ao Conselheiro Relator da matéria para fins de conhecimento e envio de Ofício à entidade auditada. Conforme estabelecido na Resolução nº 14/2019, a entidade terá um prazo de 15 dias úteis para apresentar seus comentários, e após esse período, a equipe elaborará o relatório consolidado (final) para envio à apreciação do Relator. O relatório na versão preliminar terá a estrutura do relatório completo, mas sem o item que trata dos comentários do gestor. A equipe de auditoria poderá deixar de incluir a proposta de encaminhamento no documento, caso seu conhecimento pelos gestores coloque em risco o alcance dos objetivos da auditoria.

É importante salientar que, mesmo que tenha sido encaminhado o relatório na sua versão preliminar ao Conselheiro Relator para conhecimento e apresentação de comentários pelo gestor da entidade, esta é uma etapa ainda do processo de auditoria, ou seja, só depois que os resultados forem consolidados com os comentários do gestor é que o relatório final deverá ser encaminhado ao Relator da matéria para que se dê continuidade ao fluxo processual.

⁹⁸ [...] Os comentários do gestor devem ser incorporados ao relatório consolidado (final) que será encaminhado ao Relator da matéria, em seção específica no documento.

No caso das auditorias operacionais, com base na matriz de achados validada pela equipe, deverá ser elaborado o relatório (versão preliminar) com os resultados preliminares da auditoria, que deverá ser encaminhado ao Conselheiro Relator da matéria para fins de conhecimento e envio de Ofício à entidade auditada para que esta possa apresentar seus comentários. A apresentação de comentários não é obrigatória, mas é uma oportunidade de auxiliar no esclarecimento de eventuais questões que sejam pertinentes aos resultados do trabalho.

Conforme estabelecido na Resolução nº 14/2019, a entidade terá um prazo de 15 dias úteis para apresentar seus comentários, e após esse período, a equipe elaborará o relatório consolidado (final) para envio à apreciação do Relator.

[...]

É importante salientar que o encaminhamento do relatório na sua versão preliminar ao Conselheiro Relator para conhecimento e envio de Ofício à entidade auditada para apresentação de comentários pelo gestor ainda é uma etapa do processo de auditoria. Assim, só depois que os resultados forem consolidados com os comentários do gestor no relatório final, que será encaminhado ao Relator da matéria para que se dê continuidade ao fluxo processual, é que a auditoria estará finalizada.

A partir da análise dos comentários oferecidos, a equipe de auditoria avaliará a necessidade de rever pontos do relatório e/ou apresentará argumentos para manter posições discordantes dos gestores. Quando o gestor fornecer novas informações ao apresentar seus comentários, a equipe deverá avaliá-las, segundo os padrões aplicáveis às evidências, antes de incorporá-las ao relatório.

Caso as novas informações e argumentos dos auditados sejam importantes para esclarecer pontos do relatório, ou sejam suficientes para alterar o entendimento da equipe, as modificações serão feitas nos capítulos principais do relatório, sem necessidade de mencioná-las no capítulo de Comentários do Gestor. Nesse caso, deve constar da análise apenas a informação de que foram feitas alterações no relatório em razão dos comentários dos gestores.

Pode ser necessário revisar a documentação de auditoria, após as alterações feitas no relatório em função dos comentários do gestor. Se as informações e argumentos não forem suficientes para alterar o entendimento da equipe, devem ser analisadas individual e detidamente neste capítulo. E caso o gestor não apresente comentários e/ou considerações sobre os achados de auditoria, a equipe seguirá para a etapa de elaboração do relatório consolidado (versão final).

⁹⁹ Art. 7º Após elaboração do Relatório de Auditoria Operacional, este deverá ser enviado ao gestor para comentários.

Parágrafo único. O prazo para a apresentação dos comentários do gestor acerca dos achados e das recomendações contidos no Relatório de Auditoria Operacional será de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 8º A Coordenadoria responsável pela auditoria operacional realizará as análises dos comentários apresentados pelo gestor e encaminhará o Relatório de Auditoria Operacional Consolidado ao Relator, para deliberação.

auditorias operacionais, o Relatório Preliminar de Auditoria Operacional (peça 5) foi devidamente encaminhado ao Excelentíssimo Conselheiro Relator para fins de conhecimento e envio de Ofício à entidade auditada, o que foi realizado às peças 8/12.

A entidade auditada então encaminhou seus comentários, juntados aos autos às peças 21 e 24. Os comentários da Origem quanto aos achados e recomendações do Relatório Preliminar de Auditoria Operacional foram devidamente analisados por esta Coordenadoria de Controle Externo, ocasião em que se concluiu que os argumentos apresentados, embora pertinentes, não forneceram informações ou dados capazes de alterar os apontamentos ou as conclusões alcançadas no trabalho de auditoria em tela.

A análise, por esta Coordenadoria, dos comentários da Origem é exposta a seguir:

Comentários da Origem (peça 21, fls. 1/3 e 9 e peça 24)

A Secretaria Municipal de Educação (SME), por meio de sua Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional (fl. 9), informa que realizará melhor orientação às Diretorias Regionais de Educação quanto a abertura de turmas. Ressalta não haver, por parte da SME, intenção de “fechamento aleatório” de turmas de EJA, uma vez que sua diretriz para qualquer etapa ou modalidade de ensino consiste em atender a demanda registrada em sua totalidade.

Como complemento, afirma não haver orientação quanto a “quantidade mínima de estudantes”, uma vez que o planejamento deve considerar critérios diversos, citados para garantir que a região seja capaz de absorver as solicitações de todos os interessados.

Ao abordar a apontada concentração da oferta de EJA na modalidade regular, a SME informa que está em tratativas visando a implantação de três novas unidades de CIEJA, nas regiões do Centro, Lapa e Cidade Líder, por considerar esse como o melhor formato que atende às especificidades do público em tela. A Origem informa, ainda, que o sistema de cadastro *online*, citado no Relatório de Auditoria, já se encontra em funcionamento, disponível no link: <https://eol.prefeitura.sp.gov.br/eolcidadeao>.

Compondo o comentário juntado à peça 21, a Secretaria Municipal de Educação (SME), por meio de sua Coordenadoria Pedagógica (fl. 3), afirma considerar que a política pública educacional para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) abrange cinco diferentes formas de atendimento: A EJA Semestral, a EJA Modular, os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs), os Centro Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCTs) e as salas do Movimento de Alfabetização (MOVA-SP).

Essas formas de atendimento, complementa a SME, combinam diferentes organizações em relação ao tempo, espaço e currículo, visando o atendimento das especificidades de cada estudante. A SME afirma, ademais, realizar o constante acompanhamento das diferentes modalidades de atendimento através de sua Divisão de Jovens e Adultos (DIEJA) e de sua Coordenadoria Pedagógica (COPED). Também esclarece que, segundo suas atribuições, a COPED tem atuado de forma continuada no acompanhamento de políticas educacionais, em diferentes frentes, e que, no que tange ao foco no processo pedagógico, a DIEJA tem elaborado diferentes estudos em parceria com a UNESCO sobre a política educacional no âmbito da EJA.

Em comentário adicional juntado à peça 24, fl. 3, o Núcleo de Reforma e Manutenção da SME encaminhou descrição sucinta das reformas realizadas em diversos CIEJAs, visando a melhoria dos espaços físicos e a ampliação do atendimento da demanda educacional, com indicação dos respectivos processos SEI.

Por fim, a SME informa que as respostas analisadas a seguir foram elaboradas pelas citadas DIEJA/COPED, tendo em vista as conclusões alcançadas pelo Relatório Preliminar de Auditoria Operacional.

5.1. Deficiências no levantamento institucional e análise dos motivos do abandono e evasão escolar dos estudantes da EJA, comprometendo a adoção de estratégias assertivas para o acesso e permanência desse público, fundamentadas no conhecimento das reais demandas e necessidades dos alunos dessa modalidade (subitem 3.1.1).

Comentários da Origem (peça 21, fls. 3/5)

A SME afirma seu compromisso com a formação dos profissionais envolvidos na Educação de Jovens e Adultos. Explica que tem realizado estudos para a abertura de novos CIEJAs e que está em vias de inaugurar uma nova CIEJA na região leste da cidade de São Paulo.

A Origem pondera ter intensificado as ações de busca ativa, por meio de programas de inserção social como o POT Mães Guardiãs. Complementa afirmando que seu Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem tem acompanhado alunos e orientado as equipes das Unidades Educacionais quanto ao atendimento em situações que possam causar prejuízo ao processo de escolarização de jovens, adultos e idosos.

A SME encaminha dados de estudo interno em que afirma ter constatado que em nenhum ano teriam sido ofertadas menos vagas do que o número de matrículas, uma vez que se teria verificado a existência de vagas remanescentes¹⁰⁰ na EJA Semestral, no CIEJA e na EJA Modular (em termos anuais). Para corroborar essas informações, a SME encaminha, à fl. 4 da peça 21, tabela com os dados referentes à proporção de vagas remanescentes, para diferentes anos, nos tipos de EJA supracitados na resposta a esse subitem.

Quanto ao decréscimo das matrículas de EJA no município de São Paulo, a SME afirma que o fenômeno acompanharia os dados estatísticos do IBGE e do Relatório da PNAD 2023 e que os principais motivos citados para o abandono escolar ou de nunca ter frequentado a escola seriam: a necessidade de trabalhar, falta de interesse em estudar, gravidez, afazeres domésticos e necessidade de prover cuidado a outras pessoas. Em seguida,

¹⁰⁰ No estudo realizado pela DIEJA, que considerou o número de vagas disponibilizadas e número de matrículas efetivas nos últimos cinco anos, as vagas não ocupadas são chamadas de vagas remanescentes.

compartilha os resultados de pesquisa interna realizada pela SME com conclusões de teor semelhante.

A SME reconhece que a EJA modular apresenta uma taxa de fluxo favorecida em relação aos alunos, pela flexibilidade do tempo de conclusão e o caráter contínuo do curso. Afirma, ainda, que tem estabelecido articulações para facilitar o processo de matrículas para grupos sociais específicos, contemplados por programas como o POT PopRua, Transcidadania, Reencontro e Redenção.

Por fim, a SME procura destacar a atenção dada ao fluxo estabelecido na EJA, quanto às taxas de aprovação, reprovação e abandono, citando a publicação da Instrução Normativa SME nº 30, que define orientações às unidades educacionais quanto aos procedimentos para registro escolar, ações de acompanhamento pedagógico, mapeamento dos dados de frequência e rendimento de cada estudante, com respectivo acompanhamento da equipe gestora, da supervisão escolar, das divisões pedagógicas e dos professores.

Análise da Coordenadoria

Os trabalhos conduzidos pela equipe de auditoria constataram que, do total de estudantes matriculados na EJA em 2022, 24,6% abandonaram a escola e 25% foram reprovados. Dados que levam a equipe de auditoria a concluir que para o enfrentamento desse fenômeno, a partir das reais demandas e necessidades desse público, mostram-se essenciais o levantamento institucional e a análise dos motivos que levam os estudantes da EJA a desistirem dos estudos.

Não obstante, constatou-se que cerca de um terço das unidades escolares analisadas, em formulário eletrônico elaborado pelos Auditores de Controle Externo, declarou não realizar levantamento acerca dos motivos para a baixa frequência, abandono e evasão escolar dos estudantes da EJA.

Embora quase a totalidade das escolas visitadas durante a execução da auditoria tenha afirmado que mapeia essa questão com os estudantes, diante da solicitação para indicação

do tipo levantamento que é realizado, evidenciou-se que, em geral, o que se tem são impressões colhidas de maneira informal.

Realçamos que as altas taxas de reprovação e de abandono escolar revelam desafios a serem enfrentados pela SME em relação à aprendizagem e à permanência dos estudantes da EJA, ressaltando-se que o foco do atendimento oferecido deve estar nas necessidades e especificidades desse público. Não basta, portanto, que a SME realize o mapeamento do público-alvo da EJA, fazendo-se necessário que esses dados sirvam realmente de objeto de análise voltada à efetiva promoção, de forma sistemática, de divulgação interna e reflexão sobre tais informações.

Assim, considerando o número expressivo de abandonos e reprovações dos estudantes de EJA, além da falta de ações estruturadas de diagnóstico para a concreta resolução dos problemas apontados por esta Coordenadoria de Controle Externo, levando em conta, ademais, que as informações prestadas pela Origem não encaminham solução detalhada para as questões aqui apresentadas, **ratificamos** as conclusões alcançadas por este Relatório Preliminar de Auditoria Operacional em seu subitem 5.1

5.2. Falta de divulgação dos resultados da avaliação externa (Prova São Paulo) aplicada aos estudantes da EJA, impossibilitando a utilização desses dados para reorientação dos alunos, da proposta pedagógica e do planejamento da unidade educacional, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem desses estudantes (subitem 3.1.1).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 5)

A SME informa, por meio de sua Divisão de Avaliação (DA), que os dados da Avaliação da Educação de Jovens e Adultos, realizada em 2023, não teriam sido divulgados por terem sido elaborados segundo a metodologia da Prova São Paulo. O motivo, alega a SME, seria o de evitar interpretações errôneas, uma vez que os dados precisariam passar por um processo adicional de maturação e validação. A SME prossegue afirmando esperar que na próxima edição da Prova São Paulo – a ser realizada entre 21.10.2024 e 22.11.2024 – o

referido processo possa ser concluído, com os respectivos dados disponibilizados para as unidades educacionais.

Análise da Coordenadoria

Neste subitem, o Relatório Preliminar de Auditoria Operacional identificou que os resultados da Prova São Paulo, aplicadas em 2022 e 2023 na Educação de Jovens e Adultos, não foram devidamente disponibilizados.

Em que pese a argumentação de setor técnico da SME quanto à possibilidade de interpretações errôneas dos dados por terceiros, não cabe ao gestor público o juízo de valor *ex ante* do uso que se fará dos dados de avaliação de políticas públicas. Cabe à SME, isso sim, disponibilizar os respectivos dados de maneira íntegra, contextualizando, quando necessário, as possíveis mudanças de metodologia de pesquisa, métodos de coleta ou consolidação dentro de uma determinada série histórica de dados.

Ademais, os referidos dados representam importante fonte de informação para o controle externo desempenhado por esta Corte de Contas, bem como para o controle social realizado por atores diversos e para a promoção da transparência quanto aos resultados e ao desempenho das políticas públicas de Educação para Jovens e Adultos como realizadas pela municipalidade.

Ante o exposto, considerando que as informações prestadas pela SME não sanam o apontamento realizado pelo trabalho de auditoria, **ratificamos** as conclusões alcançadas pelo Relatório Preliminar no subitem 5.2.

5.3. Carência de normas específicas sobre EJA e de orientações compatíveis com as características dessa política pública, trazendo insegurança aos gestores e prejuízos à prestação desse serviço, implicando em adoção de regras ad hoc e incompatíveis com o exercício dos direitos do público-alvo dessa modalidade de ensino (subitem 3.1.2).

Comentários da Origem (peça 21, fls. 5/6)

Em seus comentários, a SME alega ter firmado contrato de assessoria com a UNESCO para a análise da política educacional voltada para a EJA. Segundo a Origem, o estudo produzido pela assessoria em tela teria proposto algumas soluções viáveis, que já estariam sendo postas em andamento pela Secretaria Municipal de Educação.

Em caráter complementar, a SME afirma ter fortalecido as ações formativas voltadas aos formadores das DREs, às equipes gestoras e à supervisão escolar, com o intuito de realizar o acompanhamento de ações pedagógicas e administrativas com um olhar humanizado para as características individuais do público atendido pela EJA. Esse esforço inclui ações de acolhimento, com práticas pedagógicas e didáticas adequadas ao Currículo da Cidade EJA, Currículo Antirracista e Currículo Povos Migrantes e Indígenas. Cita, por fim, a possibilidade de acompanhamento e recuperação dos alunos por meio de professores do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP) e Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), mediante estratégia colaborativa.

Análise da Coordenadoria

Em contato direto com as unidades educacionais, a equipe de auditores concluiu ser frequente a aplicação de normativos muitas vezes incompatíveis com as características próprias da EJA, porque pensados para as necessidades do Ensino Fundamental. Assim, concluiu que a falta de um regramento claro e voltado especificamente à EJA traz inseguranças aos gestores e prejuízos à prestação desse serviço público essencial, uma vez que muitas das regras adotadas na gestão da EJA são aplicadas de maneira *ad hoc*, situação que se mostra incompatível com o exercício dos direitos do público-alvo da EJA.

Como resultado, prosseguem os auditores em sua conclusão, essa indefinição sistêmica levou ao surgimento, a título de exemplo, de uma infinidade de diferentes entendimentos adotados pelas escolas quanto ao número mínimo de interessados que seria necessário para a formação de uma nova turma de EJA.

Enquanto em algumas unidades educacionais analisadas pelos auditores do TCMSP o número mínimo para abertura de turmas EJA era informado como de “10 a 30 estudantes”, em outras escolas, por sua vez, os números mínimos indicados com mais frequência eram de 15 e 20 alunos. Outros gestores escolares informaram, ainda, terem recebido a orientação de que o número mínimo de estudantes para a abertura dessas turmas seria igual a “50% mais um aluno” da capacidade da sala de aula, informação confirmada pela análise de documentos realizada pelos auditores.

Assim, dado que as explicações trazidas pela origem em resposta preliminar não especificam ações fáticas para a resolução do problema apontado, **ratificamos** as conclusões deste Relatório Preliminar de Auditoria Operacional quanto ao subitem 5.3.

5.4. Concentração de oferta de EJA no tipo menos flexível dessa modalidade (EJA Regular), restringindo a possibilidade de escolha do tipo de atendimento que melhor corresponda às necessidades de aprendizagem e possibilidades de frequência escolar desse público (subitem 3.1.3).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 6)

A SME explica que tem valorizado os modelos CIEJA e EJA modular por terem se mostrado como os que melhor atenderiam às necessidades de flexibilidade de tempo, espaço e currículo, embora mantenha todas as cinco formas de atendimento. Afirma que as EMEFs que atendam aos requisitos necessários têm a possibilidade de aderir ao projeto EJA modular. Ressalta, ademais, que para a oferta de novos CIEJAs é necessário o preparo de espaços adequados ao público jovem, adulto e idoso e afirma estar em processo de preparação para a inauguração de mais um equipamento CIEJA, com início provável das atividades em 2025.

Análise da Coordenadoria

Em dados coletados no curso do trabalho de Auditoria, identificou-se que mais de 79% das unidades educacionais da RME-SP ofereciam o atendimento da EJA Regular, considerada a forma menos flexível dessa modalidade. Como uma das consequências da baixa diversidade da oferta de EJA, o trabalho de Auditoria apontou que quase metade dos alunos da amostra analisada afirmaram desconhecer os diferentes tipos de atendimento EJA disponíveis na rede pública municipal.

A partir da análise de documentos e de trabalhos de campo específicos, os Auditores apontaram haver uma inversão da lógica na definição dos tipos de atendimentos existentes nas escolas. Isso porque, segundo as conclusões do trabalho de auditoria, o tipo de EJA ofertada é definido mais com base nas questões administrativas afeitas às escolas do que às necessidades de aprendizagem e possibilidades de frequência escolar dos estudantes em potencial.

Assim, uma vez que a resposta enviada pela SME não detalha ações a serem adotadas para sanar o problema apontado, **ratificamos** as conclusões alcançadas por este Relatório Preliminar de Auditoria no subitem 5.4.

5.5. Insuficiência e falta de diversidade de estratégias de divulgação institucional da EJA, bem como imprecisão das informações publicadas, comprometendo o alcance da política pública, frente à demanda potencial dessa modalidade e ao desafio de reversão da queda acentuada de estudantes matriculados ao longo dos últimos anos (subitem 3.2.2).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 6)

A Origem informa contar com a colaboração da Assessoria de Comunicação ASCOM para divulgação e busca ativa realizada nas redes sociais e veiculadas em jornais, transportes e cartazes. A Origem afirma ter participado de ações junto às Secretarias do Trabalho, Direitos Humanos e Assistência Social, com atuação na divulgação das formas de atendimento e orientação quanto às matrículas em atividades como seminários, momentos

formativos, ações comunitárias, entre outras. Ademais, informa ter lançado o “Educamóvel”, veículo que circula pela cidade com profissionais para o atendimento de dúvidas quanto à matrícula na Educação de Jovens e Adultos, entre outros assuntos.

Análise da Coordenadoria

Os dados coletados pelos Auditores de Controle Externo em campo mostram que materiais de divulgação utilizados pela SME direcionavam para sítio eletrônico com informações desatualizadas a respeito da oferta de EJA. Trata-se de exemplo de tipo de imprecisão que pode desestimular as matrículas de estudantes em potencial, como aponta este Relatório de Auditoria.

Nesse aspecto, o trabalho de auditoria conclui que as medidas para divulgação da Educação de Jovens e Adultos podem ser consideradas acanhadas, frente à demanda potencial dessa modalidade de ensino. Os Auditores ponderam, ainda, ser fundamental que as iniciativas de divulgação sejam monitoradas e constantemente avaliadas, procurando potencializar estratégias bem-sucedidas de divulgação por meio da atuação institucional da SME.

Embora pertinentes, as ações informadas pela Origem em resposta preliminar são insuficientes, uma vez que não foram apresentadas em plano de ação articulado com encaminhamentos específicos para sanar as questões apontadas.

Ante o exposto, **ratificamos** as conclusões encaminhadas por este Relatório Preliminar de Auditoria Operacional no subitem 5.5.

5.6. Carência de articulação da EJA com o MOVA e escolas de nível médio e ensino profissionalizante, desestimulando a continuidade dos estudos dos alunos e prejudicando o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal dos educandos (subitem 3.2.3).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 6)

A SME informa que, ao longo do ano de 2024, tem realizado estudos sobre a política educacional MOVA em cooperação com a UNESCO. Em paralelo, afirma ter realizado formações permanentes para todos os educadores e coordenadores do MOVA por meio de uma série de ações específicas. Ressalta também a parceria realizada com a Secretaria Estadual de Educação no oferecimento de cursos técnicos que incentivam a continuidade da formação dos educandos.

Análise da Coordenadoria

O trabalho de auditoria constatou que, entre as escolas analisadas que responderam o formulário eletrônico elaborado pela equipe de auditoria, somente 16% indicaram haver ações de articulação do MOVA com a unidade educacional. Por sua vez, entre as escolas efetivamente visitadas pelos Auditores, somente 25% responderam afirmativamente quanto à realização de ações de articulação com o MOVA.

A análise dos Auditores considerou preocupante observar, a partir das informações colhidas, indícios de uma falta de medidas concretas de articulação com o MOVA, além de constatar a dificuldade das unidades educacionais em demonstrar efetivamente o engajamento efetivo dos educadores na promoção da integração e continuidade dos alunos da EJA.

Portanto, considerando que as informações enviadas pela Origem não apontaram soluções concretas para o problema levantado, **ratificamos** as conclusões do trabalho de Auditoria Operacional quanto ao subitem 5.6.

5.7. Carência de estratégias diversificadas relativas à prevenção ao abandono e à evasão escolar, com vistas à promoção de ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor, no qual os estudantes se sintam valorizados e apoiados em sua jornada de aprendizagem (subitem 3.2.4).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 7)

Em seus comentários, a Origem afirma promover processos formativos que atuam como estratégias de prevenção ao abandono e à evasão escolar. Afirma também ter investido em Kits de Experiências Pedagógicas para as EMEFs e CIEJAs, que abrangeriam conteúdo voltado aos estudantes jovens, adultos e idosos. Em seguida, a SME alega que os NAAPAs (Núcleos de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem), vinculados às Diretorias Regionais de Ensino, tem realizado processo de acompanhamento dos adolescentes matriculados na EJA, além de orientar as Equipes das Unidades Educacionais no atendimento a adultos e idosos que se encontrem em situações que possam prejudicar seu processo de escolarização.

Análise da Coordenadoria

Em sua análise do ponto em tela, a equipe de auditoria reconhece que o combate à evasão e ao abandono escolar deve ir além da estrutura da SME, sendo fundamental o desenvolvimento de políticas intersetoriais que assegurem melhores condições aos estudantes da EJA. No entanto, os Auditores de Controle Externo em campo também relataram demonstrações de passividade observadas em diversas das equipes gestoras, além de apontarem a falta de um plano estruturado que fosse desenvolvido e conduzido pela coordenação escolar para endereçar o problema.

A Auditoria constatou, ademais, a falta de levantamentos detalhados sobre as causas da evasão escolar e apontou a ausência de estratégias consistentes para lidar com esse problema. As informações coletadas pelos auditores revelaram que todas as escolas analisadas afirmaram terem adotado medida para o combate à baixa frequência escolar, ao abandono e à evasão escolar dos estudantes da EJA, sendo a ação mais citada a busca ativa realizada pelas Agentes de Busca Ativa Escolar (ABAEs).

No entanto, constatou-se que o combate à evasão não poderia se limitar apenas a essa iniciativa, devendo abarcar um conjunto mais amplo de ações que abordem aspectos mais abrangentes do problema. Nesse sentido, os auditores citam caso positivo, mas pontual, de ação exemplar adotada por uma unidade escolar visitada, voltada ao acolhimento dos alunos, que consistiu na instalação de um trocador no banheiro feminino, colocado para que o ambiente escolar se tornasse mais acolhedor às mães de bebês.

Assim, uma vez que a resposta da SME não detalha ações estruturais efetivas para enfrentar os problemas apontados, **ratificamos** as conclusões deste Relatório de Auditoria Operacional no que se refere ao seu subitem 5.7.

5.8. Deficiências relativas à presença e atuação efetiva da supervisão escolar no período noturno, comprometendo um acompanhamento mais próximo, efetivo e simultâneo das ações educativas, contribuindo para a assertividade das proposições, o zelo pelos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes e o adequado funcionamento das unidades educacionais (subitem 3.2.5).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 7)

A SME afirma que têm promovido, por meio de Grupo de Trabalho com seus núcleos e divisões competentes, reuniões regulares para o monitoramento e a avaliação das ações de acompanhamento de aprendizagem. Acrescenta que a implementação deste grupo de trabalho específico tem o intuito de identificar desafios e propor ações para otimizar a atuação dos supervisores escolares nas unidades educacionais. Afirma, ainda, que tem investido em programas de formação contínua para supervisores escolares, tendo em vista os desafios específicos impostos pela EJA.

Análise da Coordenadoria

A Auditoria Operacional empreendida por esta Coordenadoria identificou que, na prática, muitas das escolas visitadas pelos auditores enfrentam deficiências quanto às visitas noturnas que deveriam ser realizadas pela supervisão escolar, o que afeta especialmente as unidades escolares que oferecem a EJA exclusivamente no período noturno. Com efeito,

conforme apresentado no subitem 3.2.5 do Relatório Preliminar de Auditoria Operacional, constatou-se que 41,7% das escolas visitadas, e 30% das escolas que responderam ao formulário eletrônico enviado pela Auditoria, afirmaram não terem recebido visitas dos supervisores escolares no período noturno, durante todo o ano de 2023.

Embora a Origem, em comentários juntados à peça 21, cite, de maneira ampla, ações de aperfeiçoamento e formação da supervisão escolar, as deficiências encontradas pelos Auditores em trabalho de campo são significativas e necessitam de encaminhamentos concretos e detalhados para que possam ser efetivamente sanadas.

De fato, e não por acaso, o Relatório Preliminar de Auditoria Operacional (peça 5) encaminha proposta de determinação para que a Secretaria Municipal de Educação apresente plano de ação, especificando, no mínimo, as ações a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para sua implementação.

Ante o exposto, visto que as explicações enviadas pela Origem não atendem ao disposto, **ratificamos** as conclusões encaminhadas pelo Relatório de Auditoria Operacional quanto ao subitem 5.8.

5.9. Diversidade de concepções e saberes a respeito da Educação de Jovens e Adultos entre CIEJAs e EMEFs, refletindo-se no dia a dia da comunidade escolar e prejudicando a oferta de serviços com a mesma qualidade e disponibilidade à fatia da população dispersa por diversos territórios da cidade (subitem 3.3).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 7)

A SME explica que elabora seus currículos em diálogo com a comunidade educativa. Nesse sentido, afirma que o “Currículo da Cidade EJA” foi resultado de um trabalho coletivo, que traz, de maneira fundamentada, os princípios da inclusão, equidade e integralidade. A SME afirma investir em processos formativos, valorizando os Projetos Especiais de Ações (PEAs) nas EMEFs e seus agrupamentos específicos para a EJA Modular e CIEJAs.

Ademais, a Origem afirma garantir o calendário escolar e a oferta de diferentes tipos de formação para os educadores do MOVA, além de promover a Semana de Alfabetização MOVA.

Análise da Coordenadoria

O trabalho de Auditoria Operacional concluiu haver grande diversidade de concepções e saberes a respeito da educação de jovens e adultos, com impactos diretos no cotidiano da comunidade escolar e na maneira como a Educação de Jovens e Adultos é oferecida a diferentes alunos em distintas condições. Contudo, é necessário reconstituir aqui, ao menos em parte, o panorama mais amplo em que essa conclusão de auditoria foi alcançada.

A partir das informações colhidas no curso do trabalho de auditoria, identificou-se significativas diferenças no oferecimento e nas condições da EJA. Esse contraste foi observado especialmente na comparação entre as unidades voltadas exclusivamente à educação de jovens e adultos, as CIEJAs, e aquelas que oferecem a EJA somente no período noturno, as EMEFs.

Assim, a recomendação de Auditoria vai no sentido de propor maior uniformidade de métodos e abordagens da EJA, para que os alunos que cursam essa modalidade de ensino tanto nas CIEJAs quanto nas EMEFs possam desfrutar das mesmas condições de prestação desse importante serviço público.

Portanto, uma vez que a resposta da Origem carece de especificidade e não delineia de maneira concreta as ações a serem tomadas para a resolução do apontamento em tela, **ratificamos** as conclusões alcançadas pelo trabalho de Auditoria Operacional no que tange ao subitem 5.9.

5.10. Inexistência de processo seletivo específico para profissionais que atuam nas EMEFs que atendem a EJA, de modo a possibilitar a escolha de docentes e gestores com afinidade e formação compatíveis com as particularidades e complexidades dessa modalidade de ensino, com vistas a garantir o atendimento adequado às necessidades dos estudantes e a promoção da equidade educacional (subitem 3.3).

Comentários da Origem (peça 21, fls. 7/8)

Em seus comentários, a SME afirma que o ingresso de professores e profissionais nos quadros da Secretaria Municipal de Educação ocorre por meio de concurso de provas e títulos, com ingresso vinculado aos cargos já existentes na carreira, que corresponderiam aos de Professor de Educação Infantil e Fundamental I e Professor de Ensino Fundamental II e Médio.

A Origem afirma seguir o ordenamento legal vigente também na atribuição e escolha de classes e aulas pelos profissionais que compõem seus quadros, em respeito a Instrução Normativa SME nº 36/23. Ainda segundo a Origem, a citada Instrução Normativa estabelece os critérios para a escolha e organização das turmas pelo Diretor da Escola, além de garantir a adesão à Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), de acordo com os critérios estabelecidos.

Ademais, complementa a Origem, estes “processos são favorecidos quando em unidades da EJA Modular, que garante um agrupamento de PEA específico para os professores da EJA, além dos CIEJAs, em que todos os professores podem participar do PEA”

Análise da Coordenadoria

Com base em trabalhos de campo e procedimentos de coletas de dados e evidências, a Auditoria concluiu não haver um processo seletivo específico para selecionar os profissionais de ensino que atuam nas EMEFs e atendem as turmas de EJA. É importante salientar que essa conclusão integra um questionamento mais amplo feito pela Auditoria a partir da comparação entre as condições em que a EJA é ofertada nas CIEJAs e nas EMEFs.

De fato, no subitem 3.3, os Auditores examinam, tendo como guia o Princípio da Equidade, se há equivalência, em termos de qualidade e disponibilidade, na prestação desse serviço público essencial nas CIEJAs e EMEFs.

Foram apontadas discrepâncias significativas em termos de infraestrutura e também de abordagens – como refletida, por exemplo, na análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) examinados pelos Auditores de Controle Externo. Nos PPPs das EMEFs, em geral, são feitas referências genéricas ou de caráter meramente administrativo à EJA, havendo casos em que sequer há menção a essa modalidade de ensino.

Nesse contexto, a Auditoria apontou vantagens próprias do funcionamento dos CIEJAs na oferta dos cursos de EJA. Aqui, os CIEJAs são vistos como mais preparados para incorporar as necessidades dos alunos de EJA, em contraste com os desafios substantivos encontrados nas EMEFs, onde a comunidade escolar nem sempre é capaz de acolher as particularidades da educação de jovens e adultos, dada a complexidade de gerenciar os diferentes paradigmas organizacionais e pedagógicos que dividem esse espaço.

É nessa acepção que o Relatório Preliminar de Auditoria aponta a inexistência de processo seletivo específico para os profissionais que atendem a educação de jovens e adultos nas EMEFs. Cuida-se de propor, assim, a seleção de docentes e gestores aptos a lidar com os desafios específicos impostos pela EJA.

Ante o exposto, **ratificamos** a conclusão alcançada pelo Relatório de Auditoria Operacional quanto ao subitem 5.10.

5.11. Precariedade predial dos CIEJAs, que não contam com ambientes e espaços como cozinhas, quadras poliesportivas e salas com dimensões adequadas, prejudicando a qualidade do atendimento educacional dos estudantes e acentuando a falta de padrão entre as unidades educacionais da RME-SP (subitem 3.3).

Comentários da Origem (peça 21, fl. 8 e peça 24, fl.3)

Em seus comentários, a SME afirma valorizar os espaços escolares que recebem o público da Educação de Jovens e Adultos, procurando atender às necessidades específicas relacionadas ao “Currículo da Cidade – EJA”. Em seguida, a Origem cita diferentes programas e iniciativas que procuram incentivar o uso dos espaços escolares de maneira interdisciplinar, que incluem o programa “Portas Abertas: Português para Imigrantes”, o programa “Transcidadania”, voltado ao resgate da cidadania para pessoas trans, bem como o programa POT PopRua, no atendimento à população em situação de rua do município de São Paulo.

Em comentário adicional juntado à peça 24, fl. 3, a Origem informa uma série de reformas realizadas em diversos CIEJAs, com indicação dos respectivos processos SEI.

Análise da Coordenadoria

Embora os esclarecimentos da SME elenquem uma série de importantes iniciativas tomadas pela Secretaria, nota-se que as explicações enviadas inicialmente pela Origem, à peça 21, sequer diziam respeito aos aspectos físicos apontados como problemáticos por essa conclusão específica do trabalho de Auditoria Operacional em tela. Somente em comentário adicional juntado à peça 24, fl.3, a Origem encaminhou descrição sucinta de reformas pontuais, realizadas em diversos CIEJAs, visando a melhoria dos espaços físicos e a ampliação do atendimento da demanda educacional.

Com efeito, o subitem 3.3 deste Relatório Preliminar de Auditoria Operacional, com relação aos aspectos de infraestrutura, constatou que dos três CIEJAs visitados, dois não contavam com estrutura de quadra poliesportiva, dificultando, ou mesmo inviabilizando, o acesso desses estudantes à cultura corporal de movimento. Sendo que, nesses mesmos dois

CIEJAs visitados, sequer havia cozinhas para atendimento, o que possibilitava somente o oferecimento de merenda seca aos alunos dessas unidades.

Os Auditores em campo não deixaram de registrar que no CIEJA visitado que contava com estrutura de cozinha, a instalação desse equipamento ocorreu em virtude de esforços empreendidos diretamente pela equipe de gestão dessa unidade escolar, que tomou para si a tarefa de implantar uma pequena cozinha no prédio, o que tornou possível a oferta de lanches e refeições para os alunos.

Analisando os processos SEI de reformas encaminhados pela Origem, constata-se que, em diversos CIEJAs, os relatórios de vistoria iniciais que embasam o processo de contratação das reformas acabam por confirmar uma das deficiências apontadas pelos Auditores de Controle Externo no curso do trabalho de auditoria (ausência de quadras poliesportivas)¹⁰¹.

Mesmo considerando todas as informações trazidas ao processo, cabe à SME informar de maneira pormenorizada as medidas que serão tomadas para sanar, de forma abrangente, as situações fáticas de precariedade predial nos CIEJAs apontadas pelo trabalho de auditoria (que não contam com ambientes e espaços como cozinhas, quadras poliesportivas e salas com dimensões adequadas, prejudicando a qualidade do atendimento educacional dos estudantes e acentuando a falta de padrão entre as unidades educacionais da RME-SP).

Ante o exposto, **ratificamos** a conclusão deste Relatório de Auditoria Operacional quanto ao subitem 5.11.

5. CONCLUSÃO

Com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da política pública da Educação de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo, a partir das análises voltadas à evolução da oferta de vagas dessa modalidade ao longo dos anos, frente as necessidades do público-

¹⁰¹ Documentos SEI números 085103811, 079651367, 079651643, 081368694 e 085062374.

alvo, e à comparação dos serviços oferecidos nos CIEJAs e nas EMEFs que contam com turmas dessa modalidade de ensino, a equipe de auditoria constatou:

- 5.1. Deficiências no levantamento institucional e análise dos motivos do abandono e evasão escolar dos estudantes da EJA, comprometendo a adoção de estratégias assertivas para o acesso e permanência desse público, fundamentadas no conhecimento das reais demandas e necessidades dos alunos dessa modalidade **(subitem 3.1.1)**.
- 5.2. Falta de divulgação dos resultados da avaliação externa (Prova São Paulo) aplicada aos estudantes da EJA, impossibilitando a utilização desses dados para reorientação dos alunos, da proposta pedagógica e do planejamento da unidade educacional, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem desses estudantes **(subitem 3.1.1)**.
- 5.3. Carência de normas específicas sobre EJA e de orientações compatíveis com as características dessa política pública, trazendo insegurança aos gestores e prejuízos à prestação desse serviço, implicando em adoção de regras ad hoc e incompatíveis com o exercício dos direitos do público-alvo dessa modalidade de ensino **(subitem 3.1.2)**.
- 5.4. Concentração de oferta de EJA no tipo menos flexível dessa modalidade (EJA Regular), restringindo a possibilidade de escolha do tipo de atendimento que melhor corresponda às necessidades de aprendizagem e possibilidades de frequência escolar desse público **(subitem 3.1.3)**.
- 5.5. Insuficiência e falta de diversidade de estratégias de divulgação institucional da EJA, bem como imprecisão das informações publicadas, comprometendo o alcance da política pública, frente à demanda potencial dessa modalidade e ao desafio de reversão da queda acentuada de estudantes matriculados ao longo dos últimos anos **(subitem 3.2.2)**.
- 5.6. Carência de articulação da EJA com o MOVA e escolas de nível médio e ensino profissionalizante, desestimulando a continuidade dos estudos dos alunos e

prejudicando o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal dos educandos **(subitem 3.2.3)**.

- 5.7. Carência de estratégias diversificadas relativas à prevenção ao abandono e à evasão escolar, com vistas à promoção de ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor, no qual os estudantes se sintam valorizados e apoiados em sua jornada de aprendizagem **(subitem 3.2.4)**.
- 5.8. Deficiências relativas à presença e atuação efetiva da supervisão escolar no período noturno, comprometendo um acompanhamento mais próximo, efetivo e simultâneo das ações educativas, contribuindo para a assertividade das proposições, o zelo pelos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes e o adequado funcionamento das unidades educacionais **(subitem 3.2.5)**.
- 5.9. Diversidade de concepções e saberes a respeito da Educação de Jovens e Adultos entre CIEJAs e EMEFs, refletindo-se no dia a dia da comunidade escolar e prejudicando a oferta de serviços com a mesma qualidade e disponibilidade à fatia da população dispersa por diversos territórios da cidade **(subitem 3.3)**.
- 5.10. Inexistência de processo seletivo específico para profissionais que atuam nas EMEFs que atendem a EJA, de modo a possibilitar a escolha de docentes e gestores com afinidade e formação compatíveis com as particularidades e complexidades dessa modalidade de ensino, com vistas a garantir o atendimento adequado às necessidades dos estudantes e a promoção da equidade educacional **(subitem 3.3)**.
- 5.11. Precariedade predial dos CIEJAs, que não contam com ambientes e espaços como cozinhas, quadras poliesportivas e salas com dimensões adequadas, prejudicando a qualidade do atendimento educacional dos estudantes e

acentuando a falta de padrão entre as unidades educacionais da RME-SP (subitem 3.3).

6. ANÁLISE DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO

As auditorias operacionais não têm como objetivo a responsabilização por irregularidade. Dada a natureza desta Auditoria, de seu objeto, objetivo e procedimentos realizados, e a inexistência de apontamentos de irregularidades que requeiram responsabilização de agentes, não há que se falar em análise dos elementos de responsabilização no presente caso. A proposta de determinação relativa às constatações da auditoria está no item 7 deste relatório.

7. PROPOSTA DE DETERMINAÇÃO

Determinar à Secretaria Municipal de Educação (SME), que apresente a este Tribunal, no prazo de 30 dias¹⁰², plano de ação com vistas a sanear os problemas identificados no item 5 deste relatório, contendo, no mínimo, as ações a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação.

8. RESPONSÁVEL PELA ÁREA AUDITADA

Fernando Padula Novaes – Secretário Municipal de Educação.

Em 07.11.2024.

RÔMULO FELIPE MANZATTO
Auditor de Controle Externo

LEONARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA
Supervisor de Controle Externo 3

¹⁰² Art. 11 A decisão do Tribunal Pleno **poderá** exigir a apresentação de Plano de Ação e seus respectivos Relatórios de Execução ao gestor responsável pelo órgão, entidade ou programa auditado.

...
Art. 13 O Plano de Ação, elaborado pelo gestor em conformidade com determinação do Pleno, será enviado ao Tribunal no **prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período.**

9. APÊNDICES

APÊNDICE 1

ESCOPO E METODOLOGIA

Uma vez demonstrada a relevância social da EJA e feita a análise preliminar do objeto de auditoria¹⁰³ e do ambiente de controles internos da auditada¹⁰⁴, foi estabelecido o objetivo geral do trabalho, bem como adotadas as abordagens de auditoria – uma vez que é o objetivo de auditoria quem determina a abordagem e o desenho do trabalho – relacionadas a cada uma das questões de auditoria elaboradas, a saber:

- ***evolução da oferta de vagas na EJA ao longo dos anos*** – abordagem orientada a problema, com vistas a investigar as causas da redução sistemática de alunos matriculados (demanda efetiva) e escolas que oferecem a EJA, não obstante a grande quantidade de cidadãos com Ensino Fundamental incompleto na capital paulista (demanda potencial).
- ***especificidades das CIEJAs e das EMEFs*** – majoritariamente abordagem orientada a sistema, na qual foram analisadas eventuais características distintivas da EJA nas CIEJAs e nas EMEFs, com vistas a compreender como essas particularidades impactariam a qualidade dos serviços oferecidos.

Vale mencionar, ainda, que a abordagem do objeto de auditoria se deu de forma integrada, voltando-se não somente a aspectos de desempenho em suas dimensões de equidade e, incidentalmente, eficiência, mas principalmente a outros aspectos a elas relacionados, em razão de sua relevância, tais como o grau de adequação dos resultados dos programas às necessidades do público-alvo – consubstanciado por meio da análise da evolução da oferta de vagas de EJA ao longo dos anos, frente as necessidades do público-alvo – e a qualidade

103 Para ampliar o entendimento do objeto do trabalho, a equipe se debruçou sobre normas e publicações relacionadas ao tema da auditoria e interagiu com os responsáveis pela coordenação das ações relativas a EJA na SME (avaliação do ambiente de controles internos da auditada atinente à matéria).

104 A avaliação do ambiente de controles internos abarcou reunião com os responsáveis pela Coordenadoria Pedagógica (COPED), Divisão de Educação de Jovens e Adultos (DIEJA) e Núcleo de Transparência Ativa e Controle Interno (NUTAC) no nível central, ocasião em que foram discutidos aspectos relacionados a Educação de Jovens e Adultos e colhidas informações, documentadas no SEI nº 6016.2024/0006681-8, as quais se mostraram essenciais para a análise dos riscos e desempenharam papel crucial na definição dos procedimentos de auditoria.

e uniformidade dos serviços oferecidos nas diferentes modalidades de unidades escolares – materializada na comparação dos serviços oferecidos nas CIEJAs e nas EMEFs.

Pode-se afirmar, em suma, que o reconhecimento da relevância social da EJA como motivadora para a realização desta auditoria e a finalidade¹⁰⁵ deste trabalho coadunam-se ao aspecto de materialidade denominado contexto¹⁰⁶ e que a convergência entre os temas abordados e as dimensões de desempenho adotadas para este trabalho reside na análise crítica da oferta de vagas frente à demanda potencial, na compreensão das características específicas das modalidades de ensino e na busca por recomendações que promovam o aperfeiçoamento da política pública. A intenção é, portanto, contribuir efetivamente para superar os desafios enfrentados pela EJA, utilizando os encaminhamentos da auditoria como direcionadores estratégicos para o desenvolvimento educacional do Município de São Paulo.

Assim, para alcançar esse objetivo, foram definidas, na fase de planejamento – a partir das questões-chave explicitadas no item 1.2 do presente relatório – a amplitude e a profundidade do trabalho, contemplando i) levantamento da magnitude (dimensionamento) da EJA na RME-SP; ii) avaliação do atendimento ao público-alvo e das estratégias voltadas à permanência e progressão dos jovens e adultos nos estudos e à expansão de alunos matriculados na EJA; iii) análise das medidas adotadas com vistas à prevenção à evasão e ao abandono; iv) verificação dos mecanismos de garantia de qualidade e de monitoramento de programas; e v) comparação entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA, a fim de aferir em que medida cada modelo atende a diversos parâmetros de qualidade, tais como instalações físicas, organização dos tempos e espaços de ensino e aprendizagem, compatibilidade dos conteúdos curriculares e recursos didáticos com o universo sociocultural e faixa etária dos alunos, formação continuada, experiência e capacitação dos educadores voltadas especificamente ao processo de aprendizagem dos

¹⁰⁵ O objetivo da auditoria operacional é contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de EJA, focando na evolução da oferta de vagas ao longo dos anos, nas necessidades do público-alvo e na comparação entre os serviços oferecidos nas CIEJAs e nas EMEFs.

¹⁰⁶ V. itens 130 e 131 do Manual de Auditoria Operacional do TCU – 4ª edição (2020). Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em: 20.01.2024.

jovens e adultos e incentivos às equipes gestoras para manutenção ou ampliação do atendimento.

Do mesmo modo, para a construção dos critérios adotados nesta auditoria, foram utilizadas diversas fontes, tais como (i) levantamento de riscos e de pontos de verificação decorrentes de trabalhos de campo realizados em fiscalizações anteriores, (ii) formação continuada a cargo dos auditores que compõem a equipe destinada ao presente trabalho, (iii) interação com especialistas em Educação e (iv) textos normativos e acadêmicos, devendo-se citar como fontes imediatas para a definição dos parâmetros (critérios) registrados na Matriz de Planejamento o Currículo da Cidade de São Paulo e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na EJA, a Recomendação da UNESCO sobre aprendizagem e educação de adultos, a Recomendação SME/CME nº 4/2021 e artigos acadêmicos, sobretudo da Profa. Maria Clara de Pierro¹⁰⁷.

Ademais, em consonância com as diretrizes normativas estabelecidas para a definição do escopo de auditoria e como boa prática atinente a auditorias operacionais, a equipe de auditoria delimitou seu trabalho a partir dos recursos disponíveis para a realização das atividades ao longo de todo o ciclo de auditoria operacional (definição do escopo), sem, entretanto, comprometer o objetivo geral do trabalho, qual seja, contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de São Paulo – concretizado por meio dessas duas grandes questões supramencionadas –, discutindo, ainda, o escopo do presente trabalho com a auditada ainda durante a fase de planejamento.

A partir desse cenário, a equipe designada para esta auditoria revisitou as hipóteses iniciais, a formulação das questões e dos critérios de auditoria – levantados a partir do estudo dos normativos e artigos acadêmicos já citados e de sua experiência profissional, e com base em pontos de risco significativos identificados ao longo de trabalhos anteriores –, concluiu

¹⁰⁷ DI PIERRO, M. C. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Alameda, 2014. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 24.01.2024.

CATELLI JR., R.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTO, E. D. A política paulistana de EJA: território e desigualdades. São Paulo, Estudos em Avaliação Educacional, v. 30, n. 74, p. 454-484, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/5734/3796>. Acesso em: 24.01.2024.

sua avaliação de riscos – destinada à identificação e à consolidação, por julgamento valorativo, dos eventos que podem afetar adversamente os objetivos associados ao objeto examinado, e consubstanciada em documento denominado “Matriz de Avaliação de Riscos” – e definiu os pontos de verificação e os dados a serem coletados.

Desse modo, com vistas a trazer de forma assertiva respostas às questões de auditoria supramencionadas, foram aplicados, ao longo das fases de planejamento e execução do presente trabalho, diversos procedimentos e técnicas envolvendo uma série de ações coordenadas, tais como avaliação do ambiente de controles internos e observação direta (da dinâmica do intervalo para alimentação escolar e dos espaços educacionais), aplicação de formulários eletrônicos e questionários, entrevistas com gestores e análise de documentos, por meio dos quais buscou-se fornecer uma análise abrangente e fundamentada do objeto auditado, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de Educação de Jovens e Adultos no Município de São Paulo.

Eis o detalhamento dos principais procedimentos e técnicas adotados ao longo das fases de planejamento e execução desta auditoria:

1) Levantamento de dados:

- realização de análise abrangente das estatísticas educacionais do Município de São Paulo, focando as mudanças atinentes ao número de vagas e de escolas ofertantes de EJA ao longo dos anos;
- coleta de dados demográficos para aferir a magnitude da faixa da população elegível como aluno de EJA (pessoas com mais de 15 anos com Ensino Fundamental incompleto) – demanda potencial;
- revisão dos normativos atinentes a matrículas e organização das unidades, bem como a parâmetros voltados à EJA ofertada nas EMEFs e nos CIEJAs; e
- consulta de relatórios e dados de auditorias anteriores, a fim de identificar tendências e áreas previamente destacadas para melhorias (pontos de risco).

- 2) Entrevistas e aplicação de questionários: realização de entrevistas com os gestores e aplicação de questionários aos gestores e alunos das escolas visitadas, além de aplicação de questionários a gestores das DREs e de escolas de forma remota, por meio de formulário eletrônico, para obter perspectivas diversas sobre os desafios e pontos fortes da EJA no Município.
- 3) Comparação entre CIEJAs e EMEFs: condução de análise comparativa detalhada entre as CIEJAs e as EMEFs, considerando infraestrutura, práticas pedagógicas, corpo docente e demais fatores que possam influenciar a qualidade do serviço.
- 4) Análise de políticas públicas: avaliar se as políticas públicas de EJA têm sido efetivamente implementadas no município, identificando eventuais lacunas ou ineficiências que possam contribuir para a diminuição nas ofertas.
- 5) Elaboração de recomendações: com base nos resultados da auditoria, formular recomendações específicas que visem ao aprimoramento da política pública de EJA em São Paulo.
- 6) Comunicação e transparência: discussão do escopo da auditoria com a SME em duas reuniões, sendo a última delas a de abertura da fase de execução dos trabalhos.

Vale ainda informar que os seguintes objetos não foram contemplados¹⁰⁸, em função da escassez de recursos destinados a esta modalidade de fiscalização¹⁰⁹ e de diversos ajustes empreendidos ao longo do planejamento dos trabalhos, impactando diretamente a fase de execução da presente auditoria¹¹⁰:

1) Questões de natureza financeiro-orçamentária

Não foram abordados nesta auditoria aspectos relacionados à alocação de recursos orçamentários específicos para a EJA, tampouco empreendeu análise financeira

¹⁰⁸ Conforme preconizado no Manual de Auditoria Operacional do TCU – 4ª edição (2020):

241. [...] Em alguns casos, também é importante explicitar o não-escopo do trabalho. Isso pode ajudar a reduzir mal-entendidos e falsas expectativas, não só por parte da entidade auditada, mas também de outros stakeholders, internos e externos ao TCU, Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em: 19.01.2024.

¹⁰⁹ Conforme explicitada no item 2.5 do Plano de Auditoria e no documento “PT Diretrizes”.

¹¹⁰ A fase de planejamento também foi impactada, dada a supressão das visitas-piloto a duas escolas, originariamente programadas, nas quais seriam entrevistados profissionais da gestão e solicitados documentos atinentes à matéria, com vistas a colher mais informações sobre a realidade da rede auditada e a validar a dinâmica do trabalho de campo empreendido na fase de execução de auditoria.

aprofundada das despesas específicas das unidades escolares, limitando-se a avaliar outros aspectos de desempenho dessa política pública e a qualidade dos serviços.

2) Infraestrutura física – avaliação detalhada

Embora a infraestrutura seja considerada na comparação entre CIEJAs e EMEFs, em virtude da limitação de horário que a equipe deve permanecer nas unidades escolares (até as 22h), a auditoria não realizou avaliação exaustiva da infraestrutura física de cada escola, a exemplo do que ocorrera no Programa de Visitas a Escolas deste Tribunal de Contas. O foco estará nas características que impactam diretamente a qualidade do serviço educacional.

3) Outras políticas públicas e programas educacionais

A auditoria se concentrou especificamente na EJA oferecida nas escolas diretas da RME-SP, limitando a análise das políticas públicas educacionais a esta área. Outros programas educacionais ou políticas públicas relacionadas à educação, como o MOVA ou CMCT, não foram examinados, a menos que tivessem relevância direta para elucidação das questões principais da auditoria.

Além disso, mesmo reconhecendo a importância do exame dos pontos de interação entre a política pública objeto da presente auditoria e outros setores governamentais (Assistência Social, Trabalho, Transportes, Segurança Pública, Saúde, Cultura, dentre outras), extrapolando as barreiras funcionais de um único órgão, não foram realizadas, neste trabalho, avaliações dessa natureza.

4) Aprofundamento em aspectos jurídicos

Embora a legislação seja considerada durante o levantamento de dados, e em virtude da natureza das auditorias operacionais, no presente trabalho não foram realizadas análises aprofundadas de questões legais relacionadas à EJA, exceto quando estritamente necessárias ao entendimento do contexto.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à avaliação das unidades escolares, que, dados os limites de (1) auditores especializados em auditoria em Educação; (2) número de dias destinados à execução dos trabalhos; (3) horas trabalhadas no período noturno; e (4) aplicação de questionários impressos nas unidades educacionais, que reverberaram sobre a abrangência das análises e a frequência do trabalho de campo (número de escolas visitadas, de entrevistas realizadas, de questionários aplicados), ficou consignado, antes do início da fase de execução, que na presente auditoria, ao contrário de aspirações iniciais, a aplicação dos formulários eletrônicos às unidades escolares não se daria de forma censitária, mas amostral, com envio dos formulários a 50 unidades educacionais, sendo 40 EMEFs que ofertam a EJA Regular, 5 EMEFs que ofertam a EJA Modular e 5 CIEJAS, todas com 90% de intervalo de confiança e margens de erro de 9,3%, 20,5% e 21,2%, respectivamente.

Pelos mesmos motivos, o tamanho das amostras aleatórias de escolas visitadas, estratificadas por tipo de unidade escolar, foi de 7 EMEFs com EJA Regular, 3 EMEFs com EJA Modular e 3 CIEJAs, equivalendo, todas com 90% de intervalo de confiança e margens de erro de 30,2%, 43,8% e 44,1%, números esses idênticos às amostras de gestores das escolas entrevistados, uma vez que um gestor por unidade educacional participou das conversas e respondeu os questionários a eles apresentados.

Quanto aos questionários aplicados aos alunos das escolas, dada a existência, na SCE, de 7 (sete) tablets, optou-se por utilizar questionários em papel e aplicá-los a 15 (quinze) estudantes por unidade educacional visitada. Contudo, embora esse tamanho amostral não possibilite a extrapolação das informações obtidas ao universo de alunos de EJA matriculados na RME-SP, adotou-se essa prática por duas razões: criar a cultura salutar de ouvir os usuários dos serviços públicos, sobre os quais e graças a quem se estrutura qualquer rede escolar, e aproveitar a riqueza de dados que os alunos transmitem de forma genuína e sem conflito de interesse de qualquer espécie.

Ademais, não foram realizadas entrevistas com, ou aplicados questionários aos professores, dadas a limitação de tempo – recomendação para permanência nas escolas somente até as 22h – e a falta de horários reservados para formação dos professores da

EJA no período noturno (os docentes da maioria das EMEFs que oferecem EJA visitadas ficam praticamente todo o tempo de sua permanência nas unidades escolares em sala de aula).

Feitas essas considerações acerca do escopo e do “não-escopo” – cuja utilidade é gerar a compreensão das partes interessadas no trabalho e dos usuários do relatório sobre os limitações da auditoria, evitando-se expectativas não realistas sobre os resultados desta fiscalização –, reitera-se que na fase de execução da auditoria, foram requisitadas informações por meio de formulários eletrônicos a todas as treze DREs do município e à amostra aleatória de 50 unidades escolares, entre CIEJAs e EMEFs que ofertam EJA, exatamente na mesma proporção projetada ao fim da fase de planejamento (Apêndices 3 e 4), além de realizadas visitas a doze unidades escolares em diferentes territórios.

O mapa apresentado a seguir apresenta a localização das unidades contempladas nesta auditoria, por meio de formulário eletrônico e visitas.

Escolas que responderam ao formulário eletrônico

Escolas visitadas

Nas visitas, foram realizadas entrevistas com os gestores das unidades educacionais, além de aplicação de questionário (Apêndice 5) e solicitação de documentos e registros específicos, como ações e campanhas eventualmente realizadas para divulgação da EJA.

Por fim, foram aplicados questionários a 145 estudantes das escolas visitadas (Apêndice 6). Foi pedido que a gestão escolar selecionasse alunos considerados leitores autônomos e que estudassem há pelo menos seis meses na unidade educacional.

A adoção dos procedimentos e a aplicação das técnicas acima descritas propiciaram a coleta de informações relevantes para a análise e o exame criterioso da situação encontrada – contemplando elementos de avaliação de natureza quantitativa e qualitativa –, sempre com foco em entender as causas da redução de alunos matriculados em EJA, bem como em que medida eventuais ações para reversão dessa situação vêm sendo bem-sucedidas na Rede Municipal de Ensino (RME-SP).

Após consolidação e análise dos dados coletados, foi elaborada a Matriz de Achados da auditoria, documento que guarda estreita relação com as conclusões registradas neste relatório.

Vale ressaltar que todas as fases da auditoria foram conduzidas por equipe multidisciplinar, que exerceu julgamento profissional e manteve a independência e o ceticismo ao longo das atividades, em aderência às disposições das normas brasileiras aplicáveis e que, ao longo do trabalho, a equipe comunicou-se com agentes públicos que integram a RME-SP.

Enfim, buscou-se, com a metodologia adotada, fornecer uma análise abrangente e fundamentada do objeto auditado, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento da política pública de Educação de Jovens e Adultos no Município de São Paulo.

APÊNDICE 2

NÚMERO DE UNIDADES EDUCACIONAIS POR TIPO DE ATENDIMENTO E DISTRITO

DISTRITO	CIEJA	EJA MODULAR	EJA REGULAR	TOTAL
ÁGUA RASA			1	1
ANHANGUERA		1	1	2
ARICANDUVA			1	1
ARTUR ALVIM			1	1
BELA VISTA			1	1
BRASILÂNDIA	1		2	3
BUTANTÃ	1		1	2
CACHOEIRINHA			1	1
CAMBUCI	1			1
CAMPO BELO			1	1
CAMPO GRANDE	1			1
CAMPO LIMPO			7	7
CANGAÍBA			3	3
CAPÃO REDONDO	1		7	8
CASA VERDE		1		1
CIDADE ADEMAR			2	2
CIDADE DUTRA			3	3
CIDADE LÍDER	1	1	1	3
CIDADE TIRADENTES			5	5
CURSINO		1		1
ERMELINO MATARAZZO	1			1
GRAJAÚ			6	6
GUAIANASES	1			1
IGUATEMI	1			1
ITAIM PAULISTA		1	3	4
ITAQUERA			1	1
JABAQUARA			1	1
JAÇANÃ			1	1
JAGUARÉ			1	1
JARAGUÁ		2	3	5
JARDIM ÂNGELA			7	7
JARDIM HELENA		2	1	3
JARDIM SÃO LUÍS			5	5
JOSÉ BONIFÁCIO			1	1

LAJEADO		1	3	4
LIMÃO			1	1
MANDAQUI	1			1
MOOCA			1	1
MORUMBI			1	1
PARELHEIROS	1		2	3
PARI			1	1
PEDREIRA			3	3
PERUS	1		2	3
PIRITUBA		3		3
PONTE RASA			2	2
RAPOSO TAVARES			2	2
RIO PEQUENO			1	1
SACOMÃ	1		4	5
SANTO AMARO			1	1
SÃO DOMINGOS			2	2
SÃO LUCAS			1	1
SÃO MATEUS	1		1	2
SÃO MIGUEL			3	3
SÃO RAFAEL			2	2
SAPOPEMBA	1		2	3
SÉ			1	1
TATUAPÉ			2	2
TREMOMBÉ			3	3
VILA ANDRADE			3	3
VILA CURUÇÁ			2	2
VILA MARIA		1	1	2
VILA MATILDE			1	1
VILA MEDEIROS	1	1		2
VILA PRUDENTE			1	1
VILA SÔNIA			1	1
TOTAL GERAL	16	15	118	149

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SME¹¹¹ (data base: dez/2023).

¹¹¹ Portal de Dados Abertos da PMSP - Perfil das turmas e unidades educacionais em funcionamento. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/afa17bfd-3286-4c40-87c9-52933066a592/resource/fc534608-e807-4850-a933-7f4bd0533b33/download/turmas_122023.csv. Acesso em: 18.01.2024.

APÊNDICE 3¹¹²

FORMULÁRIO ELETRÔNICO ENVIADO PARA AS DRES

Educação de Jovens e Adultos - Diretoria Regional de Educação

Prezado(a) Diretor(a),

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) está realizando auditoria sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecida pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo, com o objetivo geral de contribuir para o aprimoramento dessa política pública.

Ressaltamos que, eventualmente, documentos adicionais podem ser requisitados pela equipe de auditoria para complementar as informações fornecidas pelos responsáveis.

Com base nos artigos 31, 70 e 71 da Constituição Federal, artigos 14 – inciso XV –, 48 e 49 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e artigos 19, 20 e 39 da Lei 9.167/80, requisitamos as informações a seguir até o dia 25/03/2024.

Destacamos, por fim, nossa ciência acerca dos dispositivos insertos na Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, no Decreto Municipal nº 59.767/2020 e na política de proteção de dados do TCMSP (<https://lgpd.tcm.sp.gov.br>), especialmente quanto à necessidade de proteção dos dados pessoais, de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação e compartilhamento, bem como no tocante à responsabilização pelos danos decorrentes de violações de segurança aos dados pessoais eventualmente compartilhados.

* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

¹¹² Como a estrutura do questionário apresenta sequência em blocos condicionais, algumas perguntas são apresentadas sem numeração.

Diretoria Regional de Educação (DRE): *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ DRE Butantã
- ☐ DRE Campo Limpo
- ☐ DRE Capela do Socorro
- ☐ DRE Freguesia/Brasilândia
- ☐ DRE Guaianases
- ☐ DRE Ipiranga
- ☐ DRE Itaquera
- ☐ DRE Jaçanã/Tremembé
- ☐ DRE Penha
- ☐ DRE Pirituba/Jaraguá
- ☐ DRE Santo Amaro
- ☐ DRE São Mateus
- ☐ DRE São Miguel

Nome do responsável pelas informações: *

Cargo: *

RF: *

5. Para o ano letivo de 2023, houve alguma orientação desta DRE para as escolas em relação ao número mínimo de alunos para criação de turmas da EJA? *

Informe o número mínimo de alunos, estabelecido para o ano letivo de 2023, para criação de turmas da EJA, no âmbito desta DRE. *

6. Em 2023 foram tomadas medidas, no âmbito desta DRE, voltadas à conversão da demanda potencial em demanda efetiva, no âmbito da EJA? *

Descreva as medidas tomadas em 2023, de iniciativa desta DRE, para conversão *
da demanda potencial em demanda efetiva, no âmbito da EJA.

7. Existe levantamento, no âmbito desta DRE, dos motivos para baixa *
frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA?

8. Em 2023 foram tomadas medidas, de iniciativa desta DRE, para o combate *
a baixa frequência/abandono/evasão escolar dos alunos da EJA?

Descreva as medidas tomadas em 2023 para o combate a baixa *
frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA, de iniciativa
desta DRE.

9. Esta DRE recebeu algum material, para distribuição aos alunos, com *
informações sobre direitos e deveres deles, inclusive os relativos às medidas
de flexibilização de tempos e diversidade de tipos de atendimento da EJA, bem
como às possibilidades de parceria para oferta de cursos de qualificação
profissional?

10. Esta DRE produziu algum material, para distribuição aos alunos, com *
informações sobre direitos e deveres deles, inclusive os relativos às medidas
de flexibilização de tempos e diversidade de tipos de atendimento da EJA, bem
como às possibilidades de parceria para oferta de cursos de qualificação
profissional?

11. Existem, nesta DRE, ações de articulação do MOVA com as EMEFs e CIEJAs?

★

Descreva as ações de articulação do MOVA com as EMEFs e CIEJAs existentes nesta DRE.

★

12. Existem, nesta DRE, ações de articulação das EMEFs e CIEJAs com as unidades educacionais de Ensino Médio?

★

Descreva as ações de articulação das EMEFs e CIEJAs com as unidades educacionais de Ensino Médio existentes nesta DRE.

★

13. Existem, nesta DRE, ações de articulação das EMEFs e CIEJAs com as unidades de ensino profissionalizante?

★

Descreva as ações de articulação das EMEFs e CIEJAs com as unidades de ensino profissionalizante existentes nesta DRE.

★

14. A supervisão escolar desta DRE realiza visitas noturnas, de modo sistemático, às escolas que atendem a EJA? *

15. Esta DRE adotou algum mecanismo voltado a inibir o fechamento automático de escolas que ofertam EJA (por exemplo: orientação às escolas para condicionamento do fechamento de turmas à deliberação dos conselhos escolares; exigência de prévia informação às comunidades interessadas; exigência de justificativa formal à DRE)? *

Discorra sobre as medidas adotadas nesta DRE (Atenção: as ações indicadas devem ser suportadas por documentos ou materiais - envio por e-mail) *

16. Quais os principais pontos positivos desta DRE referente ao atendimento da EJA? *

Quais os principais desafios desta DRE para o atendimento da EJA? *

Agradecemos o envio das informações requisitadas.

APÊNDICE 4

FORMULÁRIO ELETRÔNICO ENVIADO PARA A GESTÃO ESCOLAR

Educação de Jovens e Adultos - Gestão Escolar

Prezado(a) Gestor(a),

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) está realizando auditoria sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecida pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo, com o objetivo geral de contribuir para o aprimoramento dessa política pública.

A amostra para o trabalho foi selecionada aleatoriamente, dentre as unidades educacionais que oferecem atendimento dessa modalidade de ensino.

Ressaltamos que, eventualmente, documentos adicionais podem ser requisitados pela equipe de auditoria para complementar as informações fornecidas pelos responsáveis.

Com base nos artigos 31, 70 e 71 da Constituição Federal, artigos 14 – inciso XV –, 48 e 49 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e artigos 19, 20 e 39 da Lei 9.167/80, requisitamos as informações a seguir até o dia 22/03/2024.

Destacamos, por fim, nossa ciência acerca dos dispositivos insertos na Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, no Decreto Municipal nº 59.767/2020 e na política de proteção de dados do TCMSP (<https://lgpd.tcm.sp.gov.br>), especialmente quanto à necessidade de proteção dos dados pessoais, de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação e compartilhamento, bem como no tocante à responsabilização pelos danos decorrentes de violações de segurança aos dados pessoais eventualmente compartilhados.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. E-mail *

2. Nome da unidade educacional: *

3. Diretoria Regional de Educação (DRE): *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ DRE Butantã
- ☐ DRE Campo Limpo
- ☐ DRE Capela do Socorro
- ☐ DRE Freguesia/Brasilândia
- ☐ DRE Guaianases
- ☐ DRE Ipiranga
- ☐ DRE Itaquera
- ☐ DRE Jaçanã/Tremembé
- ☐ DRE Penha
- ☐ DRE Pirituba
- ☐ DRE Santo Amaro
- ☐ DRE São Mateus
- ☐ DRE São Miguel

4. Nome do(a) responsável pelas informações: *

5. Cargo: *

6. RF: *

7. Quantas vagas são oferecidas na EJA? *

8. Quantos alunos estão matriculados na EJA? *

9. Em 2023, houve alguma medida em sua unidade educacional para atendimento da demanda potencial (público com idade e escolaridade possível de ser atendida pela EJA e que não se encontra na escola) da EJA? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim (enviar registro/foto/documentação por e-mail) *Pular para a pergunta 10*

☐ Não *Pular para a pergunta 11*

Medida - demanda potencial

10. Descreva as medidas tomadas para atendimento da demanda potencial da EJA. *

Seção sem título

11. Existe levantamento, em sua unidade educacional, dos motivos para baixa frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim (enviar documento por e-mail)
- ☐ Não

12. Houve alguma medida em sua unidade educacional, em 2023, para o combate a baixa frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 13*
- ☐ Não *Pular para a pergunta 14*

Medidas - baixa frequência/abandono/evasão escolar

13. Quais medidas para o combate a baixa frequência/abandono/evasão escolar foram tomadas? *

Seção sem título

14. Esta unidade educacional recebeu algum material, para distribuição aos alunos, com informações sobre direitos e deveres deles, inclusive os relativos às medidas de flexibilização de tempos e diversidade de tipos de atendimento da EJA, bem como às possibilidades de parceria para oferta de cursos de qualificação profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim (enviar documento por e-mail)
- ☐ Não

15. Esta unidade educacional desenvolve ou utiliza materiais didáticos específicos *
para as turmas da EJA?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim (enviar registro/foto/documentação por e-mail)

☐ Não

16. Em 2023, sua unidade educacional recebeu visita do supervisor escolar no *
período noturno?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim (enviar o último termo de visita no período noturno por e-mail)

☐ Não

17. Em 2023, foi recebida orientação da DRE quanto ao número mínimo de alunos *
para criação de turmas da EJA?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 18*

☐ Não *Pular para a pergunta 19*

Orientação - número mínimo de alunos

18. Qual foi a orientação recebida? *

Seção sem título

19. Sua unidade escolar recebe algum incentivo para manter ou ampliar o atendimento da EJA (ampliação do módulo de pessoal, por exemplo)? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 20*

☐ Não *Pular para a pergunta 21*

| Incentivo

20. Quais incentivos? *

Seção sem título

21. Em 2023, alguma turma da EJA precisou ser fechada em sua unidade, em virtude do reduzido número de alunos? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 22*

☐ Não *Pular para a pergunta 24*

Continuidade dos estudos - turmas fechadas

22. Foi adotada alguma medida para a continuidade dos estudos dos alunos das turmas que foram fechadas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 23*
☐ Não *Pular para a pergunta 24*

Medidas - continuidade dos estudos

23. Quais medidas foram adotadas para a continuidade dos estudos dos alunos das turmas que foram fechadas? *

Seção sem título

24. Existem ações de articulação do MOVA com a sua unidade educacional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 25*
☐ Não *Pular para a pergunta 26*

Articulação - MOVA

25. Descreva as medidas de articulação do MOVA com a sua unidade. *

Seção sem título

26. Existem medidas de articulação de sua unidade educacional com as escolas de Ensino Médio? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 27*

☐ Não *Pular para a pergunta 28*

Articulação - Ensino Médio

27. Descreva as medidas de articulação de sua unidade com as escolas de Ensino Médio *

Seção sem título

28. Existem medidas de articulação da sua unidade educacional com o ensino profissionalizante? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 29*
☐ Não *Pular para a pergunta 30*

Articulação - ensino profissionalizante

29. Descreva as medidas de articulação de sua unidade com o ensino profissionalizante. *

Seção sem título

30. Informe a relação de projetos/atividades oferecidos para os estudantes da EJA * em sua unidade, em 2023.

31. Há algum critério para seleção dos professores que atuam na EJA na sua unidade? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 32*

☐ Não *Pular para a pergunta 33*

Seleção de professores

32. Descreva os critérios adotados para seleção de professores que atuam na EJA. *

Seção sem título

33. Informe o número de professores de sua unidade que atuaram na EJA em 2023 (data-base: dezembro)? *

34. Quantos professores de sua unidade concluíram, em 2023, a Formação da Cidade nos grupos referentes à EJA? *

35. Quantos professores que atuaram na EJA em 2023 (data-base: dezembro) participaram do horário coletivo? *

Seção sem título

36. A gestão escolar realiza, sistematicamente, observação da sala de aula da EJA? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 37*
☐ Não *Pular para a pergunta 38*

Observação da sala de aula

37. Especifique as ações, informando suas respectivas periodicidades. *

38. Esta unidade educacional faz consultas periódicas aos alunos sobre eventuais ajustes ou melhorias que podem ser feitas para facilitar a permanência deles nos estudos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ Às vezes
☐ Quase nunca
☐ Nunca

39. Os alunos da EJA, nesta unidade educacional, utilizam o Transporte Escolar Gratuito (TEG)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não, pois não há alunos elegíveis para esse serviço na escola.
- ☐ Não, pois esse serviço não está disponível nesta escola.

|

40. Quando foi a última visita da ronda escolar da GCM (data e horário), durante o período de funcionamento da EJA? *

41. Como você avalia o serviço de ronda escolar da GCM durante o horário de atendimento da EJA? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Inexistente

42. Descreva os principais pontos positivos em sua unidade educacional referentes ao atendimento da EJA. *

43. Descreva os principais desafios em sua unidade educacional referentes ao atendimento da EJA. *

Encerramento

Agradecemos o envio das informações requisitadas.

APÊNDICE 5

QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTÃO ESCOLAR

UNIDADES EDUCACIONAIS VISITADAS

1. Nome da unidade educacional: _____
2. DRE: _____
3. Nome do responsável pelas informações: _____

4. Cargo: _____
5. RF: _____
6. Quantas vagas são oferecidas na EJA? _____
7. Quantos alunos estão matriculados na EJA? _____
8. Em 2023, houve alguma medida em sua unidade educacional para atendimento da demanda potencial (público com idade e escolaridade possível de ser atendida pela EJA e que não se encontra na escola) da EJA?
☐ Sim (especificar) _____

☐ Não
9. Existe levantamento, em sua unidade educacional, dos motivos para baixa frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA?
☐ Sim (especificar) _____

_____ ☐ Não
10. Houve alguma medida em sua unidade educacional, em 2023, para o combate a baixa frequência/abandono/evasão escolar dos estudantes da EJA?
☐ Sim (especificar) _____

- _____ [] Não
11. Esta unidade educacional recebeu algum material, para distribuição aos alunos, com informações sobre direitos e deveres deles, inclusive os relativos às medidas de flexibilização de tempos e diversidade de tipos de atendimento da EJA, bem como às possibilidades de parceria para oferta de cursos de qualificação profissional?
- [] Sim (especificar) _____
- _____
- _____
- _____
- [] Não
12. Esta unidade educacional desenvolve ou utiliza materiais didáticos específicos para as turmas da EJA?
- [] Sim (especificar) _____
- _____
- _____
- _____
- [] Não
13. Em 2023, sua unidade educacional recebeu visita do supervisor escolar no período noturno?
- [] Sim
- [] Não
14. Em 2023, houve orientação da DRE quanto ao número mínimo de alunos para criação de turmas da EJA?
- [] Sim (especificar) _____
- _____
- _____
- _____
- _____ [] Não
15. Sua unidade escolar recebe algum incentivo para manter ou ampliar o atendimento da EJA (ampliação do módulo de pessoal, por exemplo)?
- [] Sim. Quais? _____
- _____
- _____
- _____
- [] Não
16. Em 2023, alguma turma da EJA precisou ser fechada em sua unidade, em virtude do reduzido número de estudantes?

☐ Sim

☐ Não

17. Foi adotada alguma medida para a continuidade dos estudos dos alunos das turmas que foram fechadas?

☐ Sim (especificar) _____

☐ Não foram fechadas turmas

18. Existem ações de articulação do MOVA com a sua unidade educacional?

☐ Sim (especificar) _____

☐ Não

19. Existem medidas de articulação da sua unidade educacional com as escolas de Ensino Médio?

☐ Sim (especificar) _____

☐ Não

20. Existem medidas de articulação da sua unidade educacional com o ensino profissionalizante?

☐ Sim (especificar) _____

☐ Não

21. Informe a relação de projetos/atividades oferecidos para os estudantes da EJA em sua unidade, em 2023.

22. Há algum critério para seleção dos professores que atuam na EJA em sua unidade?

☐ Sim (especificar) _____

☐ Não

23. Informe o número de professores de sua unidade que atuaram na EJA em 2023 (data-base: dezembro)

Regentes: _____

Módulo sem regência: _____

Contratados: _____

24. Quantos professores de sua unidade concluíram, em 2023, a Formação da Cidade nos grupos referentes à EJA? _____

25. Quantos professores que atuaram na EJA em 2023 (data-base: dezembro) participaram do horário coletivo? _____

26. A gestão escolar realiza, sistematicamente, observação da sala de aula da EJA?

☐ Sim (especificar as ações, informando suas respectivas periodicidades)

☐ Não

27. Esta unidade educacional faz consultas periódicas aos alunos sobre eventuais ajustes ou melhorias que podem ser feitas para facilitar a permanência deles nos estudos?

☐ Sempre

☐ Quase sempre

☐ Às vezes

☐ Quase nunca

☐ Nunca

28. Os alunos da EJA, nesta unidade educacional, utilizam o Transporte Escolar Gratuito (TEG)?

☐ Sim

☐ Não, pois não há alunos elegíveis para esse serviço nesta escola.

☐ Não, pois esse serviço não está disponível nesta escola

29. Quando foi a última visita da ronda escolar da GCM (data e horário), durante o período de funcionamento da EJA? _____

30. Como você avalia o serviço de ronda escolar da GCM durante o período de funcionamento da EJA?

☐ Muito bom

- ☐ Bom
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Inexistente

31. Descreva os principais pontos positivos em sua unidade educacional referentes ao atendimento da EJA.

32. Descreva os principais desafios em sua unidade educacional referentes ao atendimento da EJA.

APÊNDICE 6

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

1. Idade: _____
2. Sexo¹¹³:
 - ☐ Feminino
 - ☐ Masculino
3. Raça/Cor:
 - ☐ Preta
 - ☐ Parda
 - ☐ Branca
 - ☐ Amarela
 - ☐ Indígena
4. Estado civil:
 - ☐ Solteiro(a)
 - ☐ Casado(a)
 - ☐ Vive com companheiro(a)
 - ☐ Separado(a)/Divorciado(a)
 - ☐ Viúvo(a)
5. Tem filhos?
 - ☐ Não
 - ☐ Sim. Quantos e qual a idade deles?
6. Há quanto tempo você estuda nesta escola?
 - ☐ Há menos de 6 meses
 - ☐ Entre 6 meses e 1 ano
 - ☐ Entre 1 e 2 anos
 - ☐ Entre 2 e 3 anos
 - ☐ Entre 3 e 4 anos
 - ☐ Há mais de 4 anos
7. Em que etapa da EJA você está matriculado?
 - ☐ Alfabetização
 - ☐ Básica
 - ☐ Complementar
 - ☐ Final

¹¹³ Foi adotada a mesma terminologia utilizada pela SME no Perfil dos Educandos, disponível no Portal de Dados Abertos da Cidade de São Paulo.

- ☐ Módulo I
- ☐ Módulo II
- ☐ Módulo III
- ☐ Módulo IV
8. De que forma você chega à escola?
- ☐ A pé
- ☐ De bicicleta
- ☐ De transporte escolar
- ☐ De transporte público
- ☐ De carro
- ☐ De moto
- ☐ Outro (especificar) _____
9. Quanto tempo você leva para chegar à escola?
- ☐ Menos de 30 minutos
- ☐ Entre 30 minutos e 1 hora
- ☐ Mais de 1 hora
10. Geralmente, qual é seu ponto de partida até à escola?
- ☐ Casa
- ☐ Trabalho
- ☐ Outro (especificar) _____
11. Geralmente, qual é seu ponto de destino quando sai da escola?
- ☐ Casa
- ☐ Trabalho
- ☐ Outro (especificar) _____
12. Qual é seu horário de trabalho predominante?
- ☐ Durante o dia
- ☐ À noite
- ☐ De madrugada
- ☐ Em turnos rotativos
- ☐ Flexível
- ☐ Não estou trabalhando atualmente
13. Você trabalha nos fins de semana?
- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
14. Por que você interrompeu os estudos? (Marque todas as alternativas que julgar necessário)

- ☐ A escola não era interessante
- ☐ Precisei trabalhar
- ☐ Precisei cuidar do(s) meu(s) filho(s)
- ☐ Precisei cuidar de familiar(es)
- ☐ Tive problemas de saúde
- ☐ Tive que mudar de região
- ☐ Outro (especificar) _____

15. Qual(is) o(s) principal(is) motivo(s) para você voltar a estudar? (Marque todas as alternativas que julgar necessário)

- ☐ Realização pessoal
- ☐ Aprender a ler e escrever
- ☐ Concluir o Ensino Fundamental
- ☐ Fazer o Ensino Médio
- ☐ Fazer o Ensino Superior (Faculdade)
- ☐ Conseguir um emprego
- ☐ Progredir no emprego
- ☐ Incentivo de outras pessoas
- ☐ Outro (especificar) _____

16. Como você ficou sabendo da Educação de Jovens e Adultos oferecida nesta escola?

- ☐ Cartaz na escola
- ☐ Cartaz no ônibus
- ☐ Faixa na escola
- ☐ Rede Social da Prefeitura/Secretaria Municipal de Educação
- ☐ TV
- ☐ Rádio
- ☐ Indicação de familiar
- ☐ Indicação de amigo
- ☐ Outro (especificar) _____

17. Você encontrou dificuldades para se matricular na EJA?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Quais? _____
- _____
- _____

18. Você conhece as diversas formas de atendimento da EJA (EJA Regular, EJA Modular, CIEJA, CMCT e MOVA)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19. Você recebeu algum impresso contendo informações sobre seus direitos e deveres, inclusive os relativos às medidas de flexibilização e às possibilidades de parceria para oferta de cursos de qualificação profissional?
- ☐ Sim
☐ Não
20. Sua escola consulta você sobre eventuais ajustes ou melhorias que podem ser feitas para facilitar sua permanência nos estudos?
- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ Às vezes
☐ Quase nunca
☐ Nunca
21. Como você avalia a sua escola?
- ☐ Muito boa
☐ Boa
☐ Razoável
☐ Ruim
☐ Muito ruim
22. O ambiente escolar é acolhedor para você?
- ☐ Muito acolhedor
☐ Acolhedor
☐ Razoavelmente acolhedor
☐ Raramente acolhedor
☐ Nada acolhedor
23. O ambiente escolar é estimulante para você?
- ☐ Muito estimulante
☐ Estimulante
☐ Razoavelmente estimulante
☐ Raramente estimulante
☐ Nada estimulante
24. Você sente que pode procurar os professores ou outros membros da equipe escolar quando precisa de ajuda?
- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ Às vezes
☐ Quase nunca
☐ Nunca
25. Indique os principais problemas da sua escola (Marque todas as alternativas que julgar necessário):

- ☐ Escola danificada
- ☐ Escola suja
- ☐ Condições precárias dos banheiros
- ☐ Falta de papel higiênico nos banheiros
- ☐ Falta de sabonete nos banheiros
- ☐ Condições precárias do refeitório
- ☐ Merenda ruim
- ☐ Ambientes quentes
- ☐ Ambientes frios
- ☐ Falta de ambientes apropriados para jovens e adultos
- ☐ Falta de segurança na escola
- ☐ Falta de acessibilidade do prédio
- ☐ Falta de professor
- ☐ Agressão entre alunos
- ☐ Problemas com alunos
- ☐ Problemas com professores
- ☐ Problemas com funcionários
- ☐ Problemas com gestão escolar
- ☐ Falta de flexibilidade no horário da entrada/saída
- ☐ Problemas com internet
- ☐ Outro (especificar) _____

26. A maioria dos professores (Marque todas as alternativas que julgar necessário):

- ☐ Conhece a matéria que ensina
- ☐ Organiza a apresentação da matéria
- ☐ Continua a explicar até que todos entendam a matéria
- ☐ Procura saber dos interesses dos alunos
- ☐ Valoriza os conhecimentos dos alunos
- ☐ Incentiva os alunos a melhorar
- ☐ Mostra interesse pelo aprendizado de todos
- ☐ Permite que os alunos exponham suas opiniões
- ☐ Passa lição de casa
- ☐ Corrige os exercícios que recomenda
- ☐ Realiza uma avaliação justa
- ☐ Tem um bom relacionamento com os alunos

27. Eu (Marque todas as alternativas que julgar necessário):

- ☐ Acompanho a matéria dada pelo professor
- ☐ Copio a matéria
- ☐ Realizo as atividades propostas pelo professor
- ☐ Fico à vontade para fazer perguntas
- ☐ Não entendo a matéria
- ☐ Sinto falta de orientação para os estudos

☐ Tenho a possibilidade de discutir as notas das avaliações com o professor

28. Como você avalia a qualidade da merenda oferecida na escola?

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Razoável

☐ Ruim

☐ Muito ruim

29. Como você avalia a variedade da merenda oferecida na escola?

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Razoável

☐ Ruim

☐ Muito ruim

30. Você possui alguma preferência alimentar que gostaria que fosse considerada na oferta da merenda escolar?

☐ Não

☐ Sim. Qual? _____

31. Quais materiais didáticos a escola fornece a você? (Marque todas as alternativas que julgar necessário)

☐ Livros

☐ Revistas

☐ Jogos

☐ Tablet

☐ Outros (especificar) _____

32. Indique os ambientes da sua escola a que você tem acesso (Marque todas as alternativas que julgar necessário):

☐ Sala de leitura

☐ Laboratório de educação digital

☐ Quadra poliesportiva

☐ Outros (especificar) _____

33. Com que frequência os professores utilizam os recursos da sala digital (projektor com telão, computador, caixas de som)?

- ☐ Todos os dias
- ☐ Três a quatro vezes por semana
- ☐ Duas vezes por semana
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Uma vez por mês
- ☐ Duas vezes por mês
- ☐ Quase nunca
- ☐ Nunca
- ☐ Não há salas digitais na escola

34. Você precisa acessar o Google Sala de Aula ou outro ambiente virtual para realizar alguma atividade passada pelos professores?

- ☐ Sim
- ☐ Não

35. Você tem acesso a quais materiais, equipamentos ou serviços quando não está na escola? (Marque todas as alternativas que julgar necessário)

- ☐ Livros
- ☐ Revistas
- ☐ Computador
- ☐ Tablet
- ☐ Internet
- ☐ Outros (especificar) _____

36. Você participa de algum projeto oferecido pela escola?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Quais? _____

37. Com que frequência a escola realiza atividades culturais/esportivas/recreativas?

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Quase nunca
- ☐ Nunca

38. Houve alguma iniciativa de sua escola, em parceria com outras áreas, para os alunos (mutirão de dentistas, médicos, assistentes sociais, visitas de profissionais para palestras)?

- ☐ Sim e já participei
- ☐ Sim, já ouvi falar
- ☐ Não
- ☐ Não sei

39. Acredito que tenho facilidade para aprender os conteúdos transmitidos na escola.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo, nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

40. Você já foi reprovado nesta escola?

- ☐ Sim, uma vez
- ☐ Sim, duas vezes
- ☐ Sim, mais de duas vezes
- ☐ Não

41. Quando você falta por alguns dias, alguém da escola entra em contato para saber o motivo?

- ☐ Sim, sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Não
- ☐ Não sei, pois não falto

42. Você já pensou em mudar de escola?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Por quê? _____
- _____
- _____

43. Após começar a EJA, em algum momento você pensou em parar de estudar?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Por quê? _____
- _____
- _____

44. Com que frequência você recebe incentivo da sua família para continuar estudando?

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Quase nunca

☐ Nunca

45. Você precisa de algum tipo de apoio adicional para ter sucesso nos estudos?

☐ Não

☐ Sim. Quais? _____

46. Você considera a escola importante para a sua vida?

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Razoavelmente importante

☐ Pouco importante

☐ Nada importante

47. Quais são os principais interesses e habilidades que você gostaria de desenvolver ou explorar na escola?

48. Pretendo estudar até:

☐ Não pretendo mais estudar

☐ Concluir o Ensino Fundamental

☐ Concluir o Ensino Médio

☐ Concluir o Ensino Superior (Faculdade)

☐ Quero continuar sempre estudando

49. O que você espera alcançar ao concluir seus estudos na EJA?
